



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÉRGIO MEDEIROS DE ALMEIDA

**A LOUCURA ESTÁ NA RUA: PRÁTICAS E DEFINIÇÕES SOBRE A LOUCURA EM
CAICÓ-RN (1926-1960)**

FORTALEZA

2022

SÉRGIO MEDEIROS DE ALMEIDA

A LOUCURA ESTÁ NA RUA: PRÁTICAS E DEFINIÇÕES SOBRE A LOUCURA EM CAICÓ-
RN (1926-1960)

Tese ou Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História Social. Área de concentração: História Social.

Orientador: Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A4511 Almeida, Sérgio Medeiros de.

A loucura está na rua: práticas e definições sobre a loucura em Caicó-RN (1926- 1960) / Sérgio Medeiros de Almeida. – 2022.

119 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.

1. Loucura. 2. Cícero. 3. Caicó. 4. Exclusão. I. Título.

CDD 900

SÉRGIO MEDEIROS DE ALMEIDA

A LOUCURA ESTÁ NA RUA: PRÁTICAS E DEFINIÇÕES SOBRE A LOUCURA EM CAICÓ-
RN (1928-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História Social. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 12/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irfi (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Claudia Freitas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Rodrigo Alves Ribeiro
Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

A Marinalva e Antônio,
À minha família,
E a todos os “Cíceros”
Invizibilizados pela sociedade.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não seria possível primeiramente sem a minha base de sustentação, Deus e Jesus Cristo, os quais demonstro minha total gratidão por me suster e acompanhar-me em cada passo de minha vida.

Sei o quanto a trajetória da escrita dessa dissertação foi permeada por vários percalços, perdas, alegrias, incertezas... Como é algo extremamente difícil de nomear a todos e todas, deixo aqui expresso meu muito obrigado a cada um pela ajuda, apoio, incentivo na realização desse trabalho;

Demonstro toda minha gratidão a meus pais! Sem eles nada disso tinha sido possível.

A meu pai, Antônio de Almeida Filho, um homem simples, íntegro, trabalhador, vendedor ambulante de chapéu, analfabeto, natural do sítio Barra da Espingarda, município de Caicó, interior do Rio Grande de Norte; sendo o meu maior exemplo de força, determinação e coragem para encarar de bom humor cada dia da vida.

A minha mãe, Marinalva Mariz de Medeiros, uma mulher forte e guerreira, carinhosa, de um amor e cuidado genuíno e incondicional, dona de casa, analfabeta, oriunda do sítio Barra do Câimbra da cidade de Serra Negra do Norte-RN; um ser que fez todos os sacrifícios, renúncias e dedicou-se para tornar-me a pessoa que sou hoje. As minhas duas irmãs, Daniela e Kátia demonstro meu muito obrigado. Bem como toda a minha família pelo apoio, suporte, incentivo e ajuda dado todo esse tempo que permaneci no mestrado.

A minha querida esposa, Niliane, uma companheira para todas as horas, que entrou na minha vida, desde o momento que iniciei essa trajetória na luta por galgar mais conhecimento e uma melhor qualificação profissional. Ela mais que todo mundo sabe o quanto esse período da pós-graduação foi um período de provações, sobrevivência, choro, alegrias, crescimento e vitórias. Jamais vou me esquecer das vezes que me sentia desanimado, querendo desistir de tudo e ela foi lá e me reerguia e me fez ver o quanto eu ainda podia um pouco mais.

A minha ilustríssima orientadora, Ana Sara, um ser iluminado, que apareceu na minha vida, em um período no qual eu não tinha a mínima ideia onde tinha entrado e para onde iria seguir. Palavras de gratidão serão infinitamente pequenas comparada a tudo que ela fez por mim durante todo esse período do mestrado. É até difícil definir o que mais nos marcou nesse tempo; mas um dia que ficou cravado na minha memória, foi quando em meio à incerteza financeira que enfrentei por não ter conseguido bolsa, ela me enviou um áudio quase chorando e pode me alentar e reascender o meu ânimo de seguir em frente com o objetivo a

qual eu tinha vindo para o Ceará. Agradeço a toda paciência, presteza, correções, amizade e apoio dado para a escrita e conclusão desse trabalho.

Deixo também meus agradecimentos a todos os professores e funcionários que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em História Social e da Universidade Federal do Ceará, sem vocês nada disso seria possível. A força e resistência de vocês me inspiram.

Quero agradecer em específico ao professor Régis Lopes e a professora Cláudia Freitas, pela leitura cuidadosa e as orientações importantes, expressas na minha qualificação de mestrado, em meio a um contexto incerto e pandêmico.

Aos meus colegas de mestrado, que se tornaram verdadeiros amigos, expresso aqui minha humilde gratidão pela acolhida, apoio, suporte e companheirismo nesses anos de muita luta, alegrias, resistência e fragilidades.

Também quero expressar gratidão aos proprietários do Barney's Burger, que me ofereceram uma vaga de emprego de garçom aos finais de semana, possibilitando de eu conciliar as aulas e atividades do mestrado, bem como suprir as minhas necessidades básicas de sobrevivência. Assim como aos diretores, professores e funcionários das escolas que trabalhei como professor temporário durante essa aventura do mestrado.

Também quero expressar meu muito obrigado à família do Cleyton e da Jeffersonne, creio se não fosse o apoio e acolhida na casa de vocês desde o primeiro momento que decidir me desbravar pelo Ceará, nada disso tinha sido possível se concretizar.

Outras famílias que irei agradecer para o resto da minha vida, a família da Bianca, na pessoa da Dona Conceição (que me adotou como sobrinho) e seu Leonardo. Bem como da minha mãe postiça, Silvana e do Cícero e todos outros de sua casa. Eles foram um pilar para mim na ausência de meus pais por perto.

A família da minha esposa, expresso gratidão por terem me recebido e feito bem vindo entre ele e nesse estado que hoje se tornou minha residência.

Quero fazer um agradecimento em especial, ao ser de Marte, o grande mestre Muirakytan K. de Macêdo (In memorian), que mesmo não estamos mais no nosso meio, foi um dos principais responsáveis por me fazer enveredar pelo campo da pesquisa científica, sobretudo na área da História da Saúde e das Doenças.

Aos demais professores e amigos que tive durante a minha graduação em licenciatura em História no CERES- UFRN-Caicó, minha eterna gratidão por todos os conhecimentos e momentos compartilhados.

Expresso minha sincera gratidão a todos os funcionários do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES),

da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Arquivo do Hospital Geral Dr. João Machado e da Biblioteca Municipal Olegário Vale de Caicó, que disponibilizaram as documentações e fontes para a realização dessa pesquisa.

Expresso também gratidão aos professores e colegas do curso a distância de “História da Psiquiatria e Diversidade no Brasil”, ao qual participei como aluno externo do Programa de Pós-Graduação do COC da FIOCRUZ do Rio de Janeiro em um contexto de Pandemia do Covid-19, que possibilitou a conexão com pesquisadores de várias partes do Brasil e leitura de textos e autores sumamente importantes na escrita dessa pesquisa.

Gratidão ao Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas da Saúde e das Doenças (GEPHPSD), representado na pessoa de Ana Karine e Elane Gomes, que me possibilitou ter um ponto de apoio, debate e aprendizado desde o início da pandemia.

Também expresso profunda gratidão a todos os professores e professoras que tive ao longo de toda a minha formação básica, cada um deles cumpriu um papel importante na minha vida e segue lutando por uma educação melhor para o nosso Brasil, em meio a tantos ataques que ela sofre diariamente.

Enfim, para não alongar mais, meus sinceros votos de agradecimento a todos e todas, por me manter de pé, vivo e lutando pela concretização desse sonho.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise sobre a história da loucura e sobre as definições e práticas sobre o ‘louco’ nos sertões de Caicó, Rio Grande do Norte, em meados do século XX. A análise partirá do estudo de caso de Sr. Cícero Leandro da Silva para entender a construção das definições sobre o louco e a loucura pelo saber médico e também da sociedade, sobretudo as classes mais abastadas. Mais detidamente, essa pesquisa compreende o período entre os anos de 1926 – ano da fundação do Hospital do Seridó, a primeira instituição hospitalar da região do Seridó - e 1960 - ano da morte do Cícero. Esse período representa um momento de mudanças significativas no comportamento, na política e economia, não apenas no Brasil, mas no mundo ocidental. Em relação às fontes que utilizaremos para a execução dessa pesquisa, estão: o Inquérito Policial da Morte do Cícero, o Prontuário Médico do Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte (1947), o Processo de Mandado de Segurança (1943) e o que após sua morte foi escrito tanto no Jornal *A Folha*, como também nos livros de cronistas e memorialistas da região do Seridó. Também foram pesquisados o dicionário da língua portuguesa do século XVIII e XIX, o dicionário do padre D. Rafael Bluteau, de 1728 e 1789, e de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, e o Dicionário de Medicina Popular, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, “para uso das famílias, de 1890, para perceber a multiplicidade de verbetes e mesmo a (in)definição da loucura em cada tempo. Ao se debruçar nessa construção da escrita da história de vida de Cícero Leandro, percebemos a existência de “outros” Cíceros, pelas anedotas e histórias, que permaneceram vividas na memória local, mas que também, por hora, muitas vezes esses mesmos indivíduos, foram excluídos ou sofreram violências naquela sociedade, que tratava o outro, o diferente, o desviante, como aquele ser que devia ser retirado dos espaços de convivência social, e em casos extremos serem presos ou internados em hospitais.

Palavras-chave: loucura; Cícero; Caicó; exclusão.

ABSTRACT

This research aims to carry out an analysis of the definitions and practices of madness in the hinterlands of Caicó, Rio Grande do Norte, in the mid-twentieth century. The analysis will start from the case study of Mr. Cícero Leandro da Silva, to understand the construction of definitions about madness and madness by medical knowledge and also by society, especially the wealthier classes. More specifically, this research covers the period between 1926 - year of the foundation of Hospital do Seridó, the first hospital in the Seridó region - and 1960 - year of Cícero's death. This period represents a time of significant changes in behavior, politics and economy, not only in Brazil, but in the western world. Regarding the sources that we will use to carry out this research, there are: the Police Inquiry into the Death of Cícero, the Medical Record of the Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte (1947), the Writ of Mandamus (1943) and also the which after his death was written in the newspaper A Folha, as well as in the books of chroniclers and memorialists in the Seridó region. We will also make use of dictionaries of the Portuguese language from the 18th and 19th century, the dictionaries of the Catholic priest D. Rafael Bluteau, from 1728 and 1789, and of Luiz Maria da Silva Pinto, from 1832, to understand how the multiplicity of entries took place and the indefiniteness of madness. And from the Dictionary of Popular Medicine by Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, “for use by families”: the ways of dealing with the madman are indicated, from 1890. the existence of “others” Ciceros, through anecdotes and stories, which remained lived in local memory, but which also, for the time being, many times these same individuals were excluded or suffered violence in that society, which still treated the other, the different, the deviant, as that being that should be removed from the spaces of social coexistence, and in extreme cases be arrested or admitted to hospitals.

Keywords: madness; Cícero; Caico; exclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Ficha de controle do paciente Cícero Leandro da Silva, Hospício de Alienados do Rio Grande do Norte (1947).....	39
Figura 2	– 80% dos enfermos vivem na mais completa nudez.....	46
Figura 3	– A espera de que o governo lhes forneça pelo menos uma tanga.....	47
Figura 4	– O pátio é limitado e as doentes são muitas. Umas gritam, outras choram e outras não dizem nada. Os loucos do Rio Grande do Norte passam fome, vivem nus e são devorados pela sarna.....	47
Figura 5	– Nudismo forçado no Asilo do Rio Grande do Norte	48
Figura 6	– Cemitério dos vivos.....	48
Figura 7	– Esta sensacional fotografia apresenta os derradeiros suspiros de um internado no Hospital de Alienados da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Poucos minutos depois de feito a chapa, o doente expirou, sobre uma esteira velha, num quarto anti-higiênico do asilo potiguar. Isto acontece no Brasil de hoje.....	52
Figura 8	– É necessário que o governo tome imediatas providências em favor dos esquecidos internados que vivem dentro do depósito de loucos no bairro do Alecrim, sem pão, sem remédios e sem roupas.....	52
Figura 9	– Cícero Leandro da Silva.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Termos encontrados nos dicionários de Rafael Bluteau (1728 e 1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832).....	61
Tabela 2	– Comparação dos verbetes Louco e Doudo nos dicionários de Raphael Bluteau (1728 e 1789) e Silva Pinto (1832).....	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAICÓ E O SERTÃO DO SERIDÓ E O QUE SE CONTA SOBRE CAICÓ.....	28
2.1	Merece um doido apanhar?	32
2.2	O Hospital de Alienados de Natal: o espaço destinado para os “loucos” do Seridó.....	44
3	“IDIOTA”, “TRESLOUCADO”, “IMBECILIZADO”: AS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DE LOUCURA E LOUCO NOS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVIII E XIX.....	59
3.1	Os dicionários do padre D. Rafael Bluteau, de 1728 e 1789, e de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832: a multiplicidade de verbetes e a indefinição da loucura.....	59
3.2	O Dicionário de medicina popular de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, “para uso das famílias”: as formas de lidar com o louco são indicadas.....	73
4	A LOUCURA ESTA NA RUA.....	84
4.1	O louco definido pelo saber médico e jurídico.....	84
4.2	“Capitão Ciço Doido”: os ‘loucos de rua’ e os memorialistas.....	88
4.3	O Processo de Medida de Segurança de Cícero Doido (1942-1947).....	100
4.3.2	O julgamento e a transferência para o Hospital dos Alienados de Natal.....	106
5	CONCLUSÃO	110
	REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise acerca das definições e práticas sobre a loucura em Caicó, no Rio Grande do Norte, em meados do século XX. A análise parte do estudo de caso de Sr. Cícero Leandro da Silva, para entender a construção das definições sobre o louco e a loucura pelo saber médico e também da sociedade, sobretudo as classes abastadas.

Mais detidamente, essa pesquisa compreende o período entre os anos de 1926 – ano da fundação do Hospital do Seridó, a primeira instituição hospitalar da região do Seridó - e 1960 - ano da morte do Cícero. Esse período representa um momento de mudanças significativas no comportamento, na política e economia, não apenas no Brasil, mas no mundo ocidental. Esse momento também é marcado pelos novos caminhos que a psiquiatria brasileira tomou a partir da década de 1920, como afirma Engel (2001), que foi um período permeado pela difusão da perspectiva preventiva da higiene mental articulada em torno dos princípios e das propostas eugênicas.

Em outubro de 2012, estávamos no segundo período de História na UFRN e fomos participar, como ouvintes, do III Seminário Internacional de História e Historiografia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Participamos de um simpósio temático na área de História da Saúde e das Doenças coordenado pelo professor Drº Carlos Alberto da Cunha Miranda. Era a primeira vez que nos aproximaríamos dessa área e da História Social. Um trabalho em específico, que discutia sobre a história da loucura no Ceará, da autora Roberta Kelly Bezerra de Freitas, “*Entre a pobreza e a loucura: O discurso psiquiátrico, o asilo de alienados e as cartas sobre a loucura (1874 a 1886)*” foi o que chamou mais atenção e nos estimulou a estudar mais sobre a História da Loucura e da Psiquiatria, um campo de pesquisa em expansão, que ainda está em processo de ampliação e consolidação no cenário da disciplina histórica (WADI, 2013).

A partir do ano de 2013, começamos no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) em Caicó, sob a coordenação do professor Muirakytan Kennedy de Macedo (*In memorian*), um grupo de pesquisa sobre a História da Saúde e das Doenças – que até então era uma área com poucos trabalhos escritos no Seridó potiguar - o grupo se tornou um propulsor para a pesquisa e escrita de novos trabalhos. Um dos principais frutos desse grupo de pesquisa, em 2015, de Adelantha Sunnály de Souza Dantas, “*Hospital do Seridó: Uma História Ainda Pouco Contada (1926-1980)*”, onde a autora construiu seu trabalho com a

utilização de fontes oficiais, recorrendo também a jornais da época, livros da história da cidade, entrevistas e a outros tipos de fontes para assim construir sua pesquisa.

O início de nossa trajetória pelo campo da pesquisa continuou lá no ano de 2018, com a escrita de um artigo para conclusão do curso de história. Partindo de indagações do porquê ao longo de todo esse tempo na cidade de Caicó, e conhecendo as histórias contadas sobre os ‘loucos de rua’, como é o caso de “Cícero Doido” não haver trabalhos que buscassem entender a historicidade sobre a loucura e como eram tratadas as pessoas tidas como “loucas”, que perambulavam pelas ruas da cidade, sobretudo a respeito dos discursos que se construía sobre a loucura a partir dessas pessoas que estavam à margem da sociedade. De outra parte, também nos inquietava o porquê de não se discutir sobre a história das primeiras instituições psiquiátricas de Caicó (DANTAS, 2015).

Em pesquisas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) encontramos inicialmente, um Processo de Mandado de Segurança do ano de 1942, do Fundo da Comarca de Caicó, na caixa 230, em que foi processado o Sr. Cícero Leandro da Silva, mais conhecido vulgarmente por “Cícero Doido”, que de acordo com a descrição registrada quando da confecção do documento, “ele era um deficiente mental, solteiro, analfabeto, transeunte sem residência certa na cidade de Caicó”, no estado do Rio Grande do Norte. No ano de 1942, foi acusado de perturbar e desrespeitar a moral da época e os bons costumes, ao proferir pelas ruas da cidade palavras consideradas de baixo calão e fazer gestos com teor sexual. Fazendo com que parte da população o considerasse um “louco” e uma “ameaça” para a sociedade daquele período.

É interessante frisar que antes desse período, o Brasil, como nos aponta André Fabrício em “*A Assistência Psiquiátrica No Contexto Das Políticas Públicas De Saúde (1930-1945)*” (2009), já tinha em formação um projeto governamental de prestação de saúde pública, que foi reformulado no primeiro governo de Getúlio Vargas, sob a direção do Gustavo Campanema, com a criação em 1934 do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), e dentro dele, a Diretoria de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental, que inseria a questão psiquiátrica como motivo relevante de preocupação da União, revelando as diretrizes que deveriam ser tomadas para o tratamento dado à doença mental à época: assistência e profilaxia. O autor nos mostra que em 1941, há a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais e que isso foi baseada em três pontos principais: a reforma da legislação federal em vigor, o aprestamento da Divisão de Assistência a Psicopatas (DAP) e a instituição

da ação financeira supletiva, tanto para as construções quanto para a manutenção dos serviços assistenciais criados nos estados. (FABRÍCIO, p.64, 2009)

Entretanto, essas ações governamentais de assistência psiquiátricas ainda eram insuficientes no que diz respeito aos sertões do Rio Grande do Norte. Após o Cícero ser julgado, foi condenado a ficar internado no Hospital dos Alienados de Natal, tendo sua liberação acontecido somente no ano de 1947. Mostrando que essa demora em retirá-lo dessa instituição manicomial, fizesse parte de um projeto maior de Estado, no qual visava à higiene mental e retirada dos espaços públicos dos desviantes sociais.

E, quase duas décadas mais tarde, sua morte, ocorrida dia 15 de maio de 1960, foi divulgada no Jornal *A Folha*, causando muita discussão sobre as circunstâncias desse fato; tema que fará parte da construção da escrita desse trabalho e será fundamental para entendermos não só como essas pessoas tidas como desviantes da norma social eram tratadas, mas também como esse sujeito vai ser construído na memória do povo de Caicó, como o “Cícero Doido”.

Também encontramos em outras fontes documentais (jornais, livros de crônicas e memórias) e registros orais indícios para analisar essa história e buscar compreender como as pessoas que fugiam da “norma” (MACHADO, 1978) incomodavam tanto por onde passavam. E, por último, procuramos pensar sobre as estratégias que se construíram para elaborar discursos sobre pessoas assim classificadas e que terminavam por rotular tais pessoas como ameaças para a sociedade (FOUCAULT, 1991).

Após várias voltas que a vida deu e mudanças ocorrendo por toda parte, quase que num piscar de olhos, alcançamos o ano de 2020, num momento onde a cidade, o estado, o país e boa parte do mundo, os seres humanos precisaram ficar enclausurados em suas casas, em quarentena, por causa de um inimigo invisível, que se tornou uma pandemia mundial, causado pelo Covid-19 - mais conhecido por Corona Vírus – que nos últimos quatro meses já dizimou dezena de milhares de pessoas por todo o mundo. Em meio a toda essa pandemia, nos deparamos em uma situação talvez mais desastrosa que o próprio vírus, o atual Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que diante dessa pandemia tem levado a questão com desdém, sem muita relevância e como se fosse apenas “*uma gripezinha, um resfriadinho*”, contrariando todos os cientistas, pesquisadores e governantes em geral. Há muito debate na atualidade se de fato o presidente da República ele é “normal” ou se ele não seria um “louco,” no cargo do executivo principal de uma nação, na linha de frente de uma das possíveis maiores pandemias já ocorridas no último século.

Após decorridas duas décadas do século XXI ainda se percebe que a prática de tratar o outro, o diferente, de forma desrespeitosa, de retirá-lo do meio social ou invisibilizá-lo, é algo ainda recorrente na sociedade, como a brasileira, na qual os loucos foram e continuam sendo estigmatizados e excluídos. No que tange ao modo como eram tratadas as pessoas que tinham alguma característica física ou mental, dita “anormal¹” ou diferente dos demais, eram, muitas vezes, tiradas de maneira forçada do convívio social, segregadas, ‘jogadas’ nas ruas, enclausuradas em prisões, hospitais ou entidades de caridade ou religiosas, vítimas de violência, discriminação e de mortes trágicas.

É de fundamental importância, pois, entender as práticas e definições sobre a loucura, bem como a relação com a pobreza, e como essas questões eram pertinentes a própria configuração das cidades, no Brasil da primeira metade do século XX, especialmente. Nesse momento, no sertão do Seridó, as idealizações de uma sociedade disciplinada, sã e que vivesse conforme os padrões ‘europeus’ marcaram a vida de muitas pessoas que não se adequavam a esse padrão. Cícero Leandro da Silva foi um deles. Esse texto, portanto, analisa essa sociedade² a partir da vida de Cícero, analisando as leituras que são feitas sobre “Cícero Doido”, de que lugar ele surge, porque ele incomodava tanto, quais perigos ele causava para a população, o que as pessoas falavam sobre ele e a repercussão que teve sua morte no *Jornal A Folha* (1960). Assim como problematiza a constituição e legitimação dos discursos médicos, jurídicos e da sociedade da época, em relação àquelas pessoas que não estivessem ‘enquadradas’ no formato de sociedade idealizado naquele período para a cidade de Caicó, entre os anos de 1926 e 1960.

E é justamente nesse ambiente em que decidimos encarar a pesquisa e escrita desse trabalho. Segundo Hebe Castro (1997) com as influências que a História Social teve com a Escola dos Annales, por meio de Bloch e Febvre, a História Social se tornou um campo da

¹ Essa discussão sobre a ideia de anormalidade, advém, sobretudo, da modernidade. Para uma melhor compreensão, ver: FOUCAULT, 1991.

² Aliado a essa discussão sobre a sociedade, Norbert Elias (1994) faz uma discussão sobre a história dos costumes a partir da formação do Estado Moderno e discutindo quais as suas influências sobre a civilização. Suas obras permitem entender como se deu o processo de formação do homem civilizado, bem como também permitem analisar em que medida foram desenhados certos aspectos relacionados à educação e ao bem viver em sociedade. O que nos ajuda a analisar a sociedade de Caicó, buscando perceber como cada indivíduo dessa sociedade foi se constituindo a partir dos que o antecederam, de um todo social, e que esse indivíduo muitas vezes poderia tentar sucumbir a ordem imposta pela sociedade. Nesse sentido, o autor mostrou que a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. Há momentos de guerra ou paz, declínio ou ascensão de povos, bem como períodos de crises ou surtos de crescimento. Ou seja, essa vida em comunidade, certamente não é harmoniosa. Ela está composta por uma rede de funções interdependentes pela qual as pessoas estão ligadas entre si, formando assim a ideia de “sociedade”. E que, dentro desse turbilhão da vida cotidiana, cada pessoa, até mesmo os famintos e sem teto - aqui destacamos o próprio Cícero - faz parte de determinado lugar (mesmo que muitas vezes elas não se conheçam ou tenham vínculos) e são componentes da ordem oculta (aquilo que não está diretamente perceptível pelos sentidos) que subjaz à confusão (ELIAS, 1994, p.20-21).

história com várias modalidades, tipos, abordagens e pressupostos diferentes para a escrita e pesquisa histórica. Com os estudos culturais, propostos pelo que se denominou de terceira geração dos Annales, foi aberto um campo de discussões acerca das experiências, da cultura e do comportamento das classes mais baixas, de como reagiam aos acontecimentos para pensar a história daqueles que saíssem da “norma” ou fossem considerados “diferentes” para a sociedade da época, como as vivências daqueles considerados ‘loucos’.

As justificativas para esses comportamentos são muito diversas, ora sustentadas por um discurso religioso, impulsionado no período do Medievo. Ou, no final do século XV, na Europa, como analisou Foucault (1972), quando a loucura em “estado livre” se renovou com os poderes essenciais da linguagem (sobretudo pela literatura dos navegantes e as artes, como por exemplo: o teatro).

Diante disso, foi realizada uma revisão bibliográfica para entender como as sociedades de vários momentos da história se relacionaram com a loucura e construíram os discursos e vários aparatos de exclusão para as pessoas tidas como loucas, baseamos este trabalho nos estudos de Michel Foucault, a partir das obras: *A História da Loucura* (1991), *A ordem do discurso* (1970) e *Microfísica do poder* (1979).

Nesse sentido, Foucault mostrou que, a ideia sobre a loucura foi se modificando em cada época, não sendo possível aplicar o conceito de loucura da mesma forma em todos os períodos. Ele mostrou como os médicos do século XIX, se voltaram para os estudos do passado e perceberam que em determinado momento a loucura era explicada pelo discurso religioso, sobretudo na Idade Média, relacionado, muitas vezes, ao castigo divino, configurando um comportamento que deveria ser banido do meio social; ou, de outra óptica, tomando aquelas pessoas com algum tipo de transtorno mental como sendo seres inocentes perante Deus, que não respondiam por seus atos e deveriam ser atendidos pelas entidades de assistência e caridade.

No século XIX, é perceptível a tentativa explicar a loucura pelo método do discurso científico, sobretudo o discurso médico, onde fazia as prescrições de que tipos de tratamentos deveriam ser feitos com aquelas pessoas que fugissem da “norma” social. Os primeiros tratamentos, de preferência dos médicos, eram a viagem, o repouso, o passeio, o retiro, o corte com o mundo vão e artificial da cidade, (MACHADO, 2009).³ Posteriormente, no início do XX, há uma ampliação dessa discussão na área da psiquiatria, que começa a se modificar e a

³MACHADO, Sérgio Bacchi. Foucault: a loucura como figura histórica e sua delimitação nas práticas psiquiátricas e psicanalíticas. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 217-228, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982009000200004>.

loucura passa a ser evidenciada como uma desordem no agir, no querer e controle das paixões e tomada de decisões desses indivíduos que não se enquadrasse nas normas sociais vigentes da época.

Percebe-se, a partir dos estudos de Foucault (1972) sobre o discurso psiquiátrico, a leitura voltada para a figura do louco como uma “ferida” na sociedade, um mal-estar profundo perante a sociedade moderna, racionalista e, sobretudo, burguesa. Assim, a eliminação, do espaço civilizado, destes ‘elementos não sociáveis’ era a maior realização do sonho burguês. Nesta dinâmica social, foram elaboradas as exigências pelas construções dos asilos, prisões, hospícios e hospitais na afirmação de instituições que ordenam o sonho burguês de sociedade, promovendo assim, réplicas de exclusão que já existiam em tempos anteriores.

Dessa maneira, historicamente, as pessoas que tinham algum tipo de doença mental - comumente conhecido como uma pessoa louca, alienada ou doida, foram vítimas de segregação, violência e discriminação, devido aos discursos oficiais, religiosos, médicos e culturalmente construídos sobre essas pessoas. Assim, importa aqui perceber o contexto em que foram definidos os termos para definir o louco e a loucura no Brasil, e mais especificadamente em Caicó, a partir, sobretudo, da história de Cícero Leandro da Silva, e como o saber e tratamento do ‘louco’ foi construído em especial a partir do século XX. Antes, contudo, é preciso entender as proposições acerca da definição da loucura e suas categorizações e como ela é recebida no Brasil.

Em termos teóricos, além de Foucault, que também estudou sobre o surgimento das primeiras instituições psiquiátricas de internamento, o autor Erving Goffman, em sua obra *Manicômios, prisões e conventos* (1974), dedicou-se em perceber a questão do funcionamento das primeiras instituições de enclausuramento, se atendo ao mundo do internado e ao mundo da equipe dirigente. Ele buscou mostrar que ao longo do tempo as sociedades criaram – instituições totais – especificamente organizadas nos manicômios, nas prisões e nos conventos, para que aquelas pessoas que chegasse a vir a ser uma ameaça / ou um incômodo (os presos ou os loucos) para a sociedade burguesa, ou que desejasse viver em lugares isolados (os religiosos); e assim fossem mandados para viverem enclausurados nesses lugares, numa rotina carregada de códigos e regras de convivência e do controle comportamental.

Sobretudo, Goffman (1974) analisou sobre o processo de mortificação do “eu”, dos indivíduos mandados a essas instituições totais, dando como exemplo os manicômios, que desde sua entrada, o paciente perdia sua vida civil de indivíduo (tem a raspagem da cabeça, higiene limitada e uso de roupas padronizadas), depois era submetido a determinadas formas violentas de tratamento, começava a ser conivente com a equipe dirigente em troca de

prêmios secundários (como por exemplo, fumar um cigarro), sua fala e a linguagem eram vetadas (aqui entrava a figura do médico como mediador entre a família e o mundo do interno) e sua saída de lá se tornava algo que lhe causava medo e seria de difícil adaptação com o mundo externo.

A análise desse trabalho, também percorre os conceitos de cultura e imaginário social⁴, buscando mostrar como eles foram construídos pela sociedade, em seu tempo, cotidiano e espaço, e de que formas eles influenciaram no estabelecimento de normas, leis, códigos de postura e discursos, em relação ao modo como deveria ser organizada a cidade, e o comportamento de cada pessoa. Que dentro desse contexto, aqueles indivíduos que não obedecessem às normas poderiam ser vítimas da exclusão ou até mesmos retirados dos espaços públicos para serem internados em instituições de controle para tratamentos involuntários.

Nesse sentido, o psiquiatra Thomas S. Szasz (1978), contrariando esse discurso de internamento daqueles indivíduos que não obedecessem a normal social, apontou como ao longo do tempo foi construída a concepção de “doentes mentais” contra sua vontade. Isso é bem evidente ainda no século XV, quando os homens acreditavam que algumas pessoas eram feiticeiras, e que alguns de seus atos era devido à feitiçaria. E que posteriormente havia um interesse, de que eles fossem esquecidos pelos que se consideravam defensores do poder Médico e do Estado (SZASZ, 1978, p.19).

Szasz (1978) mostrou que em determinado momento (sobretudo no campo da sociologia), que, o doente mental, especialmente quando assim definido contra sua vontade, talvez fosse interpretado de maneira mais adequada como um “divergente”, seja da sociedade como um todo, ou de um grupo menor, geralmente a própria família. Esse indivíduo que diferia de seus semelhantes, que perturbava ou escandalizava sua família ou a sociedade, era muitas vezes entendido como insano; às vezes, não sendo necessário representar um papel de divergência para ser declarado louco. Essa degradação psiquiátrica atende a importantes necessidades dos membros “mentalmente sadios” do grupo (SZASZ, 1978, p.21).

Szasz (1978), fez duras críticas a essa concepção, mostrando que muitos grupos usualmente classificavam as pessoas ou grupos como “divergentes” a fim de colocá-los à parte, como sendo inferiores, e, desse modo, justificar o controle social, sua opressão, perseguição ou até mesmo destruição completa desses grupos. O autor lembra que os papéis são artefatos sociais; e que a divergência no papel, só tem sentido no contexto de leis e

⁴ Para discutir sobre a construção do imaginário social em torno dos loucos e dos tipos populares, utilizaremos o Bronislaw Baczo (1985, p. 296-332).

costumes sociais específicos, como por exemplo: o delinquente era divergente porque desobedecia à lei. Ou seja, uma pessoa pode ser divergente porque sua conduta difere de uma norma social ou ideal moralmente aceito. Ele faz duras críticas a Psiquiatria Institucional, chegando até ser radical ao afirmar que “a ‘doença mental’ não existia, que ela ‘era um mito’” e que muitas vezes estava a serviço de determinados grupos sociais. (SZASZ, 1978, p. 26-27).

De outra parte, em termos históricos, como mostra Roy Porter (1987), a partir do século XVIII, a questão de segregar os doentes mentais se reforçou por uma nova crença nas terapias⁵ e no sonho da cura (a ideia de regeneração dos loucos) pelas primeiras formas de “tratamentos⁶” disponíveis. Porter aponta que inicialmente, a reclusão dos “lunáticos” era responsabilidade da política civil, seja dos magistrados, dos filantropos ou da própria família, e só posteriormente é que surge a figura do “alienista”, e depois o médico psiquiatra; obviamente que a loucura já tinha sido percebida antes do interesse médico.

A autora Magali Gouveia Engel (p.15, 2001), em sua obra “*Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios*”, mostra-nos que aqui no Brasil,

no que se refere especificamente ao processo de medicalização da loucura, a fundação do Hospício de Pedro II, em meados do século XIX e, sobretudo, a criação da cadeira de clínica psiquiátrica nos cursos de medicina que, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – ao contrário da Faculdade de Medicina da Bahia –, começariam efetivamente a funcionar em meados da década de 80 daquele século converteriam o Rio de Janeiro no mais importante núcleo de produção e de irradiação do saber alienista. Posição consolidada a partir de fins do século XIX com a criação do Serviço de Assistência aos Alienados (1890); a proliferação de teses defendidas na cadeira de psiquiatria e moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; a integração entre o saber e a prática alienista, viabilizada por meio da criação do Pavilhão de Observação no Hospício Nacional de Alienados (1892); a crescente produção de artigos e memórias sobre alienação mental pela comunidade médica do Rio de Janeiro, publicados não apenas nos periódicos gerais de medicina, mas também nos especializados em psiquiatria e medicina legal; e a fundação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (1907).

⁵ “Utilizava consideravelmente a terapia por meio de drogas, algumas usadas como sedativos para os maníacos, e outras como estimulantes para os melancólicos, e muito com o fim de purgar a composição de seus venenos através de suadouros, vômitos e laxativos” (PORTER, p.27, 1987).

⁶ Porter mostra que “alguns médicos utilizavam tratamentos físicos e mecânicos bastantes distintos, incluindo a utilização de técnicas de choque elétrico, comuns a partir do século XVIII, banhos quentes, chuveiradas frias e cadeiras-de-força. Além é claro, do uso de algemas, camisas-de-força ou trabalho manual; assim como outros para o tratamento da mente, como por exemplo: as drogas como o ópio, o confinamento solitário em celas escuras, banhos frios, uma dieta “calmante”, sangrias, purgantes, etc.” (PORTER, p.28, 1987)

A difusão do saber médico, no Brasil, será na passagem do século XIX para o XX, com os discursos Eugenistas⁷, difundido por Renato Kehl⁸, em 1918, na cidade de São Paulo, com a criação da Primeira Sociedade Eugênica. No que concerne ao pensamento psiquiátrico é possível citar, a 1ª Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada pelo psiquiatra Gustavo Riedel no Rio de Janeiro em 1923. Esta liga tinha como objetivo primordial a “melhoria” na assistência aos doentes mentais, através da modernização do atendimento psiquiátrico. Tal contexto veio no bojo da difusão das teorias raciais, em forte discussão pelos teóricos da época.

Separar os doentes passou, então, a se amparar no discurso médico, ou se aproveitando dele, para servir de base a disciplinarização da sociedade e a definição de quem é o espaço da cidade a partir de grupos específicos, como o médico e o político. Definir quem é quem na sociedade passou a ser ponto de partida, e às vezes de chegada, para classificar o direito à rua e a liberdade.

A autora Lourence Cristine Alves mostra que a discussão inaugurada por Philippe Pinel⁹, que inseriu a alienação mental como matéria científica, retirando desta o invólucro filosófico herdado do século XVIII, foi a construção de uma metodologia concisa de análise e tratamento da loucura. Em relação à alienação mental, no século XIX, Pinel propôs quatro

⁷ A autora Lilia Schwarcz procura demonstrar como se deu, após a abolição da escravatura, a construção das teorias raciais e eugenistas europeias, no contexto histórico brasileiro, que era, e ainda continua sendo, bastante singular. Ver: SCHWARCZ, 1993.

⁸ Para saber mais sobre o pensamento eugênico de Renato Kehl ver: WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil”. Dossiê Brasil - Alemanha: Relações Médico-Científicas. Hist. cienc. saude-Manguinhos 20 (1). Mar 2013 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013005000001> Acesso: 30 jun 2022.

⁹ Philippe Pinel nasceu na França em 1745. Com forte inclinação para a vida religiosa, aos 22 anos resolveu estudar medicina e entrou para a faculdade de Medicina de Montpellier. Localizada no sul da França, esta instituição era considerada um importante centro de debates e aprendizado na área médica, pois foi uma das primeiras universidades de Medicina da Europa, fundada em 1220. Pinel formou-se em 1773 aos 29 anos e logo depois tornou-se doutor pela Escola de Medicina de Toulouse. Ele foi o principal percussor do processo de mudança que possibilitou o surgimento do alienismo na sociedade moderna. Ele integrou a corrente que constituiu o saber psiquiátrico por meio da observação e análise sistemática dos fenômenos perceptíveis da doença. De acordo com vários especialistas, Pinel observou a influência da hereditariedade na evolução do distúrbio mental da mesma forma que apontou as causas morais como as mais prováveis para a alienação. Por todo o século XIX outros alienistas deram continuidade a tais conceitos a partir das observações feitas por Pinel. Apesar da ênfase dada à questão da hereditariedade ter variado, na segunda metade do século XIX passou a ser apontada como um fator-chave no desenvolvimento das perturbações mentais. Pinel considerava a alienação mental como qualquer outra doença orgânica, por concebê-la como um distúrbio das funções intelectuais (funções superiores do sistema nervoso) sem a constatação de inflamação ou lesão estrutural. Para explicar a loucura, o alienista identificou três causas, tais como: as causas físicas que se ligavam às fisiológicas; as causas ligadas à hereditariedade e as causas morais (paixões intensas, excessos de todos os tipos, irregularidades dos costumes e hábitos da vida). Pinel defendia a cura da loucura por meio do chamado "tratamento moral"¹, que consistia em uma ampla pedagogia normalizadora com horários e rotina rigidamente estabelecidos, medicamentos receitados somente pelo médico e atividades de trabalho e lazer. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/bio-pinel.php#:~:text=Pinel%20defendia%20a%20cura%20da,atividades%20de%20trabalho%20e%20lazer>. Acesso: 20 de set. 2020.

formas clássicas de manifestação da loucura: mania (delírio geral, com ou sem furor), melancolia (delírio parcial), demência e idiotia (ALVES, 2010, p.48). Mais que distintas categorizações, ele defendeu que o diagnóstico dependia exclusivamente da observação, a fim de determinar o melhor caminho para o tratamento, devendo objetivar a cura. Sendo assim, a loucura deixava de ser interpretada como ausência de inteligência ou ‘desrazão’, e passava a ser vista como um estado de instabilidade e/ou desequilíbrio da inteligência ou das vontades, passível de reorganização e/ou restabelecimento, de acordo com determinados métodos.¹⁰

Lourence Alves ainda mostra que preponderante na psiquiatria brasileira formatava-se a partir do conceito de normal ou anormal, situando a loucura como um desvio de padrão; já pela medicina mental era entendida e tratada como doença, distinguindo-se categoricamente das alegorias sociais ou religiosas culturalmente construídas. Ou seja, o conceito de loucura sofreu diversas mudanças de perspectiva ao longo da história, não podendo ser entendida apenas como doença mental¹¹.

No que concerne à relação entre a loucura e a questão da pobreza, em sua obra “*Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*” a autora Lilia Ferreira Lobo reflete sobre as justificativas que se tinham para tirar os tidos como “degenerados inferiores” das ruas:

ao perigo social que os degenerados inferiores ofereciam como justificativa para retirá-los das ruas e promover a profilaxia dos corpos e das condutas, acrescentou-se aos poucos, já no século XX (com o processo de urbanização e industrialização), a pecha de *fardo social* – corpos inúteis para o trabalho, a pesar nas costas de toda a sociedade, daí a necessidade maior de práticas preventivas de esterilização e controle dos casamentos ou de recuperação. Nesse momento, começou-se a juntar aos degenerados inferiores, também chamados anormais, os cegos, os surdos-mudos, os aleijados, os doentes, as crianças que não aprendiam, determinados tipos de delinquentes, principalmente os juvenis. Na verdade, tanto o ideal de reclusão punitiva e vigilância eugênica quanto o ideal piedoso-filantrópico e médico-pedagógico de institucionalização e recuperação não sucederam um ao outro. Apenas se adicionaram e talvez estejam mais ou menos vigentes até hoje nas práticas constitutivas da categoria de deficiência no Brasil (LOBO, 2008, p.109).

A tentativa de construção de um saber médico sobre a loucura, e para o controle das pessoas na sociedade, teve seu início a partir do século XIX com a criação no Rio de Janeiro, em 1841, do Hospício Pedro II, posteriormente denominado Hospício Nacional de Alienados,

¹⁰ Idem, p. 62.

¹¹ Idem, p.48.

que somente foi inaugurado em 1852, como sendo a primeira instituição específica e especializada para o tratamento da loucura (MACHADO, 1978).

Além da capital imperial, durante o Segundo Reinado (1841-1889), ocorreram movimentações similares em várias partes do Brasil pela institucionalização dos hospícios para alienados, que favoreceram a construção de outras instituições exclusivas para alienados, como por exemplo, em cinco províncias brasileiras, a saber, São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul, Maranhão, Pernambuco e Pará (ODA o DALGALARRONDO, 2005, p.985).

O professor e pesquisador pernambucano Carlos Alberto Cunha Miranda ao longo de sua trajetória acadêmica desenvolveu um amplo trabalho sobre a História da Saúde e das Doenças. Em sua tese “*A prática da medicina no Brasil colonial: espaços e limites da cura*” (1997) buscou analisar os princípios históricos do conhecimento médico e o modo como era colocada, teórica e praticamente, a medicina no período colonial. Ele nos mostra que os administradores portugueses e locais daquele período demonstraram pouco interesse com as questões da saúde da população, ao se eximirem da responsabilidade social de proteger os habitantes, assegurando-lhes condições mais dignas de saúde.

Também é importante ressaltar o trabalho desenvolvido pelo então médico psiquiatra Ulysses Pernambucano¹², que durante a sua vida defendeu uma Psiquiatria com laços com seu meio social e preconizava que o psiquiatra fosse um defensor da pessoa tido como “doente mental”, sendo sumamente importante que garantissem os cuidados básicos de higiene e alimentação aos enfermos e o registro clínico completo das observações médicas.

Para entender um pouco da História da Psiquiatria em nível de Ceará, ressaltamos a tese de doutorado da professora Cláudia Freitas de Oliveira, *O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)*. Em seu estudo, Oliveira analisa aspectos da história do Asilo São Vicente de Paula, que foi a primeira instituição voltada para o recolhimento de loucos na Província do Ceará, onde as principais problemáticas norteadoras deste trabalho visam responder sobre o processo de institucionalização da psiquiatria na então Província do Ceará, a partir da segunda metade do século XIX, com a construção Asilo São Vicente de Paula, que foi a primeira instituição voltada para o recolhimento de loucos na Província do Ceará.

Sua pesquisa se deu em parte, a partir da análise das atas das reuniões da Santa Casa de Misericórdia, que naquele momento era a principal instituição que atendia os mais pobres,

¹² Para alguns autores, Ulysses Pernambucano era considerado um psiquiatra à frente do seu tempo, pois ao longo dos anos de 1918 a 1943 defendeu reformas importantes no tratamento dos enfermos da mente. Ver: PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: Ulysses Pernambucano e a Psiquiatria Social. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano12/wal0312.php> . Acesso em: 07 de set 2022.

os mendigos, os loucos e os flagelados das secas que estavam se mudando para a cidade de Fortaleza, provocando vários problemas sanitários e de ordem social na cidade. Ainda em seu trabalho, é possível perceber que a autora baseia sua discussão sobre a loucura, a partir da obra *Uma História Social da Loucura* de Roy Porter¹³ (1996). Para a autora, trabalhar com a loucura está intrinsicamente atrelado a questão de cidade, da pobreza e ao Projeto de Estado, ou seja, ao processo político e social de uma sociedade.

Já a autora Roberta Kelly Bezerra de Freitas (2012) com seu trabalho, *Entre a pobreza e a loucura: O discurso psiquiátrico, o asilo de alienados e as cartas sobre a loucura (1874 a 1886)*, a autora analisa o contexto social e político que levou a constituição de um discurso psiquiátrico na capital da província do Ceará em relação aos pobres e aos loucos no final do século XIX. Sua pesquisa, se dá a partir da análise dos dez artigos intitulados *Cartas sobre a loucura*, escritas pelo médico Dr. Montezuma¹⁴, que publicou na Gazeta do Norte, em 1882.

Freitas (2012) cita que nessas cartas o médico cearense explica a origem da loucura, as monomanias (possuir uma ideia fixa) e, principalmente, a importância da medicina para a formação de uma sociedade consolidada em preceitos morais cristãos. De acordo com algumas fontes que a autora analisou na Assembleia Legislativa de Fortaleza, devido ao período que ele foi deputado, o então deputado Montezuma defendeu, em várias ocasiões, a criação do primeiro asilo de alienados do Ceará, no caso o asilo de Alienados São Vicente de Paula. Dentro do posicionamento do Dr. Montezuma sobre a causa da loucura, a autora identificou que estava pautada em três escolas psiquiátricas: a psicológica (a origem da loucura estava nas paixões), a somaticista (a origem estava no corpo) e a proposta, posteriormente por Falret, chamada escola interacionista (que declarava que a origem da

¹³ Roy Porter foi um renomado historiador inglês, que praticamente deu início as pesquisas no campo da história da "loucura". Porter entendia a história da medicina não como a história dos médicos, mas a história dos doentes e das sociedades. Enquanto no Brasil a história da "loucura" é frequentemente associada a visões antipsiquiátricas, Roy Porter desenvolveu uma história da psiquiatria sem discutir modelos casuais, mas situando-se no meio da arte, da filosofia e do movimento científico de cada época, uma história do ponto de vista do paciente. No início dos anos 80, ele iniciou com Bill Bynum diferentes seminários sobre a história da psiquiatria, dando origem ao que é possível chamar de a era pós-antipsiquiatria da historiografia psiquiátrica, que os autores publicam sobre o título de "The Anatomy of Madness". Profundo conhecedor e crítico da historiografia da psiquiatria de Szasz e Foucault baseada no confinamento, na exclusão e na fabricação da loucura, aponta seus excessos em várias situações. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000200015&lng=pt&tlng=pt Acesso: 24 de set. 2020.

¹⁴ Mais conhecido com Dr. Montezuma, Francisco Ribeiro Delfino Montezuma nasceu em Icó (Ceará) no dia 27 de abril de 1839 e faleceu em Fortaleza em 31 de agosto de 1892, foi um dos fundadores e orador oficial do Ateneu Médico Acadêmico e médico interno da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Glória do Rio de Janeiro, como também deputado por três mandatos. Escreveu várias obras, dentre elas as *Dez Cartas Sobre a Loucura* em 1882 publicadas na Gazeta do Norte, nas quais traz suas concepções sobre as origens da loucura e como ela devia ser tratada.

loucura era orgânica e afetiva), que unia as duas escolas anteriores. Sendo essa última que definia as ideias de Montezuma sobre a loucura e sua origem (FREITAS, 2012, p.83).

Além do Ceará e ainda a partir de meados do século XIX, Silva et al (2014) mostraram que em se tratando do Rio Grande do Norte, os primórdios da história da psiquiatria potiguar, se inserem com a construção, em 1857, de um hospital Lazareto, caracterizado como uma instituição destinada ao depósito de leprosos; pelo fato de não possuir especificidade, o Lazareto comumente atendia as pessoas portadoras de patologias que a sociedade estigmatizava e rotulava de escória social (SILVA, p.105). Assim, os casos tidos incuráveis, como a tuberculose, sífilis, varíola e aquelas pessoas que não se enquadravam nas regras de conduta social, os quais eram chamados os loucos, eram assistidos naquela instituição. No Lazareto, os pacientes com transtornos psiquiátricos eram submetidos a uma condição humilhante e desumana, amontoados e expostos nus ou acorrentados.

Somente em 1882, o Lazareto passou a ser chamado de Lazareto da Piedade de Natal, funcionando ainda sem condutas terapêuticas apropriadas para a reintegração dos pacientes à sociedade, mas com a função restrita de retirar das ruas os segregados. Em 1911, o Lazareto da Piedade de Natal passou a se chamar Asilo da Piedade. Na direção do médico Varela Santiago, em 1921, o Asilo da Piedade passou a se chamar Hospital dos Alienados de Natal, utilizando o mesmo prédio, as mesmas instalações e a continuidade dos tratamentos humilhantes e degradantes aos internos. A denominação mudou nos anos posteriores, mas seguiu com muitas de suas práticas (AZEVEDO, 2006, p.31).

Sobre a primeira instituição hospitalar da cidade de Caicó e região do Seridó, o Hospital do Seridó, Dantas (2015) considerou que esse hospital teve sua fundação em 1926, atendendo uma grande diversidade de público, desde criança, jovem, adulto ou idoso, das várias camadas sociais; e que algumas décadas mais tarde se tornou a primeira instituição a começar a atender e tratar pessoas com tuberculose, e onde foram instaladas – mesmo de forma quase improvisada – na décadas de 1970 as duas primeiras alas hospitalares para o atendimento às pessoas com algum tipo de deficiência mental.

Assim, a questão do louco e da loucura permeou as definições não apenas médicas, mas também sociais e marcaram o espaço e o desenho que a sociedade de Caicó, as classes mais abastadas, queriam para a cidade em construção. Cícero Leandro da Silva, e tantos outros, foi vítima desse processo de controle e disciplinarização de corpos para servirem aos interesses particulares. Entendido como louco e não apto às ruas da cidade foi marginalizado e excluído de seus direitos na sua vida e na sua morte. É disso que trata essa dissertação.

No primeiro capítulo são discutidas as circunstâncias sobre a morte do Cícero e todo o imaginário e processo que esteve em questão. Para isso, fazemos a análise do inquérito policial de sua morte, do atestado de óbito, do prontuário médico do Hospital de Alienados de Natal e o que após sua morte foi escrito no Jornal *A Folha* da cidade de Caicó. É interessante observar que desde a morte do Cícero, houve uma constante tentativa de trazer a figura do Cícero em vários momentos, devido à discussão sobre as causas de sua morte, de haver sido por complicações de saúde pré-existentes ou em decorrência do tempo que ele esteve preso dias antes do acontecido.

Depois a discussão se volta à sociedade de Caicó, como ela estava sendo organizada naquele momento (na primeira metade do século XX), quem foram os responsáveis naquela época (em especial, os comerciantes, os políticos, os intelectuais e figuras públicas da época) nessa sociedade, pela construção das ideias e modos de como as pessoas deveriam viver naquele momento. Problematizamos quem era essa sociedade, que ao mesmo tempo estava em transição para a modernidade, ainda cultivava práticas onde excluía e buscava tirar do meio social aquelas pessoas que não condiziam com a suposta “normalidade” da época. E, como era nesse meio em que o Cícero estava inserido, vamos pensar sobre a formação dos espaços públicos da cidade de Caicó, quem poderia estar nesses lugares e como é que as famílias tradicionais desse período se relacionavam diante daquelas pessoas que não condizia com sua forma de ser ou viver. E atrelado a isso, discutimos sobre o espaço do Hospital de Alienados de Natal, no qual o Cícero esteve internado uma parte da sua vida.

No segundo capítulo, a análise parte para os termos pelos quais Cícero Leandro era tratado nas documentações, foram sendo propagados nos dicionários da época. Para isso, fazemos o uso de dicionários da língua portuguesa do século XVIII e XIX, os dicionários do padre D. Rafael Bluteau, de 1728 e 1789, e de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832: a multiplicidade de verbetes e a indefinição da loucura. E o Dicionário de medicina popular de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, “para uso das famílias”: as formas de lidar com o louco são indicadas, de 1890.

No terceiro capítulo, tratamos acerca da definição do louco, a partir da divisão do saber médico e do saber jurídico, utilizando como base os discursos e termos contidos no Processo de Medida de Segurança no qual, o Cícero, foi acusado e denunciado por comerciantes da cidade, por haver supostamente perturbado a moral e os bons costumes. Também analisaremos crônicas, revistas e jornais que circulavam na época e a posteriori, para que

dessa maneira possamos construir um pouco da biografia de quem foi o Cícero, do por que até os dias atuais ele permanecer na memória e no imaginário social da cidade de Caicó, a ponto de por exemplo, uma foto sua, ser exposta tanto num livro de memórias da cidade, quanto na contracapa de um livro de um radialista muito conhecido na região que sempre trabalhava com o engraçado, o cômico e fazendo relatos satíricos daquelas pessoas que eram consideradas os desviantes daquela sociedade. Ao se debruçar nessa construção da escrita da história de vida do Cícero, percebemos a existência de “outros” Cíceros, pelas anedotas e histórias, que permaneceram vividas na memória local, mas que também, por hora, muitas vezes esses mesmos indivíduos, foram excluídos ou sofreram violências naquela sociedade, que ainda tratava o outro, o diferente, o desviante, como aquele ser que devia ser retirado dos espaços de convivência social, e em casos extremos serem presos ou internados em hospitais.

2 CAICÓ E O SERTÃO DO SERIDÓ E O QUE SE CONTA SOBRE CAICÓ

Caicó, uma cidade imbricada nos sertões do Seridó, do sol escaldante o ano inteiro, de um povo acolhedor e resistente, terra da carne de sol, do queijo de manteiga, do algodão mocó, do açude Itans, da Festa de Sant'Ana e das feiras; ao longo do tempo foi sendo também definida na historiografia tradicional local como sendo uma cidade de tradição de organização econômica agrícola, de caráter rural que vai buscar organizar, modernizar e limpar o seu espaço urbano na passagem da primeira metade do século XX.

Algumas obras que merecem ser citadas por abordar sobre a cidade de Caicó são: *Caicó*, projeto da Fundação José Augusto e Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine (1982); *Revivendo O Seridó (memórias)* de Janúncio Bezerra da Nóbrega (1982); *Velhos Costumes do Meu Sertão* (1965) de Juvenal Lamartine; *Caicó, Cem Anos Atrás* de Olavo de Medeiros Filho; *Desvendando a Cidade: Caicó em sua dinâmica espacial* (1999) de Ione Rodrigues Diniz Moraes; *Caicó: subsídios para a história completa do Município* (1999, 2ª edição) de Pe. Eymard L'E Monteiro; *A Penúltima Versão do Seridó: Uma História do Regionalismo Seridoense* (2005) e *Rústicos Cabedais: Patrimônio e Cotidiano Familiar nos Sertões da Pecuária (Seridó – Séc. XVIII)* (2015), ambos de Muirakytan Kennedy de Macedo; *A Invenção de Caicó* (2004) de Moacy Cirne e *Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução* (2007) de Juciene Batista Félix Andrade.

A historiografia mais tradicional tem uma tendência a representar o passado de Caicó de maneira que possa despertar um sentimento de identificação, saudade e exaltação cidadina. É recorrente uma constante repetição de narrativas nesses livros, sempre conectando a história de Caicó no trinômio: religiosidade (lenda do vaqueiro-Santana), pecuária bovina e a cotonicultura; atrelado à importância econômica e comercial que a cidade tem para a região do Seridó. Assim, Caicó ao longo do tempo foi narrada por seus vários políticos e memorialistas como uma terra de fé e devoção a Nossa Senhora Sant'Ana, da carne de sol, da manteiga de garrafa e de um povo acolhedor. O seu surgimento é permeado por histórias, mitos e lendas. O mais tradicional deles trata da prece de um vaqueiro, que numa fuga de um boi bravo, fez uma prece a Nossa Senhora Sant'Ana, que caso ela o livrasse desse boi, ele construiria uma capelinha em homenagem a ela.

A narrativa apresentada na historiografia local, ao contrário, se preocupou em apresentar Caicó como uma cidade que não era propriamente rural, apesar de sua localização no interior nordestino, mas um lugar que estava atraindo ares de urbanidade nessa época. A cidade está localizada na microrregião do Seridó Ocidental, no semiárido do interior do Rio

Grande do Norte, fica a 282 Km da capital do Estado. Possui uma área territorial de 1 228,583 km². A vegetação característica da área é a de Caatinga, de transição entre a Caatinga Hiperxerófila e Caatinga Subdesértica. Suas folhas caem durante o período seco e logo renascem após as primeiras chuvas. O município é banhado pelos rios Seridó, Sabugi e Barra Nova. E ao longo do tempo teve e continua tendo grande importância econômica, política e social, para as cidades circunvizinhas. Sua organização espacial remete a outras cidades coloniais, pois seu desenvolvimento e crescimento partiram dos arredores da edificação de um espaço religioso católico.

O ‘momento áureo do desenvolvimento urbano’ de Caicó, conforme a historiografia local estava atrelada as atividades de pecuária bovina e da cotonicultura. Na parte industrial, a cidade teve seu desenvolvimento lentamente, ganhando destaque a famosa “Algodoeira Seridó Comércio e Indústria”, S/A, que até pouco tempo atrás, exerceu uma grande função comercial para boa parte da região do Seridó, permitindo que as cidades menores se abastecessem do seu comércio local, com um fluxo contínuo de pessoas dessas outras localidades.

O desenvolvimento da cidade, foi, sobretudo pelo comércio local, houve também o período áureo do algodão mocó, que transformou Caicó num dos principais fornecedores de matéria prima para a Inglaterra e outros países. É importante frisar, como cita Avohanne Araújo, que foi através da atividade algodoeira-pecuária que emergiu a oligarquia do Seridó, representada pelos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e seu sucessor, e também parente, Juvenal Lamartine de Faria. Ela ainda ressalta que a relação entre as oligarquias do interior e da capital não era nada pacífica, tanto em fins da Monarquia quanto nos primeiros anos da República¹⁵.

A cidade apresenta ruas largas e estreitas, bem como apresenta construções que remonta desde o período colonial ao moderno. O centro da cidade, com seus vários comércios e lojas atraía pessoas de toda a região circunvizinha. A feira livre e o Mercado Público compreendiam de comerciantes locais que diariamente buscavam cumprir seu papel na geração de renda, movimentação da economia local e alvorecer cultural e social da população. Era nesse ambiente dos comércios que, por muitas vezes, Cícero Leandro foi retirado, insultado e até mesmo surrado, pois para alguns comerciantes da época, ele não era alguém de confiança ou uma “boa imagem” para ser vista em seu comércio. As praças nesse período

¹⁵ Para entender melhor sobre essa configuração política, econômica e social da época, ver: ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de. Alimentação, saúde e doenças carenciais em períodos de seca nos sertões do Rio Grande do Norte (1877-1935). 2022. 309f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

eram consideradas um lugar de estar com a família, de reunir amigos, do lazer, de sociabilidades e até mesmo da convivência – não tão aceitável - com aqueles indivíduos marginalizados pela população.

Por se tratar de uma cidade altamente influenciada pela Igreja Católica, a vida social no contexto que o Cícero viveu, era muito pautada por preceitos religiosos cristãos. Era hábito das famílias (sejam elas abastadas ou pobres) aos domingos e dias santos participarem das missas, irmandades, novenas, leilões e atividades culturais promovidas pela própria paróquia do bairro. Em épocas de celebrações da padroeira local, a cidade passava a ter um fluxo de pessoas muito grande, vindo gente de várias cidades e até mesmo de outras localidades. É bem perceptível o quanto já nesse ambiente, havia uma distinção social pujante, pois nem sempre as pessoas que correspondiam ao perfil imposto a Cícero Leandro, poderiam adentrar e participar dessas celebrações. Elas eram muitas vezes vistas como “coitadinhos”, “pedintes” ou “uma ameaça” a segurança das famílias mais tradicionais da cidade. Deve-se ressaltar que a cidade de Caicó contava com políticos de renome não só a nível local, como até nacional, e justamente nas épocas das festas religiosas, alguns deles utilizavam como palco político.

Em meados do século XX, a cidade já abrigava uma casa de câmara e cadeia (estabelecidas desde o período imperial), entendidas como os principais espaços de estabelecimento de relações de ordem e de controle social. Esses lugares terão no asilo para loucos um novo lugar para a instituição da ordem popular. Nesse momento, Caicó já gozava de certa importância no setor educacional, com a instalação das primeiras escolas públicas e surgimento de importantes colégios particulares (restrito as famílias mais abastadas da cidade e regiões circunvizinhas).

Caicó foi também apresentada como tendo grande destaque no cenário político local, estadual e até nacional: assegurado pelos ‘ares de modernidades e higienização da cidade’. Entre um dos políticos que teve ascensão na política nacional foi Dinarte de Medeiros Mariz¹⁶. Em 1929, sendo um importante comerciante de algodão em Caicó, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), ingressou na Aliança Liberal e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Contudo, o candidato eleito naquele pleito foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís. A derrota de Vargas, aliada ao assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, veio a eclodir o movimento revolucionário de outubro de 1930, ao cabo do qual, no dia 24, o presidente Washington Luís foi destituído e no dia 3 de novembro

¹⁶ Para saber mais sobre a vida de Dinarte de Medeiros Mariz, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dinarte-de-medeiros-mariz> Acesso: 07 set 2022.

seguinte o líder civil do movimento, Getúlio Vargas, foi conduzido ao poder. Através do comando do capitão do Exército Abelardo Torres da Silva Castro, Dinarte Mariz participou da revolução no Rio Grande do Norte, colaborando, após sua vitória, com a junta governativa que administrou o estado entre os dias 6 e 12 de outubro de 1930. Sendo assim, nomeado e indicado pelos revolucionários do estado para a prefeitura municipal de Caicó, permanecendo no cargo até 1932; posteriormente o mesmo ocupou outros cargos de importância, chegando até ser governador do estado e senador federal.

É importante frisar que já antes dele, outros políticos, começaram a ganhar destaque no cenário político e vão ser responsáveis por pensar na construção da primeira instituição de saúde pública no meio do sertão do Seridó. Dessa forma, possibilitando tornar a cidade de Caicó como o berço das primeiras instituições hospitalares do interior do Rio Grande do Norte. O primeiro hospital teve sua edificação iniciada nos idos de 1925. Inicialmente projetado para se instalar no centro da cidade (onde hoje o espaço é ocupado pela Rodoviária da cidade) foi posteriormente instalado no Bairro Paraíba, levando o nome de Hospital do Seridó - tendo em vista que não era só para atender a cidade de Caicó, mas os municípios que compunha o que se denomina como o Seridó - e com o passar dos anos outras instituições hospitalares e de assistência à saúde foram sendo instalados na cidade, tornando Caicó um polo de referência de tratamento medicinal para o Seridó.

O Hospital do Seridó¹⁷ foi inaugurado no dia 7 de Agosto de 1926, pelo médico Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, presidente eleito. Foi um marco para a cidade e toda a região do Seridó. É importante ressaltar que embora inaugurado em 1926, só anos depois houve condições para o seu funcionamento. Somente, em janeiro de 1934, com o ato do interventor Mário Câmara, concedendo uma subvenção anual de 20 Contos de Réis e a nomeação de um Diretor, assim foi possível fazer funcionar o Hospital, o Diretor nomeado foi o Dr. Olavo Silva de Medeiros. Dirigiu o Hospital sem interrupção da data em que foi nomeado até o ano de 1940.

Antes dessa instituição de saúde, a assistência médica no meio do sertão era insuficiente, somente as famílias que tivessem um poder aquisitivo melhor, tinham acesso a melhores tratamentos na capital do Rio Grande do Norte, ou até mesmo em Recife-PE, localizada a cerca de 430 km distância. E, importante destacar: até esse momento, os sertões do país ainda não dispunham de uma assistência voltada para aquelas pessoas que sofressem de algum transtorno mental e que não tivessem recursos suficientes para buscar tratamento

¹⁷ Para saber outros detalhes sobre a História do Hospital do Seridó, ver: <http://hospitaldoserido.blogspot.com/p/historia.html>.

fora da região do Seridó. Portanto, o Hospital do Seridó, inaugurado pelo então governador Walfredo Gurgel, foi apontado como marco divisório e civilizatório para aquela região, sobretudo quando entendido como instituição disciplinadora que tiraria das ruas da cidade os elementos (populares) considerados nocivos à chamada sociedade de bem. Em uma entrevista realizada com o médico Drº Salomão Gurgel, em julho de 2021, foi indicado que aquelas famílias (sobretudo as abastadas) que tinha algum familiar na família que fosse caracterizado como “louco”, recorria aos hospitais de Recife-PE. Isso devido não só ao fato do interior do Rio Grande do Norte não possuir instituições asilares, ou de cuidados especializados para essas pessoas, mas também como estratégia das famílias mais abastadas para afastar de si o estigma que poderia vir a ter, por simplesmente apresentar em seu meio, alguém doente de algum ‘distúrbio mental’. No caso das famílias pobres que possuíam algum parente que padecesse de problemas entendidos, naquela época, a maneira de tratar a situação era bastante diferente. Ou é relegada a rua e a indigência ou, caso o ‘doente mental’ cause desconforto, a prisão e o hospital de alienados. Ou todas as opções juntamente. É o que vemos acontecer com Cícero Leandro da Silva. A exclusão e segregação ficaram evidentes tanto em sua morte como em sua vida.

1.1 Merece um doido apanhar?

No Jornal *A Folha*¹⁸, em 21 de maio do ano de 1960, foi publicado o que seria o ‘obituário’ de, talvez, um dos cidadãos mais conhecidos de Caicó. Seu nome era Cícero Leandro da Silva, natural de Caicó, no Rio Grande do Norte, um homem branco, de aproximadamente 30 anos e pesando 55 quilos. Filho de José Leandro e Vicencia Leandro, era solteiro, se definia como católico, como quase todos os moradores de Caicó, e era analfabeto. Todavia, em seu ‘obituário’, nenhuma dessas características foram ressaltadas. Apenas foi comunicado, em tom quase galhofeiro, que teria morrido um ‘famoso’ ‘doido’ da cidade.

¹⁸ O Jornal *A Folha*, que pertencia a Diocese de Caicó, “foi um periódico semanal de caráter noticioso e informativo, com seções variadas: religião, vida escolar, esportes, sociais etc.” (informações coletadas do primeiro volume do Jornal *A Folha*). Esse periódico começou a ser circulado em Caicó-RN, a partir do dia 06 de março de 1954, tendo como seu diretor e fundador o Mons. Walfredo Gurgel (pertencente a Diocese de Caicó), como gerente Inácio Valle Sobrinho e como seus primeiros redatores Genival Santos Medeiros e Levi de Assis Dantas. Atualmente esse jornal está disponível (em bom estado de conservação e armazenamento) para consulta na versão física no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) no Fundo da Diocese de Caicó na Série Jornal *A Folha*, bem como na versão digital por meio do site acervus.ufrn.br.

Faleceu o popular Cícero “Doido”.

Em consequência desastrosa de ter sido surrado por um soldado da nossa polícia, faleceu nesta cidade no dia 16 deste, o conhecido popular Cícero “Doido”.

Cícero era uma figura exótica, que causava riso a muitas pessoas devido as suas pilherias loucas.

Fomos informados que está sendo aberto rigoroso inquérito policial a respeito do bárbaro espancamento.

Transcrição do Jornal A Folha – nº324– 21 de maio de 1960. Pág. 04¹⁹

Talvez uma das partes mais impactantes da vida de Cícero seja a sua morte. Por tal razão, a discussão em torno do ‘louco’ e da ‘loucura’, nesse texto, parta de seu falecimento. Cícero Leandro da Silva teve muito de sua definição, e mesmo a afirmação da narrativa como ‘doido’, a partir de sua morte. Em seu passamento, muito da definição de loucura foi reavaliada e apresentada não mais pela necessidade de ressaltar o perigo que suas ações, entendidas como atos de loucura, traziam para a sociedade, mas a excentricidade de seus atos. Nesse caso, tratava-se de um Cícero “doido” esvaziado, belo porque morto (CERTEAU, 1995).

Um pouco mais adiante no tempo, o professor Laércio Fernandes Monteiro no *Jornal A Folha* em 04 de junho de 1960²⁰, escreveu um pequeno enxerto intitulado, em letras garrafais, “CÍCERO O LOUCO”,

CÍCERO O LOUCO

É pungente o drama real da vida do mártir “Cícero Louco”.

ERA INOFENSIVO

Sua morada era a rua. Seu teto era o céu, dormindo ao relento. Às vezes era despertado por perversos que vinham surrá-lo. De pés descalços e barba grande pedia sobras. As pessoas de bom coração davam lhe trapos e restos de alimentação. Seus dias eram tormentosos Moleques vinham agredi-lo com insultos e pedradas.

E ... assim, era a trágica vida de Cícero.

Ultimamente mandaram no à prisão e dessa prisão baixou ao Hospital do Seridó mortalmente enfermo, Mas... Deus promete... aquele para quem o mundo foi ingrato na eternidade será compensado.

Laércio Fernandes Monteiro

Transcrição do Jornal A Folha – nº 254 – 04 de junho de 1960. Pág. 03

¹⁹ FALECEU O POPULAR Cícero “Doido”. In:___ **Jornal A Fôlha**. Caicó, 21 de maio de 1960. Ano VII, Número 324, p.4.

²⁰ MONTEIRO, Laércio Fernandes. *CÍCERO O LOUCO*. In:___ **Jornal A Fôlha**. Caicó. 04 de junho de 1960. Ano VII, Número 254, p.3.

O autor escolheu referenciar a morte do Cícero como um “mártir”, afirmando como tinha sido difícil e trágica sua vida, que o mesmo “era inofensivo” e sua morada era a rua, e que às vezes ele despertado por pessoas que viam surrá-lo ou de “moleques” que vinham agredi-lo com insultos e pedradas, fazendo nos indagar: se o Cícero de fato era “louco”, por que ele não revidava (com violência) essas más condutas das pessoas que o tratava mal e por que essas pessoas não recebiam nenhum tipo de punição? Para, além disso, o ator o descreveu como alguém que “de pés descalços e barba grande”, que pedia sobras de comida as pessoas da cidade, e recebia, além de restos de alimentos, as roupas -os trapos, em sua percepção - que vestia.

Morto, Cícero foi lido como sendo “uma figura exótica” que causava risos a muitas pessoas devido as suas “pilherias loucas”. Morto, Cícero Leandro ERA INOFENSIVO, em letras garrafais. Mas, apenas porque já era uma figura extinta, de quem se preservaria apenas memórias. Enquanto vivo, sobre ele pesou o julgamento e a exclusão da sociedade, bastante evidente tanto na vida, como em sua morte. O Inquérito Policial²¹, aberto para apurar as circunstâncias da morte de Cícero Leandro, foi instaurado a partir do dia 16 de maio de 1960, justamente um dia após seu falecimento, em razão de comentários circularem na cidade de que a morte havia sido criminosa, por parte de policiais da cidade de Caicó. É o que aponta a portaria expedida na delegacia de Caicó:

Chegando ao conhecimento desta Delegacia de Polícia que faleceu ontem nesta cidade o débil mental Cícero Leandro da Silva, conhecido por “Cícero Doido”, e como circule boatos de que a morte do mesmo teria ido causada por espancamento feito pela Polícia, determino que autuada esta, seja instaurado inquérito sobre o fato, submetendo-se o corpo a exame cadavérico, para o que nomeio peritos os Doutores Pedro Militão Soares de Brito e Francisco da Silva Gomes, os quais deverão prestar o respectivo compromisso.

A. Cumpra-se.

Delegacia de Polícia em Caicó, 16 de Maio de 1960.

Edmilson Fernandes Holanda, Capitão. (Delegado de Polícia).²²

No dia seguinte ao falecimento, o inquérito foi instaurado e enviados os peritos a fim de avaliarem as circunstâncias da morte de Cícero. O exame cadavérico deveria responder a quatro quesitos: se houve morte; qual o instrumento ou meio que ocasionou a morte; qual a causa da morte; e se foi produzido por meio e veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel. O laudo apontou que examinando o cadáver de Cícero

²¹ INQUÉRITO Policial da vítima Cícero Leandro da Silva, conhecido por Cícero Doido. Delegacia de Polícia: Labordoc: UFRN-Ceres, Caicó, RN, Caixa 276. 23 p. 27 maio. 1960.

²² Idem, p. 03.

Leandro da Silva este apresentava: “rigidez cadavérica normal”, o que confirmava sua morte. Quanto às circunstâncias declararam morte natural em virtude de uma “Caquexia pelagrose” e apresentando também anemia secundária. O laudo foi assinado pelo Capitão Edmilson Fernandes Holanda, Delegado; Pedro Militão Soares de Brito, Perito; Francisco da Silva Gomes, Perito; e Israel Víctor da Silva, Escrivão. Todos ligados à Polícia.

Também foi requisitado que fossem averiguados os relatos das testemunhas do processo, são elas: a Sra. Carminda dos Santos (sobrinha do Cícero), os senhores Pedro Araújo, Justino Dantas Filho e a Sra. Yolanda de Castro Gomes (enfermeira). Bem como os seguintes policiais: 2º Tenente Romildo Jorge da Costa, Cabo Armando Feliciano de Sá e os soldados Manoel Crispim da Costa e Luis Calos Ribeiro. Os relatos das testemunhas chamadas para participarem do inquérito, contudo, trouxeram questões que colocaram em suspeição a morte de Cícero apenas por causas naturais.

A primeira pessoa a ser interrogada foi sua sobrinha, Carminda dos Santos. No dia 27 de maio ela compareceu a Delegacia de Polícia, onde estava o senhor Capitão Bento Manoel de Medeiros, Delegado Especial e presidente do inquérito e o escrivão da delegacia. Carminda respondeu, ao ser perguntada sobre o fato e motivos que causaram a morte do seu Tio, Cícero Leandro da Silva, conhecido por “Cícero Doido”, declarou:

que no dia quinze do corrente mês, o seu tio Cícero Leandro faleceu em a sua casa de residência, isto porque já fazia uns oito dias que o mesmo estava acamado em virtude de viver há tempos doente; que o seu tio era louco e por isso era conhecido por Cícero Doido; que ultimamente o mesmo Cícero vivia com os pés inchados e bastante pálido (...).²³

Ainda acrescentou que, após o seu falecimento, algumas pessoas da cidade começaram a dizer que Cícero havia falecido em virtude de ter sofrido um espancamento por um soldado da Polícia. Carminda confirmou que Cícero “antes de falecer teve oportunidade de dizer a declarante que tinha sido preso nesta cidade/ durante três dias e na cadeia tinha sido espancado por um soldado que não sabia o seu nome, porem se fosse a sua presença reconhecia o dito soldado”. Também asseverou ter sido informada

pelo senhor Dantas do Saneamento, que o mesmo havia socorrido Cícero após este ter sido solto e caiu em frente a casa de residência do mesmo Dantas, alegando / ter sofrido dito espancamento; que o mesmo Dantas ainda informou a declarante que havia prestado socorro a Cícero Doido e inclusive trocado a roupa do mesmo que estava molhada e suja de óleo ou piche; que o senhor Dantas ainda informou que Cícero dizia que tinha sido espancado e molhado com uma mangueira quando estiver preso; que a declarante não se

²⁰ Idem p.11.

recorda em que dia Cícero foi detido, porém acha que foi na segunda quinzena de abril próximo findo.²⁴

Carminda, no entanto, terminou seu relato afirmando não acreditar no tio, “pois o mesmo as/ vezes era preso porque estava proferindo palavrões na rua e nunca soldado algum o espancou/”. Em virtude de seu testemunho, o delegado mandou que fossem intimados para dar declarações naquele mesmo dia o Sr. Justino Dantas e a Sra. Yolanda de Castro Gomes, citados pela sobrinha de Cícero. O Sr. Justino Dantas Filho, conhecido como “Dantas”.

Este, “brasileiro, com quarenta e sete anos de idade, casado, funcionário público estadual”, declarou que

efetivamente em um dia de domingo parecendo-lhes ter sido primeiro de maio corrente, por volta das oito e trinta horas da noite, ele declarante estava em a sua residência justamente com sua família e enfermeira Yolanda de Castro Gomes; que nessa ocasião Yolanda ao sair dali para a Maternidade local, chamou a atenção do declarante para uma pessoas que estava gemendo próximo a calçada da maternidade; que então o declarante acompanhou a mesma até a calçada e ali verificou que tratava-se da pessoa de Cícero Doido que estava caído naquela/ calçada com as vestes molhadas e fedendo a creolina.²⁵

Dantas afirmou que Cícero pediu uma roupa e disse que estava “sentindo uma dor porque havia sido preso e um soldado na Cadeia ou Quartel lhe dera uma surra com uma mangueira e molhara a sua roupa”. Adiantou que Cícero Leandro não sabia o nome do soldado. Dantas e Yolanda deram roupa e um lençol e que Cícero passou a noite na calçada e na segunda feira pela manhã, saiu para a área de uma casa desocupada, a mandado de José Dantas de Melo. Nesta casa tomou café e o almoço e mais tarde Cícero retirou-se dali e dali não soube mais o seu paradeiro. Sendo ainda questionado acerca das informações dadas por Cícero, Dantas apontou

que não sabe informar e nem Cícero lhe disse quantos dias esteve preso; que dias depois Carminda, sobrinha de Cícero estava tirando auxílio pela rua dizendo que Cícero estava acamado em casa dela e precisava fazer um quarto para ele, tendo o declarante dado um auxílio para esse fim; que com dois ou três dias seguintes, o declarante soube que Cícero havia falecido; que antes de prestar socorro a Cícero naquela noite, teve a oportunidade de vê-lo e verificou que o mesmo andava doente, pois os pés já estavam inchados e a sua cor era bem pálida;²⁶

E, por fim, Dantas se esquivou. Disse não saber informar se na realidade Cícero Doido foi espancado por ocasião que esteve preso. E colocou toda a responsabilidade sobre

²⁴ Idem ibdem.

²⁵ Idem p.12.

²⁶ Idem p.13.

Cícero quanto as alegações de que havia sido “espancado por um soldado quando estava preso e que o mesmo soldado molhava a sua roupa após lhe espancar com uma mangueira, e que na realidade o declarante viu a roupa do mesmo molhada”. Contudo, afirmou não o ter examinado para ver “se estava com algum ferimento ou ronchas no corpo”. Dona Yolanda corroborou a fala de Dantas, porém foi mais enfática. Procurou atrelar a fala de Cícero com a sua questão mental. Assim, afirmou ser “do conhecimento que Cícero além de ser louco, há tempos vivia doente e ultimamente demonstrava que o seu estado de saúde se agravava dia a dia”.

Após o relato de todas as testemunhas e de ser divulgado o Laudo do Exame Cadavérico²⁷, no final do relatório do processo, foi “constatado que o Cícero havia tido uma morte natural em decorrência de alguma doença, e não por espancamento como havia sido divulgada em boatos pelas ruas da cidade” e no Jornal *A Folha*, sem apresentar “nenhuma” evidência de crime, fazendo com que o delegado solicitasse o arquivamento da denúncia.

A violência entendida apenas pelo espancamento propriamente dito esconde outros tipos de violência, como a psicológica e de restrição física, quanto a condições dignas de sobrevivência. O banho de mangueira relatado por Cícero Leandro com creolina por si só aponta para o tratamento violento dado a uma pessoa já debilitada. Posto que a alegação da causa da morte como *caquexia pelagrose*²⁸ aponta para uma perda de peso e de massa muscular acentuada, fraqueza e deficiências nutricionais, o que indica situação recorrente de insegurança alimentar. Também é necessário ressaltar a sua liberação para ficar na rua e ao relento. De forma que, aliada a sua confusão mental, ele não recebesse o crédito de suas alegações e morresse dias depois vítima de um sistema que se consolidava punitivo aos que não se adequassem aos padrões instituídos por aquela sociedade.

As falas das testemunhas, quando buscavam justificar suas afirmações, são indicadores do tipo de tratamento a que foi relegado Cícero Leandro e outros sujeitos em condições de vida semelhante. Há uma unanimidade em explicar ou assumir, de certo modo, que por ser “doido” era natural que a vítima vivesse nas ruas, em situação de mendicância. Como também na narrativa que justificava diversos encarceramentos de Cícero Leandro na cadeia pública porque ele por vezes proferia palavrões contra os ‘cidadãos’ de Caicó. A última testemunha ouvida, “Pedro Araújo, [um] brasileiro, com trinta e nove anos de idade,

²⁷ Idem p.9.

²⁸ Caquexia significa “grau extremo de enfraquecimento”, do grego kakheksia, “má constituição física, má disposição moral”, e do latim cachexia “constituição enfraquecida, saúde estragada; indisposição do estômago” (verbetes retirados do Dicionário Houaiss).

casado, comerciante, natural deste Estado, residente nesta cidade, a rua número trezentos e vinte e três, sabendo ler e escrever”, chegou a relatar que

deparou-se com Cícero Doido que estava deitado no chão e ao avistar ele declarante disse o seguinte “ai seu Pedro Polícia malvada matou-me”; que então **o declarante verificando que tratava-se de um louco não lhe fez pergunta alguma e nem verificou se o mesmo estava com as vestes molhadas**; [grifo do autor] que no dia seguinte pela manhã, o declarante passando em frente a maternidade local, viu Cícero sentado na calçada, **porém não procurou saber nada a seu respeito, mesmo porque era acostumado a ver Cícero amanhecer o dia nas calçadas.**²⁹

É marcado, ainda que de forma velada, a diferença entre testemunha, um cidadão de bem com profissão definida e endereço comprovado, e a vítima, cuja morte e falta de socorro era justificada por sua inadequação a realidade social que o envolvia. O senso comum reforçado pelas palavras de cada testemunha, as que buscaram ajudar e as que ignoraram, é que toda a situação precária de Cícero Leandro era justificada em virtude de sua “loucura” e pobreza.

Contudo, a mesma unanimidade e lógica dos depoimentos das testemunhas sugeriu outra realidade como algo possível nessas relações sociais: o espancamento da polícia que teria levado Cícero Leandro à morte. Nesse caso, é interessante considerar mais do que a denúncia do espancamento feito pela própria vítima, mas, sim, o fato dela reverberar nas falas dos moradores da cidade, o que indica que a acusação foi acatada como plausível por muitas pessoas diferentes. Indício de que, talvez, esse fosse um tratamento usual para os homens pobres classificados com algum sofrimento psíquico.

De qualquer forma, faleceu um ‘doido’ popular de Caicó. Cícero Leandro passaria, desde então, às páginas dos livros de memorialistas da cidade e em pontuais lembranças nas crônicas dos jornais citadinos. Junto com outros definidos da mesma maneira, comporia o quadro de lembranças lúdicas dos moradores de Caicó e arredores. Todavia, ao contrário do que contam tais referências, Cícero Leandro foi definido a partir do olhar do medo, do assombro e da desconfiança de uma sociedade que se esforçava por se mostrar moderna e sã.

Cícero Leandro da Silva passou a ser chamado de ‘Cícero doido’ e sua vida foi, invariavelmente, pautada por essa definição. A loucura foi o principal ponto de referência utilizado. As informações que se dispõem sobre ele estão sempre relacionadas ao seu ‘estado mental’, como repetem as fontes. De forma que fotos, registros médicos, inquéritos e tantos outros documentos se voltam à marcação de seu lugar na sociedade: o do louco; portanto,

²⁹ Idem p.14.

‘Ciço’ “doido”, retirando dele a identidade. Ou impondo a ele uma identidade com traços pejorativos.

Cícero Leandro, no entanto, tinha casa, família estruturada e sabia se locomover pela cidade. Ele tinha noção de quem era e demonstrou isso ao responder ao inquérito policial, quando preso sob a acusação de importunar moças jovens e famílias nas ruas de Caicó, e ao ser analisado pelo psiquiatra, em 6 de fevereiro de 1943, no Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte, onde esteve internado por pelo menos dois anos.

2263 HOSPITAL DE ALIENADOS
— DO —
RIO GRANDE DO NORTE

(251) 4028 -4.756.- 5.501

SEÇÃO 1077 CLASSE Indigente (Rdo)

Nome *Cícero Leandro da Silva*
Cór. *Branca* Idade *30* Peso *55 quilos* Altura *1^m 69.*
Filiação *Yni Bezandis Narcisca Leandro.*
Estado Civil *Solteiro.*
Religião *Católica* Profissão.
Instrução *Analfabeta.*
Naturalidade *Rio Grande do Norte.*
Residência *Caicó.*
Requeriu entrada *Polícia Chefe da Polícia. - Chefe de Polícia*
Data da entrada *6/2/1940 - 21/1/1943. - 18-IX-1945.*
Alta *29/2/1947 - 31-7-1943. Em 26-IX-1947*
Transferência
Falecimento

A ENTRADA	FOTOGRAFIA	A SAÍDA

Revisão: oligofrenia, imbecilidade. 6-2-43 *29/1/47*
Diagnóstico *Ps. maníaco-depressivo (móia)*
Dr. *Januário*
Observações *Foi respondido nesta data, 22-2-43, o ofício do Dr. Januário Ge-
nês de Nobrega, através das informações por ele solicitadas, sobre o réu CÍCERO
LEANDRO DA SILVA.*

Figura 1: Ficha de controle do paciente Cícero Leandro da Silva, Hospício de Alienados do Rio Grande do Norte (1947). Acervo: Hospital Dr. João Machado.

Suas respostas ao médico responsável indicam a noção de si e o conhecimento básico sobre questões relacionadas a sua vivência. Cícero deu as seguintes respostas, que constam em seu prontuário:

“Antecedentes hereditarios e colaterais

Diz o doente: os paes são vivos, o pae é muito velho, que tem 7 irmãos todos sadios. Não tem parentes doentes do juízo. 6-2-43

Antecedentes pessoais (mórbidos e sociais)

Diz o doente: não saber as doenças em creança. Não teve relações sexuais. Pedia esmolas para sustentar os paes que são velhos. 6-2-43

História da doença atual

Diz o doente: que a “canalha” o aperriava muito na rua quando ia pedir esmolas e o juiz o mandou para este Hospital. É tudo quanto se consegue do doente. 6-2-43”³⁰

Em suas respostas, Cícero Leandro apontou o que possivelmente fosse a questão crucial de sua internação/prisão: a pobreza. O tratamento de pessoas entendidas como loucas ou doentes mentais diferia conforme o status social da família a que o paciente pertencia. Isso era algo que de fato estava intimamente ligado ao projeto de Estado nação que permeou o governo Vargas e de seus sucessores, até que houvesse de fato no Brasil uma reforma psiquiátrica.

Conforme o médico psiquiatra Juliano Moreira, “os abastados e relativamente tranquilos, eram tratados em domicílio e às vezes enviados à Europa (...). Se agitados punham-nos em algum cômodo separado, soltos ou amarrados, de acordo com a intensidade da agitação”.³¹ Já no que diz respeito aos pobres, se considerados tranquilos, o autor aponta que, por vezes, vagueavam pelas ruas das cidades. Todavia, os considerados agitados eram levados às cadeias “onde eram barbaramente amarrados e piormente alimentados muitos faleceram mais ou menos rapidamente”.

Por ter os pais mais velhos, e pelo fato da família não dispor de recursos para manter Cícero sob cuidados, ele precisava frequentar o espaço das ruas para pedir esmolas e mesmo fazer serviços que garantissem algum retorno financeiro. Mas, nos momentos que Cícero Leandro não foi considerado tranquilo, a solução pensada foi a retirada das ruas para a cadeia ou para outra cidade. Em depoimento no inquérito que apurou a morte de Cícero Leandro, o 2º Tenente Romildo Jorge da Costa, mencionou que:

³⁰ Ficha de controle do paciente Cícero Leandro da Silva, Hospício de Alienados do Rio Grande do Norte (1947). Acervo: Hospital Dr. João Machado.

³¹ BRASIL. Decreto no 82, de 18 de julho de 1841. In: MOREIRA, J. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, vol. I, n. 1, p. 57, 1905.

o respondente recebendo ordem verbal do mesmo Juiz para procurar pedir aos proprietários de caminhões uma passagem para mandar Cícero ir embora desta cidade, devido est na qualidade de louco andar proferindo palavras debaixo calão perante as famílias, não foi possível arranjar dita passagem, motivo porque Cícero permaneceu detido até o anoitecer do domingo primeiro de maio corrente.³²

Oda e Galdalarrondo (2004) apontam que no início do período de urbanização das cidades, primeiras décadas do século XX no Brasil, aumentaram as pressões sociais que exigiam o estabelecimento de restrições à livre circulação dos sujeitos considerados ‘loucos’. Se observadas as fontes históricas que tratam de Cícero Leandro e a preocupação em controlá-lo, seja com prisão ou internação, é do período de crescimento da cidade de Caicó que, embora não se industrializando, passou a desenhar o espaço a partir da disciplinarização dos seus habitantes e das construções de prédios públicos, como o hospital e a cadeia.

Se observada com maior atenção, a notícia do jornal *A Folha* de 21 de maio de 1960, que abre esse tópico, aponta para uma atitude que ao longo do tempo parece perdurar no que concerne ao tratamento de pessoas entendidas como loucas, por não se adequarem ao modelo de sociedade idealizado por determinados grupos, sobretudo no Brasil. A partir do título da notícia é possível sugerir que Cícero Leandro morreu sob circunstâncias criminosas, posto que o relato aponta ter ele falecido “em consequência desastrosa de ter sido ‘surrado’ por um soldado da cidade”. Tendo, ao final da matéria, o cuidado de ressaltar terem sido “informados que já estava sendo aberto rigoroso inquérito policial a respeito do bárbaro espancamento”.

Já na edição seguinte do jornal, do dia 28 de maio de 1960³³, como a direção ainda não havia recebido mais informações sobre o inquérito policial da morte do Cícero, em uma de suas colunas principais do periódico - onde trazia crônicas de alguns padres falando sobre diversos assuntos - trouxe uma crônica com um título bem sugestivo “*Merece um doido apanhar?*”, escrito pelo Padre Antônio Balbino. É importante destacar que o referido padre era sacerdote da Diocese de Caicó e famoso por suas crônicas contundentes no jornal *A Fôlha*, em que reclamava o descaso dos governos estatal e nacional, bem como da má conduta dos caicoenses. Seus escritos sobre a pobreza foram discutidos por Pedro Henrique Santos de Almeida no livro *Enunciar para Dominar: uma análise dos discursos da Diocese de Caicó no jornal A Fôlha (1960-1968)*. Pedro de Almeida chega a afirmar que o Pe Balbino, em algumas crônicas, “volta sua crítica ao sujeito pobre, insinuando ser a ‘moleza’ uma característica cultural brasileira presente entre essas pessoas, que estariam ‘conformadas com sua desgraça e

³² Idem p.15.

³³ BALBINO, Antônio. “Merece um doido apanhar?”. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 28 de maio de 1960. Ano VII, Número 325, p.3.

miséria’, como que coniventes com seu destino”.³⁴ No caso da crônica feita por ocasião da morte de Cícero Leandro a pobreza ficou em segundo plano, a “loucura” foi a tônica da escrita.

Na crônica em questão, “*Merece um doido apanhar?*”, o autor teceu e expressou fortes críticas a respeito do que havia acontecido em relação à morte de Cícero Leandro, que ainda naquele momento, cerca de quinze dias depois, não se tinha um parecer da polícia. No decorrer da crônica o padre faz algumas relações do estado mental e da conduta que tinha o Cícero com passagens da Bíblia, afirmando que pessoas como ele não mereciam ser espancadas ou tratadas mal pela população, tendo em vista que segundo a moral cristã (o discurso religioso), “*o louco era um irresponsável*” e “*nem respondia por suas atitudes nem diante de Deus, por não ter consciência de seus atos, nem muito menos diante da Justiça*” (BALBINO, 1960). Ainda afirmou que Deus mandava, em seus mandamentos divinos, amar o próximo como a si mesmo”, sendo que as pessoas tidas como “loucas ou débeis mentais” são as que sempre eram as vítimas nas ruas e praças, de insultos, grosserias, pedradas e até de surras e cacetadas daqueles que ocupam um posto, vestem farda e recebem um salário para manter a ordem na sociedade, prendendo os malfeitores e castigando os desordeiros”; nesse trecho fica evidente a dura crítica que o Jornal *A Folha* estava fazendo à atuação da polícia militar na cidade de Caicó.

Já é a segunda vez que em Caicó acontece morrer um louco como vítima de espancamento e maus tratos. Conforme nos ensina a moral cristã um louco é uma pessoa irresponsável. É uma criatura que não responde por suas atitudes nem diante de Deus, por não ter consciência de seus atos, nem muito menos diante da justiça que só existe para reprimir os desmandos e verberar os malfeitos daqueles que são senhores de suas ações.³⁵

Outro ponto que deve ser discutido diz respeito a informação de que já era a segunda vez que em Caicó acontecia de morrer um “louco” como vítima de espancamento e maus tratos, abrindo a oportunidade para buscarmos mais informações sobre o porquê e quem havia sido a outra pessoa que morreu por espancamento e maus tratos naquela época. O autor ainda, faz uma analogia à maternidade, mostrando que “a mãe louca e alucinada é sempre para o filho a sua mãe e o filho acorrentado e preso é sempre um filho para o coração materno” (BALBINO, p.3). E defende que as pessoas tidas como “loucas” possam viver às soltas nas ruas e praças

³⁴ ALMEIDA, Pedro Henrique Santos de. **Enunciar para dominar: uma análise dos discursos da Diocese de Caicó no jornal “A Fôlha” (1960-1968)**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

³⁵ Idem, p.3.

da cidade e que de forma alguma “o remédio” não era exterminá-los com surras e cacetadas como se esses “pobres miseráveis” fossem “feras humanas sem alma e valor”.

Mas, agora perguntamos nós, merece um doido apanhar? Onde está a responsabilidade de um débil mental pelos nomes feitos que profere ou mesmo pelas ações desvairadas que pratica nos momentos em que serve de palhaço maluco e objeto de gracejo para as pessoas sem educação e sem caridade cristã? Desde que se prove perante o conceito e a estimativa da sociedade que o homem não é equilibrado pelas suas atitudes e palavras sem compostura, porque atribuir-lhe responsabilidade pelas suas loucuras e desvarios? Se os loucos não podem viver às soltas pelas ruas e praças de nossa cidade o remédio não é exterminá-los com surras e cacetadas como se esses pobres miseráveis fossem feras humanas sem almas e valor.³⁶

Como é perceptível, o padre fazia vários questionamentos em relação ao modo como a sociedade tratava aquelas pessoas com características semelhantes ao o Cícero, e que nesse caso, elas não eram poderiam ser responsáveis por seus atos; gerando assim mais uma disputa de discursos em relação à conduta do Cícero, nesse caso, um discurso religioso, que o tentava enquadrar como fosse um “ser irresponsável” - no sentido de inculpável - por seus atos perante a fé cristã e a Justiça.

Ao final da crônica o padre afirmou que situações como a que pode haver acontecido com Cícero não eram evidências de que aquela sociedade estava se modernizando, e fez uma solicitação às autoridades públicas para construir em Caicó asilos para os “*pobres e irresponsáveis loucos... criaturas humanas, filhos de Deus*”, pois os mesmos mereciam “um abrigo para morar sossegados, longe dos insultos das pessoas sem formação e das surras de cacetes policiais”. Nessa última passagem deixou entrever que a questão da inexistência de uma instituição para assistência e acolhimento, naquela época em Caicó e na região do Seridó, para pessoas com o perfil semelhante ao do Cícero, era de grande necessidade.

Mas não apenas isso, é sugerido no discurso de Pe Balbino a mesma ideia que reverberava no Brasil desde o século XIX: os “doidos” não poderiam permanecer entre os sãos. Essa ideia foi defendida no Brasil pelo médico francês, naturalizado brasileiro, Joseph François Xavier Sigaud, na obra *Du climat et des maladies du Brésil*, que auxiliou na fundação do Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1852. O médico salientava que

os doentes mentais deveriam ser tratados em separado dos demais doentes, assim como a compreensão de que o contato com pessoas sãs era prejudicial tanto para a sociedade, que se via exposta ao perigo de um ataque de fúria, como para o tratamento médico dos próprios alienados, que ficavam

³⁶ Idem, p.3.

expostos às represálias de elementos da sociedade (GONÇALVES, 2013, p.3).

Assim, ou porque o “louco” era perigoso à sociedade, ou porque a vida social era um risco para os “loucos”, tirá-los da rua era a única solução possível, o que terminava por reforçar, ainda que sobre uma capa cristã, a condição de ‘inválidos desses homens.

O último volume do Jornal *A Folha*, que fez referência à morte do Cícero, foi datado em 11 de junho de 1960³⁷, pois foi quando a direção do Jornal recebeu, na íntegra, da polícia local, enviado pelo Capitão Edmilson Fernandes, Delegado de Caicó, o Relatório do Inquérito Policial³⁸ instaurado sobre a morte do Cícero.

Na descrição que fez o Delegado Especial pelo Inquérito o Capitão Bento Manoel de Medeiros, que afirmou que pelo que foi averiguado no inquérito, ao escutar todas as testemunhas do processo e após a realização do exame cadavérico, revelou que o “infeliz Cícero Leandro da Silva, conhecido vulgarmente por “Cícero Doido” faleceu de morte natural e não por espancamento, como estava sendo comentado nesta cidade.” E, logo em seguida, o delegado encerrou o inquérito e o remeteu ao poder judiciário local. Relatadas essas informações, percebemos que a direção do jornal após receber o relatório do inquérito, deu por encerrado a discussão, e que posteriormente se isentou de qualquer comentário sobre o ocorrido e não fez mais referência à morte ou vida do Cícero.

1.2 - O Hospital de Alienados de Natal: o espaço destinado para os “loucos” do Seridó.

A instituição destinada de forma mais exclusiva para tratamento de pacientes com sofrimentos psíquicos no Rio Grande do Norte, capital e interior, foi o Hospital de Alienados de Natal, para onde Cícero Leandro foi levado, na década de 1940. Ele foi fundado em 1882 e ficava localizado em uma região afastada do centro da cidade, no bairro do Alecrim – sua função inicial também era de lazareto, para tratamento de doentes de varíola. Sua desativação ocorreu no ano de 1957.

No Brasil, foram várias as instituições fundadas exclusivamente para alienados, durante a segunda metade do século XIX. Uma instituição na capital de algumas Províncias brasileiras, sendo que “o primeiro destes hospícios exclusivos foi fundado pelo imperador

³⁷ MEDEIROS, Bento Manuel de. *Inquérito Policial – Morte de “Cícero Doido”*. In: __ **Jornal A Fôlha**. Caicó. 11 de junho de 1960. Ano VII, Número 255, p.3.

³⁸ Tendo em vista que logo adiante iremos falar sobre o inquérito policial da morte do Cícero, não faremos uma discussão longa sobre ele agora.

Pedro II que, como ato filantrópico comemorativo ao dia de sua sagração, resolvera “criar um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados”, anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Corte (Decreto no 82, de 18 de julho de 1841)” (ODA & GALDALARRONDO, 2004, p. 130).

Também foram fundados: o Hospício Provisório de Alienados de São Paulo (Rua São João), em 1852; Hospício de Alienados de Recife-Olinda (da Visitação de Santa Isabel), em Pernambuco, em 1864; Hospício Provisório de Alienados (Belém, próximo ao Hospício dos Lázaros), no Pará, em 1873; o Asilo de Alienados São João de Deus, em Salvador, na Bahia, em 1874, e o Hospício de Alienados São Pedro, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e o Asilo de Alienados São Vicente de Paulo, em Fortaleza, no Ceará, em 1886. Nesses espaços, e até o final do período imperial, a presença de médicos era relativamente rara. Conforme (ODA & GALDALARRONDO, 2005, p.986), foi somente no século XX que “os médicos conseguiriam deslocar as poderosas administrações leigas das Santas Casas, bem como as ordens religiosas que prestavam serviços nesses locais, tanto na antiga Corte, como nas províncias, instalando-se na direção dessas instituições asilares”.

Ao que indicam fontes consultadas, o Hospital de Alienados de Natal não teve por muito tempo da fama de instituição moderna e civilizatória, que existia apenas no discurso de abertura dessas instituições, na maioria das vezes. Em reportagem publicada na Revista *O Cruzeiro*³⁹, de 15 de maio de 1948, a descrição do ambiente e seu funcionamento sugeria uma realidade caótica e descontrolada, invisibilizada pelos muros da instituição e desprezo do governo. Nas palavras do repórter José Leal,

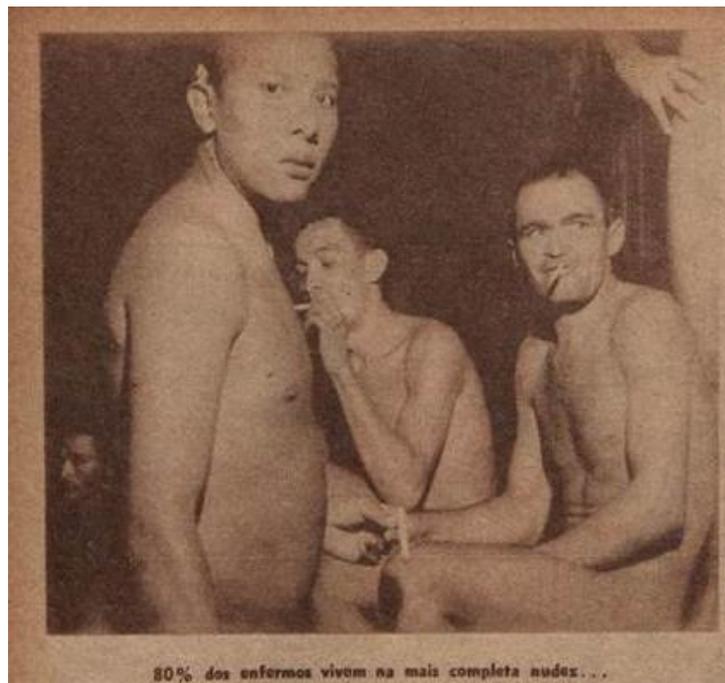
numa ventilada colina do bairro Alecrim, em Natal, existe uma velha casa amarela e sem poesia, sombreada por arvoredos robustos, beirando uma das principais artérias da capital norte-rio-grandense: a Rua Fonseca e Silva. Aquele prédio silencioso e triste oferece a quem vê de longe o aspecto de uma casa misteriosa assim como as residências mal-assombradas de certos filmes cinematográficos. Trata-se porém de um hospício, ou melhor: um cemitério de vivos sarnentos e uma colônia de nudismo forçado, onde imperam a promiscuidade e o abandono. É o Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte, prova real de que a taboada da assistência social no Brasil não anda muito certa. Aparecemos lá, numa chuvosa manhã do mês que passou. Do hotel ao hospício é um pulo, e a nossa caminhada foi rápida no automóvel. Os simples passantes despreocupados não imaginam o que acontece do outro lado da grande amurada que cerca o casarão amarelo, - e se imaginassem, ou tivessem o ensejo de transpor o seu portão central, diriam todos como disse o jovem deputado estadual José Gonçalves: “É um precário depósito (o grifo é do repórter) de homens doidos”. Isto, senhores, é

³⁹ A reportagem completa pode ser verificada em: VIDA pior que a morte. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003581/58867> . Acesso em: 15 jun. 2022.

tudo: o suficiente para definir o asilo potiguar, incluído no rol do esquecimento pelos que, no passado, tudo puderam fazer – e nada fizeram.

“É um precário depósito de homens doidos”: a representação do horror encontrado e narrado pelo repórter d’*O Cruzeiro* e experimentado pelos pacientes do asilo visitado foi reforçado por fotos feita por José Medeiros, fotógrafo da Revista e único a acompanhar a visita a instituição. As imagens⁴⁰ (vide ao longo do texto) eram seguidas por legendas que traduziam o sentimento de urgência no socorro ao asilo, aos asilados e aos funcionários responsáveis pelo funcionamento do local. Elas são apresentadas aqui por serem entendidas como parte integrante da narrativa do repórter.

Figura 2: 80% dos enfermos vivem na mais completa nudez...



⁴⁰ As imagens que seguem foram utilizadas na reportagem da Revista *O Cruzeiro*, ver: LEAL, José. Vida pior que a morte. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ed. 30, p. 28, 50, 60-65, 15 maio 1948. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/003581/58867>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Figura 3: ...a espera de que o governo lhes forneça pelo menos uma tanga.



Figura 4: O pátio é limitado e as doentes são muitas. Umam gritam, outras choram e outras não dizem nada. Os loucos do Rio Grande do Norte passam fome, vivem nus e são devorados pela sarna.



Ao tempo da visita do repórter d'*O Cruzeiro*, o hospital abrigava cerca de 224 pacientes, sendo 104 mulheres e 120 homens, que “confundem-se na promiscuidade

reinante”. Impressão provavelmente causada pela superlotação do espaço, posto que o Hospital tinha capacidade para apenas 80 internos. Mas também porque, ainda conforme o relato, “80% dos internados vivem no mais completo estado de nudez, ou sejam: 180 pessoas, das quais 92 são mulheres e 88 homens”.

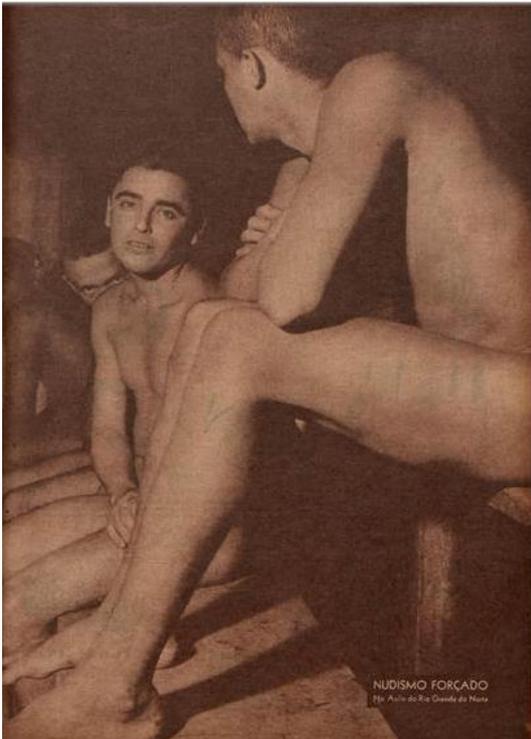


Figura 5: Nudismo forçado.
No Asilo do Rio Grande do Norte.

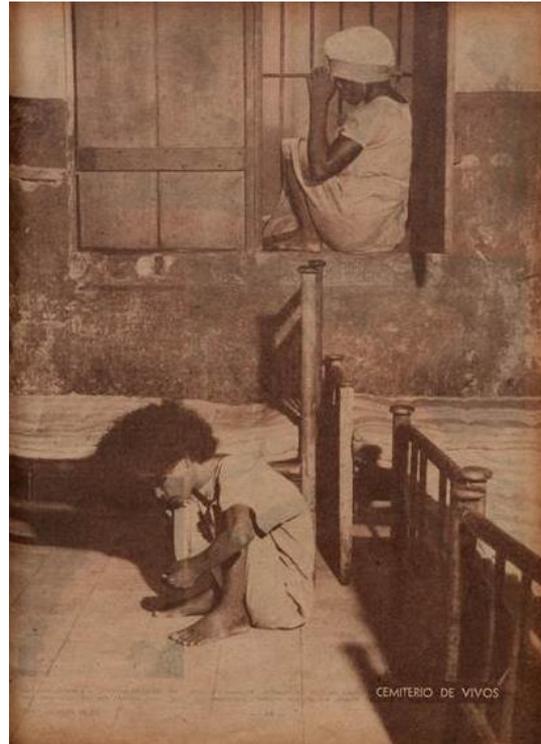


Figura 6: Cemiterio de vivos.

As despesas dos 224 pacientes eram ‘cobertas’ por uma verba de alimentação fixada em 37 mil cruzeiros por mês – “quantia ínfima que não chega para nada”, segundo o José Leal. O asilo contava com 3 empregados, pagos pela verba de 2 mil cruzeiros mensais. O que teria obrigado o Diretor do Hospital a buscar uma estratégia pouco convencional: selecionar os pacientes mais aptos para algumas funções. Na página 50 da Revista foi descrita a ‘folha de funcionários’:

Somente três empregados não são loucos: o enfermeiro Luiz Gonzaga (ganha 150 cruzeiros mensais, é obrigado a dormir no hospício e tem um dia de folga na semana) o enfermeiro-chefe Nelson Bezerril (funcionário nomeado pelo Dep. de Saúde, com 600 cruzeiros por mês) e sua esposa, enfermeira da seção de mulheres, com salário fixo de 500 cruzeiros. De

resto, todo mundo é louco; as lavadeiras, as cozinheiras, as arrumadeiras, etc., com salários de 30, 25, 20 e 15 cruzeiros por mês. No dia em que a cozinheira é acometida por um acesso mais violento, ninguém come no hospital, esses acessos vêm constantemente.⁴¹

Além desses funcionários/pacientes, havia o porteiro do asilo, que recebeu o repórter e o fotógrafo quando eles chegaram à instituição: único que teria o que José Leal classificou como cargo de confiança. Segundo ele, “só o doente Pedro Felipe que nos abriu o portão porteiro é cargo de confiança pelo menos e Pedro Felipe não merece confiança alguma”. Na sequência, relatou: “Noutro dia sofreu ele [Pedro Felipe] uma forte crise e resolveu abrir os portões do hospital. Houve correrias e terror no bairro do Alecrim. Surgiu a polícia e conseguiu agarrar os que escaparam em tão excelente oportunidade”.

A entrada do repórter e fotógrafo no asilo também foi narrada na publicação de 15 de maio de 1948, provavelmente para indicar as condições de Pedro Felipe fora da chamada forte crise:

Chegamos, batemos, mentimos ao porteiro, e entramos.

- O diretor está?

Porteiro é um louco chamado Pedro Filipe, estava calmo e desconfiadamente:

-Dr. Ricardo está andando pelos dormitórios.

-Temos um encontro marcado com ele - e vamos entrando

Não tínhamos encontro nenhum. De início, há um pátio onde alguns internados conversavam, sobre o que não sei. Um homem alto e magro fazia ginástica à sombra de uma mangueira, um outro, ajoelhado parecia rezar, implorando algo que desconhecemos. Tudo limpo, varridos, sem um pedaço de papel no chão. Pouco depois veio o diretor, cumprimentando-nos como se fossemos velhos conhecidos. É a terceira vez que esse abnegado cidadão dirige os desgraçados destinos do Pronto-socorro de Alienados do Rio Grande do Norte.

A primeira nomeação de Dr Ricardo Barreto, “um médico exemplarmente dedicado com 90 e tantos quilos de pesada gordura: Dr Ricardo Barreto, que luta sozinho contra a gravidade do problema” datava de 1930, dezoito anos antes da reportagem visitar o asilo. Sua segunda nomeação se deu no final da década de 1930, no período da interventoria, do Estado Novo, de Rafael Fernandes Gurjão. E a terceira já no final da década de 1940, momento em que se dá a visita do repórter d’O Cruzeiro – e que o levou a defesa do profissional de medicina “O Dr Ricardo Barreto, é muito natural, não é santo milagroso, e nem seria

⁴¹ VIDA pior que a morte. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003581/58867>. Acesso em: 15 jun. 2022. Ver as paginas.

admissível que ele gastasse o seu parco ordenado naquilo que afinal de contas não lhe pertence”.

A partir desse momento, chegada e primeiras impressões, a descrição de José Leal é de muito sofrimento e horror:

a comida – um pouco de feijão, arroz e água – apesar dos pesares, é ligeiramente melhor do que a alimentação que era fornecida aos prisioneiros nos campos de concentração da Alemanha nazista. Não há café, e o pão é escasso. Os internados, além de dezenas de sofrimentos, ainda passam fome, embora não seja frequentemente, esta é dura realidade. Uma vez por semana aparece lá um dentista, o Dr. Aluisio Gois, que, por 200 cruzeiros mensais, ajuda, com a boa vontade, os doentes desamparados. Um numero relativamente diminuto dispõe dos serviços de um barbeiro, que, esporadicamente, vai até ao hospício com sua tesoura e sua navalha. Nem o diretor, nem os autores desta reportagem, sabem quanto terminará essa degradante situação do Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte.

Apenas um aspecto da paisagem encontrada dentro dos muros do asilo foi digno de elogio do repórter, a limpeza. Segundo ele, “só há uma coisa elogiável: é a higiene, graças ao sabão e a vassoura, manejados pelos próprios loucos. O hospital é lavado três vezes por dia, e se não fosse assim quem nele poderia entrar?”. A pergunta remete a situação de superlotação que tornava pátios e dormitórios em lugares caóticos. Sobre a ala feminina, a narrativa foi a seguinte:

as portas do pavilhão feminino abriram-se diante dos nossos olhos, e encontramos num apertado alpendre as sacrificadas filhas de Deus, meninas de 13, 14, 15, 18 e 19 anos absolutamente despidas, e misturadas com mulheres de 40, 42, 45, 50 e até 60 anos de idade umas atacadas furiosamente, agredindo as companheiras mais fracas, e o hospital não conta com quartos fortes para encerrar os loucos perigosos. O pátio é limitado e as mulheres são muitas, umas gritando, outras em pelo, deitadas no imenso frio, algumas caladas, -- e todas dentro de um formigueiro de nudismo, sem uma tanga sequer, com corpo cheio de eczemas, sarna e demais afecções da pele, num estado amarelão e magreza que nos deu pena.

A ala masculina também foi descrita numa paisagem desesperadora:

os homens, no pavilhão masculino, vivem como as mulheres: juntos, nus, devorados pelos eczemas, magros e anêmicos. E aquilo não é propriamente um pavilhão: é um depósito de seres humanos, vítimas das ingratidões do país em que nascemos. Aliás a diferença entre dormir no chão, tendo como leito os tijolos úmidos, e nas camas sem colchão, é nenhuma, Tanto faz, ambos estão infestados pelas pulgas, pelos percevejos e germes causadores de mil-e- uma doença. A rouparia do hospital é composta por quatro prateleiras de tábuas velhas, e sua existência ainda é supérflua, porque não há roupas a serem guardadas. Num dormitório para 50 mulheres dormem 104, formando pirâmides de miséria, abandono e vício. Alcoólatras,

criminosos tarados, loucos perigosos, vivem na mais incompreensível intimidade com jovens de 17, 16 e 15 anos.

Todo este relato é a perspectiva do repórter José Leal da Revista *O Cruzeiro*, o que lança uma carga de subjetividade à narrativa e dúvidas sobre os interesses por trás de um relato tão marcante. Contudo, é forçoso reconhecer relatos semelhantes a esses sobre outras instituições asilares para tratamento de pacientes com transtornos mentais no Brasil. Além de algumas imagens dos pacientes feitas por José Medeiros que ilustravam a publicação e já reproduzidas aqui, que a Revista veicula também como garantia de que o relato resguarda alguma veracidade.

Talvez a mais impressionante das imagens veiculadas, pelo menos na perspectiva do jornalista, que a classifica como sensacional, seja a de um paciente do Hospital de alienados feita nos instantes logo após seu óbito. A mensagem que compõe a legenda da fotografia (vide abaixo) sugere as condições de vida e morte dos internados no Hospital de Alienados de Natal. A imagem (vide abaixo) ilustrava o que sugeria o título da reportagem, era ‘Uma vida pior que a morte’: o morto estava deitado e nu, numa com a mão esquerda sugerindo uma posição de súplica, como se a morte eternizasse, de algum modo, a condição miserável experimentada enquanto vivo. E ainda alertou para o fato que aquela era a realidade dos Hospitais de Alienados no Brasil, não somente em Natal. É importante considerar que a Revista *O Cruzeiro* também fez uma reportagem na década de 1970, sobre as condições degradantes de vida no Hospital Colônia de Barbacena/MG, com a publicação de fotografias dos internos para comprovar o estado de penúria ali estabelecido – cujas imagens foram divulgadas pelo trabalho da jornalista Arbex (2013).



Figura 7: Esta sensacional fotografia apresenta os derradeiros suspiros de um internado no Hospital de Alienados da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Poucos minutos depois de feito a chapa, o doente expirou, sobre uma esteira velha, num quarto anti-higiênico do asilo potiguar. Isto acontece no Brasil de hoje.



Figura 8: É necessário que o governo tome imediatas providências em favor dos esquecidos internados que vivem dentro do depósito de loucos no bairro do Alecrim, sem pão, sem remédios e sem roupas.

Há ainda na Revista *O Cruzeiro* de 15 de maio de 1948, na página 61, a carta de A. L. Nobre de Melo, autor do tratado “Psiquiatria” – com cerca de mil páginas, que teve forte influência na discussão dessa especialidade médica na segunda metade do século XX –, sobre a situação da assistência aos alienados no Brasil, para indicar que o problema extrapolava o Hospital de Alienados de Natal. Conforme:

o problema da assistência a alienados no Brasil está ainda longe de haver recebido uma solução satisfatória, a despeito da boa vontade dos nossos administradores e das somas consideráveis que o governo tem despendido com esse setor, sobretudo nos últimos tempos. Mesmo na capital da República, a situação não é lá das mais animadoras.

São sabidamente deficientes as instalações hospitalares de que dispomos. E o número dos que carecem de assistência psiquiátrica parece crescer dia a dia de forma alarmante surge então o dilema superlotação o que importa em prejudicar, fundamentalmente, a eficiente técnica do estabelecimento ou recusar a toda e qualquer internação além da capacidade hospitalar o que implica em retrogradar um século em material assistencial pela conseqüente e desumana acumulação de enfermos nos porões das delegacias distritais.

Nos Estados, a exceção das capitais de São Paulo e Pernambuco o espetáculo ainda mais contristador, não obstante os auxílios financeiros que lhes têm sido proporcionados pela União, em sucessivos acordos e convenções, solenemente firmados. O Rio Grande do Norte - por sinal, o berço de um dos mais ilustres representantes da psiquiatria brasileira o eminente Professor Heitor Carrilho - é precisamente dos que tem sido menos favorecidos pelo interesse público nesse particular. Basta considerar que já em 1938 o Hospital Psiquiátrico de Natal havia sido condenado, pelas numerosas falhas técnicas e administrativa que lhe foram oficialmente apontadas.

A presente reportagem é bem uma demonstração eloquente da gravidade do problema em nosso meio e do quanto estamos ainda atrasados no caminho da verdadeira assistência hospitalar aos enfermos mentais.

A. L. Nobre de Melo (da Universidade do Brasil)

A história de outras instituições asilares, nos séculos XIX e XX, corroboram as descrições de José Leal sobre o Hospital de Alienados de Natal, e de A. L. Nobre de Melo, como o Hospício Pedro II, na então capital do Brasil – Rio de Janeiro – de 1852. Monique Gonçalves (2013, p. 63), em estudo sobre o referido hospício destacou:

já em sua inauguração, esse hospício recebeu 140 alienados, quando comportava um total de 150 pacientes, tendo em vista que suas obras só tinham previsão de término para o ano de 1854, até que então pudesse receber 300 pacientes (150 homens e 150 mulheres), capacidade para a qual fora projetado. Esta cifra só seria estendida na década de 1870 com novas obras de ampliação do edifício, que aumentariam a capacidade de recebimento de pacientes homens para cerca de 240 alienados, contabilizando um total de 390 pacientes.

Rodrigo de Oliveira Andrade (2018), ao estudar o Hospício Pedro II, também apontou a superlotação da instituição que tinha, após a ampliação em 1854, capacidade para 300 pacientes, mas com cerca de 400 internos. Situação que levou o provedor do hospício, o médico José Manoel Barbosa, a escrever em seu Relatório de 1857 que havia uma remessa abusiva de alienados ao local, ao tempo que pediu o fechamento para novas internações. Nesse ínterim, reiterou a “necessidade de se criar um asilo exclusivo para inválidos que ocupavam boa parte das instalações”, avaliando que, em breve, o Hospício Pedro II passaria a ser simplesmente um asilo de inválidos (GONÇALVES, 2013, p, 64).

Em 1890, o Pedro II foi transformado em Hospital Nacional de Alienados, quando passou à administração federal, que teria provocado nos anos seguintes “dispersão institucional do antigo Hospício Nacional durante o século XX”, em virtude da “criação de colônias e do Manicômio Judiciário que foram redistribuindo os antigos prontuários do Hospital Nacional de Alienados (HNA) em novas instituições e produzindo novos documentos”. Essa trajetória contribuiu para a dispersão de prontuários e documentações similares para quatro instituições psiquiátricas do Rio de Janeiro e gerando dificuldade de acesso às fontes e obstáculos a pesquisas sobre essa instituição (FACCHINETTI et al, 2008, p. 232).

De todo modo, em 1944, quatro anos antes da publicação d’*O Cruzeiro* sobre o Hospital de Alienados de Natal, o Hospital Nacional de Alienados foi fechado, pois “encontrava-se em ruínas sem condição de oferecer tratamento adequado aos alienados, que foram transferidos, entre março e setembro daquele ano, para a colônia de Jacarepaguá” (ANDRADE, 2018, s/p).

O Hospital Colônia de Barbacena/MG, fundado em 1903, foi pesquisado por Daniela Arbex, autora de *Holocausto brasileiro – vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil* (2013). A autora revela que o referido hospital chegou a ter 3000 pacientes internados em suas dependências, em 1961, e que essa instituição ficou conhecida como o espaço de genocídio em massa entre as décadas de 1960 e 1980, com uma média de 15 mortes diárias. Conforme Arbex (2013, p. 14), os pacientes eram levados para o Hospital Colônia de Barbacena, onde

(...) suas roupas eram arrancadas, seus cabelos raspados e, seus nomes, apagados. Nus no corpo e na identidade, a humanidade sequestrada, homens, mulheres e até mesmo crianças viravam “Ignorados de Tal; (...) comiam ratos e fezes, bebiam esgoto ou urina, dormiam sobre capim, eram espancados e violentados até a morte.

A desumanização dos pacientes do Colônia de Barbacena era percebida também na morte: eles “morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. Em alguns dias os eletrochoques eram tantos e tão fortes que a sobrecarga derrubava a rede do município”. Após a morte, a autora ressalta que os corpos eram encaminhados a faculdades de medicina no país, gerando lucro para a instituição. Foi estimado que, “entre 1969 e 1980, mais de 1.800 corpos de pacientes do manicômio foram vendidos para 17 faculdades de medicina do país” e, quando o negócio não foi mais possível, “os corpos passaram a ser decompostos em ácido, no pátio da Colônia, na frente dos pacientes ainda vivos, para que as ossadas pudessem ser comercializadas” (ARBEX, 2013, p. 14-15).

No Asylo de Alienados do Juquery ou a Colônia Agrícola de Alienados do Juquery, fundado por Franco da Rocha, em 1898, em São Paulo, a superlotação foi uma realidade. Ele foi projetado por Ramos Azevedo para abrigar 300 pacientes, mas precisou passar por várias ampliações, já em 1901, o Juquery abrigou 590 pacientes e, em 1912, foram 1.250 os internados. Em 1928, os paciente somavam mais de 2 mil pessoas distribuídas em dez pavilhões: cinco femininos, quatro masculinos e um destinado para crianças. Além dos que aguardavam em lista de espera. Segundo Daniel Sonim, autor de *O Capa-Branca – de funcionário a paciente de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil*, foi estimado que o número de pacientes passou de 7.099 para 11.009, entre 1957 e 1958, e ainda teria atingido a marca de 14.000 internados no final de 1958. Entre esses paciente havia crianças, internadas no pavilhão de menores, cujo número chegava a 3.520, em 1957.

A história de sofrimento e extermínio dos pacientes parece ter sido semelhante aos demais asilos. Gustavo Tarelow (2010, p. 8), ao escrever sobre o Juquery na década de 1923, destacou que:

Além da Malarioterapia, outras terapias foram aplicadas, como as injeções de substâncias químicas como o Protinjetól, o Sulfurpiretógeno, o “Dmelcos”, injeções de leite, cálcio, etc. Foi a terapia biológica mais utilizada no Juquery, mas foi perdendo força com o uso das demais terapias biológicas e finalmente com o advento dos psicofármacos e dos Antibióticos. (...) No final da década de 30, o choque cardiazólico foi introduzido. Este inaugurou as “terapias convulsivantes” que pretendiam curar casos de Esquizofrenia e de diversas psicoses. Inicialmente essa forma terapêutica era ministrada através de injeções de Cânfora e, por provocar uma crise convulsiva mais forte, foi substituída pela injeção de Cardiazol.

É possível encontrar várias imagens e narrativas nas publicações sobre os hospícios do Brasil e em sites organizados por grupos da luta antimanicomial no país, que expressam os

indícios da mesma realidade de superlotação, sofrimento e ‘extermínio’ percebida no Asilo de Natal, onde Cícero Leandro foi internado. Oda e Galdalarrondo, em História das primeiras instituições para alienados no Brasil, fizeram uma triagem dos registros sobre os primeiros asilos do país a partir dos dados presentes nos relatórios de Presidente de Província, que sugerem a experiência de dificuldade e de caos nessas instituições. Ao se referirem ao trabalho da Santa Casa da capital imperial os autores destacaram: “Na verdade, no que se refere às enfermarias de alienados da Santa Casa da capital imperial, parece que não havia vantagens com relação à Cadeia Pública” (ODA & GALDALARRONDO, 2004, p. 129).

Mas, ao que também indicam essas ideias, parte da superlotação, e do caos dela decorrente, estava na tentativa de que estas instituições funcionassem como espaços de controle social, em que seriam encerrados não apenas pacientes com sofrimentos psíquicos, mas os sujeitos sociais indesejados pela métrica da civilização e da modernidade. Deve-se lembrar que os decretos de criação de asilos no Brasil “encontra[m]-se intrinsecamente relacionado com o processo de consolidação política de um governo pautado na ideia de civilização e ordenação” (GONÇALVES, 2013, p. 61).

É preciso considerar, conforme Oda & Galdalarrondo (2004, p. 129-130) que, já no século XIX, os termos asilo, hospital e hospício era usados como sinônimo indistintamente na documentação própria dessas instituições e que tinham um “sentido de hospedagem destinada àqueles que dependessem da caridade pública, como os órfãos, os expostos (recém-nascidos abandonados), os mendigos, os lázaros, etc”. E que esses espaços tinham função caritativa, assim como “os estabelecimentos destinados ao recolhimento de alienados pobres, que surgiram bem antes da psiquiatria nacional constituir-se como uma disciplina médica delimitada, quase sempre fundados a partir de estruturas asilares das Santas Casas de Misericórdia” (ODA & GALDALARRONDO, 2004, p. 130). Não por acaso, entre os fins principais da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ, 1831, p. 125), que pautou boa parte da discussão sobre o tema no Brasil oitocentista, estavam “melhorar o exercício da medicina e esclarecer as questões numerosas que respeitam à salubridade das grandes cidades e do interior das províncias do Império”. De maneira que, parece haver uma certa confusão tanto nos termos como na função dessas instituições durante o século XIX e que teria reverberado no século XX.

O fato é que há relatos de que eram enviados para os Hospitais para alienados diversas pessoas que não tinham necessariamente um diagnóstico de sofrimento psíquico. Ao tratar sobre o elevado número de mortos no Hospital de Alienados de São Paulo, em janeiro de 1889, o então Presidente da Província Pedro Vicente de Azevedo, afirmou que

o Hospício recebe os enfermos de toda sorte de moléstias mentais, pela mor parte incuráveis. Assim, os caducos, os paralíticos, os idiotas, os epilépticos, os afetados de delirium tremens e delírio alcoólico em último grau, enfim, todos os alienados que lhe são remetidos do Asilo de Mendicidade, dos Hospitais de Misericórdia, Penitenciária, quartéis e cadeias de toda a Província. É óbvio que, com tal aglomeração de enfermos incuráveis, haverá necessariamente grande elevação no obituário (São Paulo, 1889 apud ODA & GALDALARRONDO, 2004, p. 992).

O Hospital Colônia de Barbacena/MG é outro exemplo de instituição usada em estratégia de organização urbana e controle social. Paula Regina Peron (2013, p. 263), em comentário ao livro de Danyela Arbex (2013), destacou que os internamentos não tinham critérios médicos, o que contribuía para que os pacientes constituíssem um

público variado, porém homogeneamente marginalizado: filhas de fazendeiros que haviam perdido a virgindade, esposas trocadas por amantes, prostitutas, funcionárias estupradas pelos patrões, “homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados.

A autora ainda alertou para outra perspectiva do uso do Hospital Colônia de Barbacena/MG como instrumento de controle e organização social, posto que “em pouco tempo, tornou-se um curral eleitoral, já que muitos coronéis da política mineira obtinham votos em troca de postos de trabalho” e que, além disso, o equipamento era também uma ‘rentável’ frente de trabalho não-remunerado, pois “no pavilhão Milton Campos ficavam aqueles que podiam trabalhar e registros mostram que em 1916 quase metade da receita da Instituição foi garantida pelo trabalho não remunerado dos pacientes, em consertos de vias publicas ou plantações” (Peron, 2013, p. 263).

Os pacientes eram levados para o Barbacena por trem (o trem de doido, como denominou Guimarães Rosa) ônibus ou viatura policial. E, assim que admitidos, entregavam seus pertences e eram submetidos a um banho coletivo, “os homens raspavam o cabelo e todos recebiam um único uniforme que em pouco tempo viraria um farrapo”. Um verdadeiro depósito de gente, como classificou o cineasta e psicólogo Helvécio Ratton, em 1979, quando da filmagem do documentário ‘Em Nome da Razão’ (Peron, 2013, p. 263-264).

Em todas as notícias e discussões da historiografia vistas aqui é possível perceber uma lógica estruturando e organizando as instituições de tratamento de pacientes diagnosticados com algum sofrimento psíquico, e entendidos como indesejados (junto a outros sujeitos sociais também indesejados), no século XIX. E que reverberou no século posterior, perpetuando, na maioria das vezes, o quadro de segregação, clausura e até extermínio de homens, mulheres e crianças no Brasil. Estudar essa temática na primeira

metade do século XX requer entender como esse presente foi historicamente construído no país, a partir da instituição de uma compreensão e de concepções sobre os “loucos” e a “loucura”. Os dicionários do período colonial e imperial, que circularam no Brasil, podem ser nesse caso, uma fonte fundamental para o estudo.

.

CAPÍTULO 2

“IDIOTA”, “TRESLOUCADO”, “IMBECILIZADO”: AS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DE LOUCURA E LOUCO NOS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVIII E XIX.

2.1 - Os dicionários do padre D. Rafael Bluteau, de 1728 e 1789, e de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832: a multiplicidade de verbetes e a indefinição da loucura.

A loucura ao longo do tempo foi sendo definida de diversas formas. Nem sempre as noções que se tem hoje sobre esse tema coincidem com as que se tinha antes: elas variam de acordo com a relação estabelecida com ‘a loucura e o louco’. O autor Isaias Pessotti em sua obra “*A loucura e as épocas*” (1994) citou:

de todo modo, há escritos, das várias épocas da história, que procuraram explicar a loucura e que, portanto, definiram algo como loucura, procuraram determinar-lhe as causas, os tipos ou formas, bem como suas manifestações no nível da vida cotidiana. Independentemente das perspectivas de exame ou das finalidades visadas, esses escritos tratam, de algum modo, da natureza, das causas, dos tipos ou manifestações da loucura. Os conceitos de loucura, de épocas diferentes, podem ser confrontados, portanto, segundo a natureza do que se designa como tal, ou segundo as causas às quais se pode atribuí-la. Ou, ainda, com base nas formas ou tipos que a loucura pode assumir, seja enquanto quadro clínico, nosográfico, seja enquanto comprometimento das funções comportamentais na vida cotidiana. (PESSOTTI, 1994, p.9)

No Brasil, a compreensão da loucura foi influenciada pelo vocabulário português, como parte ou consequência do processo de colonização da chamada América Portuguesa, que foi tornada lusófona. Junto ao vocabulário, uma série de significados e noções foram impostas aos habitantes do Brasil, impondo aos povos conquistados não apenas uma linguagem, mas uma maneira de compreender e pensar o mundo. Nesse sentido, a análise de alguns dicionários de época pode ser um instrumento interessante para traçar como a forma de definir a loucura foi se modificando no processo de ‘interiorização da Metrópole no Brasil’, que subsidiou as noções estabelecidas para o século XX.

De início, iremos utilizar dois dicionários: o *Dicionário da Língua Portuguesa*⁴² composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e que foi acrescentado por Antônio de

⁴² O Dicionário de Antônio Moraes Silva é a primeira sistematização moderna do léxico da língua, modelo e exemplo para todos os seguintes, o "Morais" foi sinônimo de dicionário para inúmeras gerações de portugueses e brasileiros. Tanto ele como os demais dicionários que iremos analisar, estão disponíveis em sua versão

Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, tanto a versão de 1728, como a que foi publicada em 1789 em Lisboa, na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira; o outro será o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832 pela Tipografia de Silva em Ouro Preto. Em seguida, estenderemos a discussão ao *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias* de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, publicado em Paris em 1890. A metodologia estabelecida para este tópico considerou a maior semelhança entre os dicionários de Rafael Bluteau e Luiz Maria da Silva Pinto, quanto a diversidade de verbetes e período de produção e publicação, mas também quanto ao caráter díspar em relação ao terceiro dicionário citado, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, que tem caráter mais popular, ou de medicina popular, e cuja publicação data já do final do século XIX, mais de um século depois da publicação dos anteriores e já no período republicano, às portas do século XX.

Os verbetes que fazem referência ou estão relacionados a uma ideia de loucura nos dicionários de Rafael Bluteau e Luiz Maria da Silva Pinto foram dispostos na tabela abaixo para indicar sua diversidade e permitir identificações de diferenças entre os volumes.

Tabela 1 - termos encontrados nos dicionários de Rafael Bluteau⁴³ (1728 e 1789) e Luiz Maria da Silva Pinto⁴⁴ (1832).

Raphael Bluteau 1728	Raphael Bluteau 1789	Silva Pinto 1832
Alienac,am	Alienação	Alienação
Alienado	Alienado	
Alienar		Alienar
	Deliração	Deliração
Deliramento	Deliramento	Deliramento
	Delirante	Delirante
Delirar	Delirar	Delirar
Delirio	Delirio	Delirio

digitalizada na Biblioteca Brasileira Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413> Acesso: 22 de Nov 2021.

⁴³ BLUTEAU, Rafael. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008423&bbm/5413#page/1/mode/2up> Acesso: 10 fev 2022.

⁴⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?450000038026&bbm/5414#page/1/mode/2up> Acesso: 12 fev. 2022.

Demencia	Demencia	Demencia
Demente	Demente	Demente
Desasisado	Desassisado	Desassisado
Doudamente	Doudamente	Doudamente
	Doudarrão	Doudarrão
Doudejar	Doudejar	Doudejar
	Doudete	Doudete
Doudice	Doudice	Doudice
	Doudinho	Doudinho
Doudevanes	Doudevanes	Doudevanes
Doudo	Doudo	Doudo
Idiota	Idiota	Idiota
Idiotismo	Idiotismo	Idiotismo
Imbecilidade	Imbecillidade	Imbecillidade
	Imbecillitado	Imbecillitado
Loucamente	Loucamente	Loucamente
Louco	Louco	Louco
Loucûra	Loucûra	Loucura
	Louquinho	
	Mentecapto	Mentecapto
Mentecauto	Mentecauto	Mentecauto
Siso	Siso	Siso
Tresvariado	Tresvariado	
Tresvariar	Tresvariar	Tresvariar
Tresvario	Tresvario	Tresvario

Fonte: produzida pelo autor a partir dos Dicionários de Rafael Bluteau (1728 e 1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

Longe de encerrar uma definição para a loucura, a multiplicidade de termos que fazem alusão à loucura reunida na tabela acima sugere mais a impossibilidade de uma determinação inequívoca para essa experiência. E esta talvez seja a principal questão sobre a

loucura: sua indefinição. Conforme Lilian Leite Chaves (2009, p. 87), em seu estudo sobre os ‘loucos de rua’ em Ouro Preto, “a loucura é caracterizada por uma ausência explicativa de si mesma e que as suas definições ou tentativas de invenções de suas verdades variaram de acordo com as elaborações da ciência, da moral e do direito”. E ainda que, “o que existe são experiências de loucura e que, se o louco pode ser imediatamente indicado, a loucura possui sempre algo que escapa às definições daqueles que apontam quem são os loucos”. Essa ideia encontra fundamentação nas proposições de Michel Foucault, em *A História da Loucura* (2007, p. 181):

Existe uma certa evidência do louco, uma determinação imediata de seus traços que parece correlativa justamente à não determinação da loucura. Quanto menos precisa é, mais facilmente é reconhecida. Na própria medida em que não sabemos onde começa a loucura, sabemos, através de um saber quase incontestável, o que é o louco.

A convivência com o louco provocava a necessidade de definição daquela condição e comportamento. Segundo Guilherme Prado (2017, p. 20), “frente ao afã próprio à nossa cultura de fundar a si assimilando-se à racionalidade sob os valores do uno, do universal e do mesmo, ela afasta o outro, a diferença, a multiplicidade com os quais faz proceder e associar a loucura”. Daí se explica a necessidade de forjar uma espécie de superfície de contato para lidar com a loucura e intervir sobre os loucos, que pode ser identificada na multiplicidade de termos estipulados no convívio cotidiano para as instâncias louco e loucura.

No Brasil do período colonial e imperial, é possível rastrear essas tentativas de definição na diversidade de vocábulos para definir a loucura presentes no *Dicionário da Língua Portuguesa* de Rafael Bluteau, que foi acrescido por Antônio de Moraes Silva, conforme relacionado na tabela. O acréscimo feito por Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, é considerado um ponto importante porque indica tanto uma ressonância das compreensões do dicionário de Portugal no Brasil, como também o acolhimento de tais compreensões e uma certa atualização, na medida da necessidade de um acréscimo.

Numa pesquisa rápida aos dois dicionários, é possível perceber várias semelhanças nas definições apresentadas para o verbete “*louco*”, que define enquanto alguém “sem siso, prudência, juízo, nem discricção: doido. Inconsiderado; imprudente; temerário; alegre; amigo de rir, e zombar.” Já para “*loucura*” - falta de juízo; prudência; de discricção; imprudência, doudice. mas também podem ser identificados os seguintes verbetes: “*alienação*” (alienação dos sentidos, do juízo), “*alienado*” (alienado dos sentidos); “*desassisado*”(sem siso, sem

juízo); “*doudo*”⁴⁵(falta de juízo, louco por doença*); “*doudinho*”(diminutivo de doudo), “*doudice*”(estado do que está doudo); “*doudejar*”(fazer, dizer doudices); “*doudivanes*” (termo chulo para designar alguém “doudo”); “*imbecililizado*” (fraco do corpo, da razão, do entendimento); “*idiota*” ou “*idiotismo*” (ignorância do idiota); “*tresvalidado*” ou “*tresvariar*” (delirar, dizer disparates por ter o cérebro mal ordenado) – definições muito semelhantes às que vão definir Cícero enquanto “*tresloucado*”. A esta lista ainda podem ser acrescentados o “*tresvario*” (delírio, dito, ação de homem, que tem o cérebro desordenado com doença), “*degenerado*”⁴⁶ (estado da pessoa); “*mentecapto*” (falta de entendimento); “*siso*” (juízo, prudência) e “*desvario*” (desordem; do que não diz coisa com coisa; delírio por doença; ou paixão; tresvario). Também encontramos “*demência*” (loucura; falta de juízo; ação do louco) e “*demente*” (louco; falta de juízo).

Há pelo menos três ideias sendo sugeridas nos verbetes descritos rapidamente acima e que importa averiguar aqui. A noção da loucura relacionada a uma certa inocência, que confere ao indivíduo e suas ações um caráter de ridículo: presente nos verbetes Doudejar (1728), Idiota (1728, 1789 e 1832) e Idiotismo (1728, 1789 e 1832). A compreensão da loucura como resultado de uma perda/ausência que implica ou gera uma situação de degeneração física e que torna o indivíduo diferente ou deficiente em relação aos considerados normais: Alienar (1728), Delirar (1789, 1832), Delírio (1728, 1789 e 1832), Doudo (1789), Louco (1728), Loucura (1728), Mentecapto (1789 e 1832), Mentecauto (1728), Tresvario (1728, 1789). E, por fim, a loucura definida pelo caráter de periculosidade atribuído ao indivíduo: Alienação (1728), Desassisado (1728 e 1832), Doudo (1789 e 1832), Doudinho (1789 e 1832), Louco (1728, 1789 e 1832) e Loucura (1789).

A loucura, percebida como característica de um ser humano que o torna patético em seu comportamento, é explicada pela identificação de uma incapacidade do ‘louco’ ter uma conduta igual aos demais, que o tornava alvo da atenção de outras pessoas pela ridicularidade de suas ações, despertando riso ou piedade. Ela pode ser mais definida no âmbito do envergonhamento de familiares e pessoas que venham a presenciar uma conduta entendida

⁴⁵ Grifo do autor. Ressaltamos que aqui utilizamos a grafia originária desses vocábulos, para justamente perceber como eles foram mudando com o passar do tempo. Em alguns casos, atualizamos a escrita para a língua portuguesa padrão.

⁴⁶ Um obra importante para entender melhor sobre a “degeneração” é *Crime e Loucura* (1998) de Sérgio Carrara, que se volta detidamente para a análise do impacto das abordagens biomédicas no sistema penal e para a compreensão das modalidades de comportamento criminoso que motivaram as discussões sobre a patologia social nos tribunais. Para estruturar seu pensamento, o autor usou das definições da obra de Bénédicte-Augustin Morel, que passou a definir a degeneração enquanto o conjunto de “desvios doentios do tipo normal da humanidade, hereditariamente transmissíveis, com evolução progressiva no sentido da decadência” (in GENIL-PERRIN, 1913:54).

como inadequada e menos por ter um aspecto perigoso. Por isso, os termos Idiota e Imbecilitado acentuam o caráter de uma pessoa incapacitada de seguir normas e comportamentos adequados por ser ignorante. Conforme:

Idiota 1728

Derivase do grego Idioma, & na opinião do venerável Beda, quer dizer, aquelle que só sabe a sua língua, & o idioma da sua nação, **sem noticia alguma das letras humanas, nem Divinas**. Segundo outra etymologia, derivase Idiota, de Idiots; que no Grego quer dizer, Homem plebeio, sem officio de Republica, homem do vulgo, &c. & como eles taes de **ordinário não tem letras, vai o mesmo que Ignorante**. Illiteratus, ou Imperitus, a, um. Idiota, & Masc Cic. (...).

Idiota, 1789

adj. invariável no gênero; mulher, ou homem idiota, **ignorante, sem estudos, letras nem instrução ainda leve, e ordinária**. Flos Sant. P. 155.v.

Idiota, 1832

Adj. que só sabe a sua língua. Invariável no gênero. Fig. **Ignorante, que nem a mais leve instrução tem**.

Imbecillitado, 1789

Adj. enfraquecido. Arraes. £. 10. Nos pos para governo **huma razão tão imbecillitada**.

Imbecillitado, 1832

Enfraquecido.

Já o verbete doudejar, presente na primeira versão do dicionário de Raphael Bluteau, traz a definição do caráter de ridicularização associado a um comportamento inadequado ao parâmetro de normalidade, porém já apresentando ícones em latim que implicam a possibilidade de que a referida conduta possa apresentar algum perigo às relações interpessoais.

Doudejar, 1728.

Fazer doudices. Insipienter, ou imprudenter, ou inconsideratè agere. **Doudejar. Brincar, diser ou fazer cousas ridículas**. Se arrari, Horat. Nagari, jocari. Cic. (or, atus sum.) Seneca Philosopho diz, Fatuati. (or, atus sum).

Outra ideia indicada por esse verbete é que tal condição tem um caráter passageiro e que não significa necessariamente sinal de doença ou condição de saúde permanente. Daí assumir um aspecto do lúdico ou jocoso, que pode ser imprudente, mas não necessariamente perigoso. Contudo, essa compreensão parece ter ficado restrita ao Dicionário de Raphael Bluteau de 1728. Nos demais verbetes, incluindo o doudejar (1789 e 1832), as definições sugerem o louco e a loucura numa identificação de deficiência e incapacidade de adequação àquilo que é reputado como normal ou sadio. Uma compreensão que delineia uma inaptidão pessoal, não necessariamente contagiosa, mas que tem consequências para o convívio coletivo. E que, em alguns casos, tem a periculosidade como perfil.

A segunda ideia sobre a loucura, percebida nos verbetes relacionados na tabela, sugere uma compreensão de sua ocorrência como resultado de uma perda, uma ausência e uma degeneração física. Na definição dos verbetes que compõem esse grupo é possível perceber uma influência do saber médico, sobretudo na identificação de condições causadoras daquilo que era considerado um defeito ou falha, bem como de possíveis formas de tratar aquela enfermidade.

A loucura, considerada no âmbito de uma perda, está expressa no verbete Alienar (1728) que, além da noção de venda ou passagem de posses entre pessoas, designava “Perturbar o juízo, perder o uso da razão. Alienar com vinho. *Vino mentem ex sua sede, & Nat u dimovere. Ex Cic. Que em demasiado vino se Alienase [grifo do autor]”*. No mesmo dicionário ainda pode ser citado o verbete Mentecauto (1728) que é “Aquelle que tem perdido o juizo, ou o uso da razão. *Captus Mente Cic [grifo do autor]”*. E Doudo

Doudo (1728)

Falto de juízo. Louco. Vid. Doudice. *Amens, ou demens, tis, Omn. gen. Vecors, dis. Omn. Gen. Insanus, ou Vesanus, ou fatuus, ou stultus, a um, Insipiens, tis. Omn. gen. Excors, dis. Omn. gen. Mente captus, a, um. Homo fanaticus, a um, Cic. Qui emote mentis est. Senec. Phil. Qui sua mentis non est. Cels.* **Estar Doudo.** *Infanire, (io, itum.) Desipere, (pio.. pui fem fupino.) Cic.* **Fazer alguém doudo.** *Aliquem ad infaniam adigere. Vid. Endoudecer.* **Fazer alguém mais doudo do que he..** *adjuvare alicujus infaniam. Plaut.* **Para ele fazer a custa do publico este homem ainda mais doudo do que he.** *Ut hominem stultum magis etiam infatuetmercede publicâ. Cic. Fazerse doudo. Vid. Endoudecer.* **Em toda parte se achão doudos.** *Stultor plena funt Omnia Cic.* **Fez me doudo com seus discursos.** *Me inafanum verbis suis concinnat. Terent.* **Doudo de amor.** *Esta doudo por ella. Miserè, ou infanè eam amat. Terent. Plaut. Esta doudo por Inachia. Inachiâ furit. Horat. Epod. II. (Inachia era uma das amigas de Horacio.)* **Anda doudo com seu cavalo.** *Era equum fatuè est affectus.*

E, por fim, Mentecapto ou Mentecauto (1832), já no *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, definido como “Adj. que perdeu o juízo”. Eles se diferem da compreensão da loucura como ausência ou degeneração porque sugerem uma condição que pode estar em processo de desenvolvimento – perder... ou tem perdido o juízo – ou tem um sentido de algo passageiro, causado pelo uso de alguma substância, como o vinho, por exemplo. Ou seja, não define uma condição definitiva, mas que pode se tornar terminante.

Já a noção de loucura que era entendida como decorrente de uma ausência, ou degeneração física, tem em seus cernes, a constatação de uma condição já estabelecida. A loucura explicada como condição resultante de uma ausência está insinuada nos itens Louco (1728):

o Mestre Aleixo Venegas, que na investigação de algumas etymologias tem sua extravagancia, diz que a palavra Castelhana Loco, (da qual se deriva Louco) he palavra Latina, de Locus, que quer dizer lugar, porque como no livro 4. Dos Physicos diz Aristhoteles, que não póde haver lugar, sem que esteja cheyo de algúa matéria, **chama-se Loco aquele, que puramente he Lugar, sem ter o enchimento, que convem a tal lugar. Logo o homem vasio de siso, prudência, juízo, discricção, & moderação,** diremos que he Louco, em Castelhana Loco, & em Latim Locus, **porque este tal não he outra cousa mais que Lugar, & vasilha, em que as ditas cousas havião de estar.** Amens, ou demens, tis. omn. gen. Vecors, dis. omn. gen. Infanus, ou Vesanus, a, um. Cic. Vid. Doudo. Vid. Loucura. Louco. Inconsiderado, imprudente, temerário. Vid. nos seus lugares. Louco. Alegre. Amigo de rir, & zombar. Festivus, jocosus, a, um. Cic. Hilaris amimus, & promptus ad jocandum.

Mas também devem ser considerados nesse grupo o verbete Mentecapto ou Mentecapto (1789), “Falto de entendimento”, e Delirar (1832), “Dizer disparates por ter perdido o juízo, ou também por **falta de inteligência, de juízo, ou paixão**”.

A tônica na falta ou vazio é nítida, sobretudo na definição estabelecida no Dicionário de Raphael Bluteau de 1728 que destaca o louco como ‘lugar, sem ter enchimento’. Numa tal condição que não torna o louco como alguém apenas diferente dos demais, mas como indivíduo que é vazio e incapaz de ser como os outros, é ‘vasilha em que as ditas cousas havião de estar’.

A loucura como degeneração física segue a compreensão dessa condição como estabelecida e que tem relação com a formação física e mental do indivíduo. Ela pode ser percebida no verbete Loucura do *Dicionário de Raphael Bluteau* de 1728, que tem definição mais descritiva.

Loucura (1728)

Falta, ou privação de juízo. Segundo Galeno £. Loco ass. £ he hua carência de razão, com lesão da memoria. Notavel mal he a loucura, os

que a padevem, não o sentem. Há loucos mais sizudos, que os homens mais sábios. Dizia Catão, que dos loucos mais aprendião os sabios , que dos sabios os doudos. Aristoteles, & Seneca dizem, que não há homem de grande talento sem vea de doudo. Xerxes, Rey da Persia, mandou açoutar o mar, por engulir a sua armada. Edificou Alexandre Magno a Cidade Bucephalia em memoria de seu cavalo Bucephalo, que o tinha servido bem na guerra, & com fúnebre magnificência mandou enterrar a este bruto. Plutharch in vita Alexand. Perdeo El Rey Cyro o seu cavalo em hum rio perto de Babylonia, em vingança mandou dito Rey sangrar em sessenta partes o rio. Herodot. Lib. I. Ctesiphon, Atheniense, enfadado contra a sua mula jugava aos couces com ella. Escreve Bercorio, que na Ilha de Chio há hum fonte, que faz enlouquecer a quem bebe della. O primeiro grao para a loucura, he blasonar da sua sapiência. Assim como ha sabios infelices tábem ha loucos venturoso. No seu Alcorão manda Masoma se venerem os loucos, como homens extáticos, & absortos no espirito divino. **A loucura não he qualidade d'alma (como imaginarão alguns Gentios) he má disposição dos instrumentos com q obra. Muitos pays de grande entendimento tiverão filhos de pouco juízo.** Da sabedoria de seus pays degenerarão os filhos Antonio, & de Cicero; Semelhantes a estes forão Posthumo, filho de Agrippa; Claudio de Drufo; Caio de Germanico; Commodo de Marco Antonio; Lamprode de Socrates; Aridêo de Felipe; daqui nasceo o adagio, Heroum filii noxo, de que faz Sparciano menção na vida de Septimio Severo. Hum louco em Salamanca dizia a outro, porque lho chamava, que de setenta, & tantas espécies de loucura, como se podia escapar a alguma. Loucura. Iniania, Amentia, Dementia, Stultitia, Insiencia, Fem. Cic. A loucura de alguns homens, em fazer quintas magnificas. Iniania villarum. Cic.

Esse primeiro verbete é interessante pela disposição da explicação adotada pelo autor do dicionário: primeiro há a contestação da loucura e uma rápida classificação, que tem sentido negativo e positivo, seguido de uma série de exemplos buscados na história de diversos povos. A enumeração de exemplos dá um contexto histórico para o autor, como forma de legitimação de seus argumentos. Método que ele repete na segunda parte do verbete, quando propõem que a loucura não é ‘uma qualidade da alma’, mas uma espécie de degeneração ou defeito, posto que ‘muitos pays de grande entendimento tiverão filhos de pouco juízo’. Citando também vários casos como exemplo.

Os verbetes Delirio nos dicionário de 1728, 1789 e 1832 são reveladores da ideia da degeneração física.

Delirio (1728)

Alienação do juizo, erro das faculdades animaes no cérebro, ou depravação da fantasia, à qual se representão cousas absurdas, & molestas. He syntoma, que costuma sobrevir ás febres malignas. **Algumas vezes se comunica por vicio do estomago, outra por ocasião de febres ardentes, ou por causa de algum Pleuris, ou por inflamação do baço, do fígado, ou de outro membro interior. Difere do frenesi, em que este persevera com a febre na mesma igualdade, & Delirio crece, ou diminue ao mesmo passo, q a febre se augmenta, ou declina.** Observão os

Medicos três gêneros de Delirio, melancolico, maniatico, & frenético. Dilirium, ij. Neut. Cels. Diliramentum, i. Neut. Que he de Plauto, & Deliratio, oms. Fem. que he de Cicero, se tomão por loucuras imaginadas, extravagantes ficçoens de Poetas, tontices de velhos. &c. Estas cousas fazem passar o delirio. Hec infaniam tollunt. Cels. Cair em delirio. Mente labi. Cels.

Delirio (1789)

Desordem, perturbação da imaginação, **causada por doença**. £ O falar disparatado, de quem tem delírio: e fig. de que pensa mal por ignorancia, ou paixão. £ O delírio é vario segundo a variedade da febre; o frenesi persevera, quer a febre seja mais, quer menos. Cair, entrar em delírio; estar em -----.

Delirio (1832)

Desordem da imaginação. Dito disparatado, de quem está delirante; ou também do que discorre mal por ignorância etc.

Além destes, podem ser destacados: Tresvario (1728), “Variedade no juizo. **Desconcerto, & desatino do Entendimento.** Deliratio, onis. Fem. Cic. Deliramentum, i. Neut. Plaut. Delirium, ii. Neut. Cels. (**Febres malignas com trevarios.** Marinho. Politic. Discurs. 85. vert.)”, Tresvario (1789), “Delirio; dito, **acção de homem, que tem o cérebro desordenado com doença**” e Delirar (1789), “Desvariar, ou tresvariar; dizer disparates, **estando fora do juizo por febre, ou outra doença aguda.** £ Dizer disparates por falta de juizo, intelligencia ou por paixão; v. g. frenética delira”.

A frequente referência a uma doença como agente causador da loucura sugere uma condição para o indivíduo que extrapola a observação social e denota uma incursão ao vocabulário ou saber médico. Segundo Lia Silveira e Violante Braga (2005), na época em que os dicionários foram publicados, séculos XVIII e início do XIX, já era possível identificar uma valorização do conhecimento científico, que marca “a apreensão do fenômeno da loucura como objeto do saber médico, caracterizando-o como doença mental”. Por essa razão, as definições verificadas apresentam em sua maioria uma preocupação com uma identificação de um caráter sanitário e suas consequências para a comunidade. Inclusive, Michel Foucault, em *A História da Loucura*, estuda o processo histórico de produção dessa narrativa sobre a alienação mental como fenômeno relativamente recente, do século XVIII em diante.

Mas, ainda nesse contexto, Silveira e Braga ainda destacam a possibilidade da cura como implicação da loucura ser compreendida como objeto do saber médico. Entendimento que descortinou uma série de procedimentos e institucionalizações sobre a loucura e o louco, com a instauração de medidas disciplinares e organização de uma nova ordem no estabelecimento de relações com os sujeitos envolvidos. Longe de constituir uma ação

positiva, a medicalização preconizada no século XVIII, contribuiu para a afirmação de uma narrativa que definia o portador da ‘doença’ loucura como um sujeito inconveniente, mas também perigoso: foram desenvolvidos asilos como espaços específicos para o tratamento terapêutico e tentativa de reabilitação dos ‘doentes’ ao convívio social.

A periculosidade do indivíduo identificado como louco é reafirmada ao longo de muitas definições já citadas aqui, mas também em outros verbetes que ainda importa citar. Ela pode ser percebida na recorrência da palavra Imprudente, que surge tanto em língua portuguesa, como uma definição marcante do perfil do louco, mas também grafada em latim para indicar a origem ou raiz do sentido da loucura. São nove referências à imprudência nos verbetes da tabela do início do texto: Desassisado (1728), Dessassisado (1832), Doudejar (1728), Doudinho (1789 e 1832), Doudo (1789 e 1832), Louco (1728, 1789 e 1832). Desses verbetes, quatro ainda trazem o adjetivo Temerário associado às suas definições, são eles: Desassisado (1728) e Louco (1728, 1789 e 1832). Indícios que demonstram a compreensão de nocividade referente à loucura e com possíveis implicações negativas para o convívio social.

Há ainda algumas referências que dão uma conotação de desequilíbrio, não simplesmente doença, ao perfil e conduta do louco. Conforme se vê nos verbetes Doudo (1789) quando sugere a definição “o que usa mal do seu juízo por paixão”; Delirar (1789 e 1832), ambos trazem a ideia de uma “falta de juízo, intelligencia ou por paixão”; e Delirio (1789), em que se tem “fig. de que pensa mal por ignorancia, ou paixão”. Em todos, a palavra Paixão foi usada para indicar uma determinada obsessão, sem dúvida. Sobretudo porque é possível entrever a oposição estabelecida entre e uma ignorância (que indicaria inocência), o que permite uma margem para a compreensão do louco como indivíduo que poderia ser culpabilizado pelos seus atos. Ou, se configura em alguém cuja convivência social poderia ser desaconselhada, o que ainda poderia justificar o confinamento dos loucos como forma prevenção de crimes. Que como trataremos noutro capítulo, o Cícero ‘Doido’ será um desses indivíduos que determinadas pessoas da sociedade, irão retirá-lo dos espaços de convivência social, denunciá-lo e mandá-lo para a prisão.

Fugindo de maiores conjecturas, é importante entender o *Dicionário de Raphael Bluteau*, de 1728 e 1789, como o *Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto*, de 1832, em certa medida, como uma possível compilação de ideias e compreensões que perpassavam, ou estavam minimamente presentes, no senso comum no Brasil. É plausível perceber as marcas de uma ‘estrutura de pensamento’ sobre o louco e loucura, que os constituía como doença ou deficiência, no Brasil colonial. Tendência que, ao que indica as publicações de 1789 e 1832, parece ter se confirmado como narrativa popular sobre o tema.

Os verbetes presentes na versão do *Dicionário de Raphael Bluteau* de 1728, se repetem quase totalmente na versão publicada em 1789 e no *Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto*, de 1832. E os significados propostos tendem a se apresentar como uma espécie de síntese das descrições, tanto no *Dicionário de Raphael Bluteau* de 1789, como no *Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto*, de 1832.

A tendência à síntese nos dicionários publicados em 1789 e 1832, aqui trabalhados, é um ponto que merece atenção. Há aí duas questões. Primeiro a publicação do *Dicionário de Raphael Bluteau* de 1789: mais sintético que a versão de 1728, ele insinua a necessidade de tornar o vocabulário mais prático, sugerindo a intenção de que ele servisse mais a consultas menos demoradas, ou menos voltadas a estudos mais profundos da língua portuguesa. A comunicação mais rápida do significado das palavras pode insinuar a tentativa de ampliação do público leitor, ou de simplificação dos custos e trabalhos de impressão. O fato é que ele, sintetizado, abandona ou diminui drasticamente o uso de referências históricas, literárias e de adágios populares, tanto em português como em latim. A tabela abaixo, com os verbetes Louco e Doudo nos três dicionários permite uma apreciação da sintetização aqui trabalhada.

Tabela 2 - comparação dos verbetes Louco e Doudo nos dicionários de Raphael Bluteau (1728 e 1789) e Silva Pinto (1832)

Raphael Bluteau 1728	Raphael Bluteau 1789	Silva Pinto 1832
Doudo	Doudo	Doudo
Falto de juízo. Louco. Vid. Doudice. <i>Amens, ou demens, tis, Omn. gen. Vecors, dis. Omn. Gen. Insanus, ou Vesanus, ou fatuus, ou stultus, a um, Insiptens, tis. Omn. gen. Excors, dis. Omn. gen. Mente captus, a, um. Homo fanaticus, a um, Cic. Qui emote mentis est. Senec. Phil. Qui sua mentis non est. Cels.</i>	Adj. falta de juízo, louco por doença. f. o que usa mal do seu juízo por paixão, imprudência. £ no fig. Imprudente. £ <i>Anda doudo com alguma coisa., no f., encantado, embellesado.</i>	Adj. Falto de juizo. Que usa mal da razão. Fig. Imprudente. Embellezado.
Estar Doudo. <i>Infanire, (io, itum.) Desipere, (pio.. pui fem fupino.) Cic.</i>		
Fazer alguém doudo. <i>Aliquem ad infaniam adigere. Vid. Endoudecere.</i> Fazer alguém mais doudo do que he.. <i>adjuvare alicujus infaniam. Plaut.</i>		
Pera ele fazer a custa do publico este homem ainda mais doudo do que he. <i>Ut hominem stultum magis etiam infatuetmercede publicâ. Cic.</i>		
Fazerse doudo. Vid. Endoudecere. Em toda parte se achão doudos. <i>Stultor plena funt Omnia Cic.</i>		
<i>Fezme doudo com seus discursos. Me inafanum</i>		

verbis suis concinnat. Terent.

Doudo de amor. Esta doudo por ella. *Miserè, ou infanè eam amat. Terent. Plaut. Esta doudo por Inachia. Inachiâ furit. Horat. Epod. II. (Inachia era uma das amigas de Horacio.)*

Anda doudo com seu cavalo. *Era equum fatuè est affectus.*

Adagios Portuguezes do Doudo. Os *Doudos* fazem a festa, & os *sesudos* gostão dela. Hum *Doudo* fará cento. De *Doudo* pedrada, ou mã palavra. *Doudo*, & porfiados fazem grandes sobrados. No riso he o *Doudo* conhecido. O *Doudo* faz *Doudos* dana a muitos, & ensina a poucos. Tão duro he ao *Doudo* calar, como ao *sesudo* falar. O que faz o *Doudo* á derradeira, faz o *sesudo* á primeira. Quem com *Doudo* há de entender, muito siso há mister. Guarte do alvoroço do povo, & de travar com *Doudo*. Ao *Doudo*, & ao touro dalhe o corro. A Péga no souto, não a tomará o necio, nem o *Doudo*. Não percas o siso pelo *Doudo* de teu vizinho. Dize ao *Doudo*, mas não ao surdo. Zombai com o *Doudo* em casa, zombará com vosco na praça.

Louco

O Mestre Aleixo Venegas, que na investigação de algumas etymologias tem sua extravagancia, diz que a palavra Castelhana *Loco*, (da qual se deriva *Louco*) he palavra Latina, de *Locus*, que quer dizer lugar, porque como no livro 4. Dos *Physicos* diz *Aristoteles*, que não póde haver lugar, sem que esteja cheyo de algúa matéria, chama-se *Loco* aquele, que puramente he *Lugar*, sem ter o enchimento, que convem a tal lugar. Logo o homem vasio de siso, prudência, juízo, discricção, & moderação, diremos que he *Louco*, em Castelhana *Loco*, & em *Latim Locus*, porque este tal não he outra cousa mais que *Lugar*, & *vasilha*, em que as ditas cousas havião de estar.

Amens, ou demens, tis. omn. gen. Vecors, dis. omn. gen. Infanus, ou Vesanus, a, um. Cic. Vid. Doudo. Vid. Loucura. Louco. Inconsiderado, imprudente, temerário. Vid. nos seus lugares.

Louco. Alegre. Amigo de rir, & zombar. *Festivus, jocosus*, a, um. Cic. *Hilaris amimus*, & *promptus ad jocandum*.

Adagios Portuguezes do louco. Hum louco faz

Louco

Adj. Sem siso, prudência, juízo, nem discricção: doido. £. Inconsiderado, Imprudente, temerário. £. Alegre, amigo de rir, e zombar.

Louco

Adj. que não tem juízo. Doudo. Inconsiderado. Temerario.

cem loucos. De Medico, & de louco, cada hum
tem pouco. Cada louco com seu thema. Pela pena
o louco se faz sábio. A palavras loucas orelhas
moucas. Poucos, & loucos, & mal avindos. Eu
poderei pouco, ou dirão, que não sou louco.

Fonte: produzida pelo autor a partir dos Dicionários de Rafael Bluteau (1728 e 1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

A compilação de contextos históricos, a partir da citação de experiências de personagens históricos ou literários, de radicais em latim e adágios populares indicam uma preocupação maior com a apresentação de uma construção de sentido das palavras, do que simplesmente determinar o que elas significam. Entende-se daí que os leitores em potencial poderiam ser sujeitos mais preocupados com estudos de léxicos ou campos semânticos, do que pessoas com preocupações ou dúvidas cotidianas. E, deve-se levar em consideração, a maior parte dos sujeitos históricos que acessariam qualquer uma das duas versões do *Dicionário de Raphael Bluteau*, no século XVIII, seriam provavelmente eruditos e estudiosos da língua portuguesa, mesmo porque a maioria esmagadora da população habitante no Brasil era analfabeta. O que sugere que mesmo a versão de 1789, que já era mais sintética, ainda não pode ser considerada como uma expressão do que era corrente no vocabulário popular. Mas, por outro lado, esses vocabulários podem trazer indícios dos significados dessas palavras no uso popular - e os adágios são necessariamente uma captação desse uso – sobretudo se um significado não foi alterado ao longo dos anos.

Aqui está a segunda questão: os dicionários de 1789 e 1832 não alteram o significado dos verbetes, nem apresentam qualquer surgimento de sentidos diversos ou antitéticos para os tais, eles apenas sintetizam. Agora, cabe destacar o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva, publicado em 1832, designado pelo subtítulo “vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza”. Como é possível perceber na tabela acima, esse dicionário é o mais sucinto dos três apresentados, característica que poderia ser entendida em decorrência da função sugerida no subtítulo do volume: trata-se apenas de um complemento. Contudo, nos mesmos verbetes apresentados na tabela 02, e essa observação se expande para os demais verbetes indicados na primeira tabela, não há um complemento na proposição de significados, nem de novas palavras com o mesmo sentido e nem de antônimos: há uma síntese. São relacionados os mesmos sinônimos (aqueles considerados mais significativos), que já haviam sido propostos nas duas versões do *Dicionário de Raphael Bluteau*, no século XVIII. A versão mais sintética de Luiz Maria da Silva Pinto pode indicar alguns aspectos necessários a esta reflexão: ela poderia estar

relacionada a um uso mais popular, ou corriqueiro, do vocabulário entre letrados (já que a maior parte da população brasileira ainda era analfabeta); e, também poderia estar corrente com uma mentalidade de compilação de caráter mais ‘codificada’, mais comum ao século XIX e ao aparato burocrático Imperial, à semelhança do Código Criminal de 1831.

Em todo caso, a síntese se impõe e ela sugere a confirmação de compreensões sobre o louco, que impõe um saber sobre a loucura. Esse saber reverbera para o século XIX e início do XX, embasando diversos métodos e estratégias no relacionamento cotidiano, médico e nos casos que chegam aos processos judiciais entre os loucos e os demais atores sociais. Assim, é possível indicar pelo estudo dos verbetes que, nesse momento, já havia uma concepção de que aquelas pessoas enquadradas como “loucas”, deveriam ser geridas/temidas pela sociedade da época, prática que se firmará com as construções dos primeiros asilos para atender a esse público. E ainda evidencia um caráter político que determina ‘o louco’ como ‘o outro’, que necessita da intervenção do saber médico e institucional que, no Brasil, começou a ser instituído e legalizado já no final do século XIX e início do XX.

2.2 - O Dicionário de medicina popular de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, “para uso das famílias”: as formas de lidar com o louco são indicadas.

No final do século XIX, já no regime republicano, é possível encontrar dicionários em que as concepções sobre o louco e a loucura assumem outras perspectivas e finalidades, muito embora os sentidos para os verbetes não sofram alterações profundas como o *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias*⁴⁷ de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Ele teve seis edições, no total, publicadas entre os anos de 1842 e 1890. Como edição de referência para análise, utilizamos a de 1890, que atualmente está disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, porque entendida como produto final de um processo de organização e compilação do volume, sendo as cinco primeiras edições entendidas como versões ou partes do processo que se encerrava na publicação de 1890. Além disso, o período de 1842 a 1890 sugere uma continuidade, em relação a data de publicação do *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva, de

⁴⁷CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis*. 6. ed. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890. 2 v. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-de-medicina-popular-e-das-ciencias-accessórias-para-uso-das-familias/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

1832, na qual entende-se uma espécie de cobertura da evolução das concepções sobre o louco e a loucura, com seus derivados, que permitem, em última análise, contrabalancear a historicidade de tais compreensões que chegam ao século XX.

A importância do Dicionário de Chernoviz para esta pesquisa está indicada na descrição impressa em sua capa e estava relacionada a utilidade do mesmo: tratava-se de um “Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis”. Fato curioso – atender tanto ao público leigo, a quem se destinava, quanto a médicos, como manual de referência profissional –, uma vez que, nesse momento, o campo médico militava pela exclusividade do exercício da medicina.

A informação de que o Dicionário de Chernoviz era destinada ‘para o uso das famílias’ pode induzir a uma compreensão de que esse vocabulário fosse mais acessível do que os dicionários anteriores. Contudo, deve-se considerar dois aspectos sobre a publicação de 1890: primeiro que ela foi feita em dois volumes, cuja soma total de páginas chegava a 2506; e, segundo que a impressão não foi feita no Brasil, mas em Paris, pela A Roger & F Chernoviz. Tais condições certamente contribuíam para restringir o número de famílias, que tinham um indivíduo considerado louco entre os seus entes, que teriam acesso ao Dicionário de Chernoviz, uma vez que o acesso a livros no Brasil, mesmo no final do século XIX, era restrito a famílias mais abastadas. Além do fato de que a maioria da população brasileira, no início do período republicano, era analfabeta. De forma que, o indicativo “para o uso das famílias” é importante aqui, mais pela preocupação em escrever o dicionário com uma característica de utilidade prática e um formato destinado também a um público leigo, e menos pelo alcance que ele tenha tido: o que, inclusive, seria difícil mensurar.

O destaque a uma finalidade prática e “para o uso das famílias”, do Dicionário de Chernoviz, já o diferencia dos vocabulários trabalhados no tópico anterior, em que não havia referências a restrições de público leitor e temática abordada. O Dicionário de Chernoviz sugere, de partida, tanto a sua especialização enquanto um vocabulário específico, como também uma organização maior do saber médico em torno de temas que envolviam “a descrição das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis”. A indicação desse caráter tem implicações nos verbetes que compõem o volume.

Uma primeira implicação é o número de verbetes que são usados por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Se fizermos uma comparação entre os verbetes apresentados nos dicionários de Raphael Bluteau e Silva Pinto, indicados na Tabela 1 do tópico anterior, com o de Chernoviz, é possível constatar uma redução drástica no total de verbetes em que há referência à loucura no volume publicado em 1890. São 22 verbetes no Dicionário de Raphael Bluteau de 1728, 29 no Dicionário de Raphael Bluteau de 1789, 27 no *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva de 1832 e apenas 6 verbetes (Alienação; Delírio; Demência; Doudo; Idiota, Idiotismo; e Loucura) nos dois volumes de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Sendo que, desses 6 verbetes, três redirecionam o leitor para o verbete Loucura, são eles: Alienação; Demência; e Doudo.

É possível explicar a menor quantidade de verbetes do Chernoviz pelo caráter do dicionário – de medicina popular –, em que não há a mesma preocupação de um dicionário de língua portuguesa, que visa a sistematização e definição de todas as palavras presentes no idioma. No dicionário de medicina popular a preocupação recai principalmente sobre a necessidade de organização e definição de doenças ou condições físicas. Tal restrição numérica pode indicar também a concepção objetiva do pensamento científico, metódico, próprio do século XIX, e até pode sugerir uma homogeneização das experiências com a loucura e do louco. Contudo, se há restrição na quantidade de verbetes, há, por outro lado, uma sistematização bem mais detalhada de cada um deles. Como indicado acima, a referência aqui será aos verbetes Delírio; Idiota, Idiotismo; e Loucura, posto que os demais redirecionam o leitor para o verbete Loucura.

Os verbetes Idiotismo, Idiota e Loucura são organizados de forma complementar de um em relação ao outro, numa espécie de explanação dos estágios de gradação da loucura. Por essa razão, a atenção do texto vai ser voltada mais a eles – não procurando compará-los, mas percebendo as partes que os constituem. Mesmo porque a definição presente no verbete Delírio está bem alinhada com as definições dos sintomas dos outros dois verbetes.

Começamos com Idiotismo, Idiota: uma descrição longa, que aqui optamos por dividir em partes para denotar melhor a formação do verbete e ideias expressas nele. De início, é nítida a preocupação em destacar diversos aspectos e características que fazem dos ‘idiotas’ uma “família numerosa”.

IDIOTISMO, IDIOTA. Os idiotas são entes **privados mais ou menos completamente da inteligência desde a mais tenra idade**. Formam uma família numerosa, por isso que, desde a ausência quasi inteira da inteligência até ao grau que representa o estado ordinário d'esta função,

observam-se muitas graduações e 'variedades. Assim, encontram-se idiotas que tem **uma existência quase vegetativa**; parecem estranhos a toda a espécie de sensações, não sentem nem frio, nem fome, nem espécie alguma de dôr; mettem-se-lhes alimentos na bocca, elles os engolem; se abrem os olhos, é de alguma maneira sem enxergarem os objectos. **Outros deixam ver que experimentam algumas sensações**, reconhecem os alimentos que se lhes offerecem, tomam-n'os e comem-n'os, vêem os objectos e sabem evital-os, viram a cabeça para o lado onde ouvem ruido ; se os beliscam, buscam subtrahir-se á dôr; até se encolerizam sendo contrariados, mas não sabem fazer uso dos objectos exteriores, não podem vestir-se, ficam expostos ao frio, è só pensam em comer quando vêem os alimentos : alguns gritos e gestos mui simples formam n'elles toda a expressão da linguagem. **Principia-se a encontrar vestígio da intelligencia n'aquelles que ocupam um grau um pouco mais elevado**: sua attenção é ás vezes fixada pelas impressões feitas sobre seus sentidos; parecem olhar para certos objectos com um sentimento de prazer misturado de curiosidade; dirigem-se aos alimentos e apoderam-se d'elles, reconhecem as pessoas que d'ellas cuidam habitualmente, indicam ás vezes, por meio de gritos ou gestos, os objectos de seus desejos; manifestam a alegria ou o desgosto que experimentam. Entretanto, é preciso vestir-os, deital-os, pôl-os no logar em que se quer que elles fiquem, são incapazes de satisfazer as suas necessidades; pôde-se, quando muito, fazer-lhes reter uma ou duas palavras á força de as fazer repetir em circumstancias dadas. **Seguem-se os idiotas que reconhecem as diferentes pessoas com que vivem**, e ás quaes manifestam affeição se d'ellas estão satisfeitos, que ajudam a vestir-se, comprehendem certas perguntas, vão buscar o alimento, articulam algumas palavras; sao entretanto incapazes de qualquer trabalho, e estão todo o dia sen ados, deitados ou passeando. **Existem, emfim, idiotas cujas facultades intellectuaes estão desenvolvidas até certo ponto; chamam-se imbecis**: observam-se n'ellas algumas idéias, um uso limitado da palavra, alguma memória e certas acções rozoaveis. Conhecem o valor do dinheiro e sabem o seu uso, procuram a reunião dos sexos, sabem vestir-se, prover as suas necessidades. Mas não se lhes pôde ensinar a ler nem a escrever.

São demarcados pelo menos quatro estágios para o que Chernoviz chama de Idiotismo, Idiota, cujo eixo condutor é a presença de inteligência: 1. O idiota que tem uma existência quase vegetativa; 2. O que tem algum grau de sensibilidade, capazes de reconhecer objetos e alimentos e até de rejeitá-los; 3. Os idiotas em quem é possível perceber algum 'vestígio de inteligência', capazes de reconhecer pessoas frequentes em sua vida, manifestar alegria ou desgosto, mas que não são capazes de se cuidarem minimamente; 4. Os que reconhecem diferentes pessoas com quem convivem, articulam algumas poucas palavras, auxiliam minimamente nos próprios cuidados, mas são incapazes de trabalhar; e, por último, 5. Os imbecis "cujas facultades intellectuaes estão desenvolvidas até certo ponto", têm um vocabulário mais desenvolvido que os anteriores e é capaz 'ações razoáveis', além de reconhecer o valor do dinheiro e ter pretensões amorosas ou sexuais.

Essa demarcação é tanto mais interessante se observado que a gradação é mensurada a partir da 'obliteração da inteligência' no paciente, que é definida pela percepção das

relações e interações sociais estabelecidas pelo chamado ‘idiota’: sendo o idiota mais grave aquele que é incapaz de estabelecer qualquer relação com as pessoas que o circundam e o imbecil aquele que consegue entender situações e estabelecer relações sociais e afetivas. Mas sempre demarcados pela impossibilidade do paciente de manter um convívio considerado normal pelo autor do dicionário e, em certa medida, pela compreensão popular.

E a ideia de popular deve ser destacada aqui, porque o dicionário de Chernoviz evita o vocabulário e termos médicos e preza por uma explanação que mantenha os leigos no assunto aptos a perceber as características e aspectos mais frequentes no contato com os pacientes. Daí a preocupação em escrever a partir do aspecto das interações sociais e do comportamento dos ‘idiotas e imbecis’, mesmo ao tratar as possíveis causas.

As *causas* da moléstia que nos ocupa nem sempre são fáceis de determinar. **Afecções moraes, vivas e penosas durante a prenhez** parece que produzem às vezes o idiotismo: as quedas em que a cabeça da criança recebe o choque, o susto, uma inflamação do cérebro, as convulsões, podem também ser seguidas da obliteração da intelligencia. Ordinariamente não se sabe a que causa deve ser atribuída esta moléstia. Uma vez traz seu principio do seio materno, e outras originasse após o nascimento. No primeiro caso, os pais reparam que a criança, chegada á idade em que deveria ser sensível ás primeiras impressões, mostra-se-lhes indifferente; não se lhe podem despertar os sentidos, nem fixar a attenção; não aprende a fallar. **Os pais só principiam a inquietar-se aos dezoito ou vinte mezes depois do nascimento, e muitas vezes não reconhecem bem a enfermidade da criança senão muito depois.** Quando os meninos não se tornam idiotas senão na época em que a intelligencia tem principiado a desenvolver-se, **os pais ficam suspensos ordinariamente algum tempo antes de notarem o estado da criança;** buscam explicar por qualquer outra causa a sua indifferença, seus fracos conhecimentos; mas enfim o mal progride, a intelligencia escurece-se e extingue-se. Os idiotas ficam ordinariamente n'este estado toda a vida. Nos imbecis a educação pôde, ás vezes, desenvolver até certo ponto as faculdades intellectuaes: aperfeiçoam-se pelo costume do trabalho e por suas relações com os individuos no meio dos quaes vivem; alguns idiotas adquirem também um pequeno numero de conhecimentos. Citam-se alguns exemplos de meninos mui obtusos até dez ou doze annos, e cujas faculdades desenvolveram-se depois. **Em geral, os idiotas não vivem muito tempo, a maior parte d'elles morrem antes de chegarem- aos trinta annos.** Os imbecis vivem mais que os idiotas. O estado da sensibilidade physica e a falta de intelligencia tornam mui obscuras as moléstias que n'elles sobreveem; não soffrem, ou, se soffrem, não sabem dar conta de suas sensações.

As causas indicadas para o ‘idiotismo’ são norteadas também no âmbito das relações sociais. A responsabilidade pela condição do paciente recai exclusivamente sobre o comportamento moral dos pais da criança: são as “afecções Moraes”, seguida das definições em sequência, “quedas em que a cabeça da criança recebe o choque, o susto, uma inflamação do cérebro, as convulsões, podem também ser seguidas da obliteração da

intelligencia”. E pela negligência na constatação da condição do infante, que, conforme sugere Chernoviz, poderia ser minimizada se os pais da criança percebessem mais cedo a ‘enfermidade da criança’. Mais a diante, Chernoviz utiliza algumas expressões, como “aquelles espíritos limitados” e “entes desgraçado da natureza”, que sugerem a inevitabilidade da condição, como também uma origem não social para ela. Conforme:

Os idiotas e os imbecis são susceptíveis de serem interdictos. Alguns são maliciosos e até perigosos; devem ser vigiados; **se são pobres, é de costume serem encerrados nos hospícios.** Ha exemplos de imbecis que serviram de instrumento a actos reprehensíveis e até a crimes. Quanto aquelles espíritos limitados que se soffrem na sociedade, alguns são incapazes de reger seus negócios, e é indispensável dar-se-lhes um tutor para não prejudicarem seus interesse por sua incapacidade. Esses entes desgraçado da natureza, que não podem chegar ao conhecimento das verdades moraes nas quaes se basêam os deveres do homem em sociedade, e cuja fraca razão é dominada por paixões imperiosas, merecem, pela maior parte, ser tratados com indulgência quando commettem faltas, ou quando são conduzidos perante os tribunaes por delictos ou crimes que hajam commettido.

Mas a definição do idiotismo pela perspectiva social ainda se debruça sobre as possíveis responsabilizações sociais dos sujeitos observados, ao indicar a possibilidade de vigilância e interdição, à medida que eles fossem “maliciosos e até perigosos”. No entanto, o autor do dicionário pontua uma distinção social entre os homens considerados enfermos: “se são pobres, é de costume serem encerrados nos hospícios”. E sugere que, por mais que houvesse preceitos, diagnósticos e tratamentos definidos, a posição social do paciente é que definiria, finalmente a situação dele. Estabelecendo, inclusive, uma certa conformidade dos chamados ‘imbecis’ a trabalhos braçais e, portanto, à famílias pobres.

Pouco tenho que dizer sobre o *tratamento* do idiotismo. Quando a moléstia existe com um vicio de conformação do craneo, ou com a paralyisia dós membros que annuncia uma lesão orgânica do cérebro, não ha remédio que aproveite. Mas quando a cabeça é bem conformada, sobretudo se o enfraquecimento da intelligencia tiver principiado depois do nascimento, se fôr recente e não houver paralyisia, pôde-se tentar o uso dos purgantes, dos cáusticos na nuca, dos banhos frios e mornos, das affusões frias sobre a cabeça; e nada se arrisca com estas tentativas. É preciso exercer uma vigilância particular sobre os doentes para impedir que se entreguem ao onanismo.

A educação bem dirigida de alguns idiotas, e sobretudo dos imbecis pôde ter resultados vantajosos. Muitas pessoas esquecem-se de que os estudos devem ser proporcionados ás forças da intelligencia; que tal individuo, por exemplo, que poderia ter adquirido conhecimentos necessários para viver na sociedade, tem finado estúpido por se haver exigido d'elle uma applicação de que não era capaz; **que outro que ficou imbecil porque, pertencendo a uma família rica, foi, por assim dizer, abandonado de seus pais, repellido por elles, poderia ser um obreiro útil se tivesse pertencido a uma família pobre.** Pôde-se conseguir que muitos idiotas sejam limpos, obedientes, que .comuniquem suas necessidades e

fujam dos extremos da temperatura, que aprendam a comer, etc. Os imbecis podem ser instruídos em muitos trabalhos fáceis e muitos deveres sociaes; póde-se até certo ponto multiplicar-lhes os conhecimentos e aperfeiçoar-lhes a linguagem. (CHERNOVIZ, 1890, p.201-203)

O importante, ao que parece, era torná-los pessoas úteis à sociedade e que não se enveredassem a atos considerados libidinosos como o *onanismo*⁴⁸, por exemplo.

Mas Pedro Luiz Napoleão Chernoviz acrescenta ao seu *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias* do verbete Loucura, que encerrava a definição para os tópicos Alienação, Demencia e Doudo; além de indicar Doudice e Alienação Mental como uma espécie de sinônimos. De pronto, o autor usa uma definição para Loucura: “perturbação das faculdades intelectuais”. Em seguida, passou a descrever um emaranhado de possíveis causas, sintomas (monomania), duração e prognóstico. No final, ainda incluiu alguns tipos de tratamentos feitos no século XIX, tendo como base o Rio de Janeiro (Casa de Misericórdia). Mesmo tratando a loucura como doença (com causas, sintomas e prognóstico), sua perspectiva e ênfase é a mesma do verbete Idiotismo, Idiota: baseada nos comportamentos e interações sociais dos pacientes acometidos pelo que chama de “moléstia”. Primeiramente foram apresentadas as causas, todas elas de origem emocional ou das “afecções moraes”:

LOUCURA, DOUCIDE ou ALIENAÇÃO MENTAL, Perturbação das faculdades intellectuaes.

Causas. **O sexo feminino**, o temperamento nervoso, uma educação viciosa, o celibato, as profissões que exigem um grande esforço de espirito, que agitam fortemente e põem em lida a vaidade, a ambição, etc.; as grandes revoluções políticas, a superstição, os terrores religiosos, a saciedade de todos os gozos, os excessos venereos, os licores fortes, a leitura dos romances e dos máos livros, o ócio, a congestão cerebral freqüente, são as causas que predispõem á loucura. **Mas as causas que a determinam ordinariamente consistem quasi todas nas affecções Moraes vivas ou contínuas**, taes como a cólera, o susto, uma perda súbita de fortuna, uma felicidade inesperada, um pezar violento, os excessos de estudos, a ambição mallograda, o amor próprio humilhado, o ciúme, os' acontecimentos políticos, os pezares domésticos, o amor contrariado, o fanatismo, etc.

A descrição dos sintomas corresponde à segunda parte do verbete. Nela, a conduta do paciente com os outros seres humanos continua sendo o eixo condutor da explanação que define a loucura como ‘desordem intelectual’, que o autor classifica como monomania, mania e demência. O alerta para o perigo que envolve a convivência com os paciente segue a descrição dos três aspectos da ‘desordem intelectual’ quando Chernoviz destaca o homicídio

⁴⁸Termo utilizado no século XVIII para designar a masturbação. Para saber mais detalhes, ver: (SIMIÃO et al, 2021).

como uma das possibilidades: “os alienados commettem ás vezes homicídios; doudos furiosos atiram-se, em seus accessos, a tudo quanto encontram: uns imaginam reconhecer, nas pessoas quê os rodeiam, inimigos, espiões, gênios malfazejos, carcereiros, dos quaes julgam dever vingar-se; outros julgam que Deos ou uma voz interna manda-lhes matar tal ou tal individuo”.⁴⁹ Por essa razão, o verbete segue indicando duração e prognóstico⁵⁰ e tratamentos possíveis:

Tratamento. Os loucos devem estar isolados, separados de todas as pessoas com que viviam, e collocados de maneira que possam ser facilmente vigiados. É necessário tomar todas as precauções para impedir que se matem, se elles tem inclinação ao suicídio. Os alienados inquietos ou furiosos devem ser subjugados com a camisola, e até amarrados, se fôr necessário. Nunca se devem avivar as idéias ou as paixões d'estes doentes no sentido do seu delírio; é necessário não combater suas opiniões desarrozoadas pelo raciocínio, discussão, opposição'ou zombaria; e convem fixar sua atenção sobre objectos estranhos ao delírio, e comunicar a seu espirito idéias e affecções novas,

⁴⁹ Symptomas. A invasão da loucura é lenta ou súbita; mas, de qualquer maneira que principie, eis-aqui os symptomas geraes que lhe são próprios. Ordinariamente as impressões feitas sobre um ou mais sentidos são vivamente percebidas ou mal julgadas. Assim, os doudos umas vezes percebem vivamente e com desagrado a luz, os sons, os cheiros ou sabores; outras vezes tomam um objecto, um individuo, um ruido, etc, por outros. Ás vezes vêem pessoas, ouvem vozes ou sons, e sentem cheiros que não tem realidade alguma e não existem senão no seu cérebro doente. As desordens das facultades intellectuaes são extremamente variadas, e apresentam freqüentemente a singular mistura de perfeita razão em certos pontos com delírio completo em outros. Em quasi todos os alienados a lembrança do passado é conservada, mas a indiferença completa ou a aversão para com seus parentes, filhos e amigos, substitue os sentimentos de affeição; uma paixão, como a alegria e a tristeza, o medo e o terror, o pezar e o transporte, a astucia e a malícia; o orgulho e a vaidade, a inclinação ao suicídio ou ao homicídio, os desejos amorosos, dominam a desordem intellectual. Os alienados commettem ás vezes homicídios; doudos furiosos atiram-se, em seus accessos, a tudo quanto encontram: uns imaginam reconhecer, nas pessoas quê os rodeiam, inimigos, espiões, gênios malfazejos, carcereiros, dos quaes julgam dever vingar-se ; outros julgam que Deos ou uma voz interna manda-lhes matar tal ou tal individuo. O Dr. Pinei cita o facto de um alienado que, em dois differentes paroxysmos, matou filhos seus para purifical-os por um baptismo de sangue, e fez muitas tentativas d'este gênero sobre outras pessoas, sempre pelo mesmo motivo. Os symptomas da loucoura offerecem-se, em geral, ao observador sob *três aspectos principaes*. Ás vezes o delírio tem só por objeto uma idéia fixa, dominante, exclusiva, ou consiste na exageração de uma paixão ou de uma inclinação, e em geral o doente discorre com muito acerto quando está distrahido do objecto que o preoccupa: este gênero de loucura foi chamada *monomania*. Outras vezes o delírio é geral e estende-se a tudo, é sempre acompanhado de exaltação, e freqüentemente de furor; toma então o nome de *mania*. Outras vezes, emfim, a uma indiferença ou apathia moral junta-se a inactividade, o enfraquecimento ou a perturbação completa da intelligencia; isto é, a *demência*. Eis-aqui as variedades principaes da monomania. Uns julgam-se reis, imperadores, papas, prophetas, rainhas, princezas, e suas acções correspondem a estas idéias; outros queixam-se de ter perdido a amizade das pessoas que lhes são mais caras; estes tem desejos venereos violentos; aquelles a cabeça preocupada de um objecto que adoram, que ornem de todos os encantos, ao qual faliam sem cessar (erotomania). Alguns são atormentados por escrúpulos religiosos, perseguidos pelo medo do inferno (monomania religiosa). Outros julgam-se em poder do diabo (demonomania). Em alguns monomaniacos a tristeza, o aborrecimento, o pezar, o temor, são symptomas dominantes (melancolia); em outros predomina o ódio a seus semelhantes (misantrophia). Ha alguns que se julgam transformados n'um individuo de outro sexo, ou em cão, leão pássaro, etc,

⁵⁰ Duração e prognostico. A loucura não é sempre contínua; de ordinário é intermittente. A sua duração é variável; assim, pôde ser somente de oito a quinze dias, ou alguns mezes na mania; mas muitas vezes é de um ou muitos annos, e até pôde durar toda a vida. A loucura pôde curar-se pela reaparição de uma secreção ou de uma hemorrhagia supprimida, por vômitos, evacuações alvinas abundantes, por suores, hemorrhagiás; espontâneas, e além d'isto pela maior parte das impressões moraes vivas.

O tratamento da loucura é difícil e complicado; e é quasi impossível que as famílias possam fazer o que convem. Só a presença das pessoas e cousas habituaes é um grande obstáculo á sua cura. **Interesses de muitos gêneros combinam-se para determinar as famílias a encerrar os alienados nos estabelecimentos públicos ou particulares. Primeiro que tudo, a segurança publica impõe justamente esta obrigação. A liberdade, que se deixa a estes doentes em seus domicílios, compromette a vida d'elles e a das pessoas que os rodeiam;** mil motivos devem fazer preferir a sua morada em um estabelecimento próprio. **A experiência prova que um muito maior numero de loucos são curados nos estabelecimentos do que quando são conservados no seio de suas famílias.**

Nesse momento, final do século XIX, o tratamento/diagnóstico para a loucura gira em torno da internação do paciente, seja em clínicas ou em outras instituições como a cadeia, para os mais pobres (FIGUEIREDO et al, 2014, p. 125). A loucura passava a ser “objeto de uma percepção mais médica e as práticas a respeito dos insanos começam a diferenciar-se das que se destinam aos outros reclusos” (CASTEL, 1978 apud ENGEL, 2001, p. 89). De maneira que, a ênfase de Chernoviz que o tratamento de doentes mentais fosse o asilo, em ambientes que pudessem desenvolver um tratamento que visasse a cura, não era uma opinião isolada, mas era o resultado de uma nova forma de ver e pensar o louco e a loucura, que se processava desde o final do século XVII.

No Rio de Janeiro, até ao anno de 1841, não havia outro asylo para os loucos senão o hospital de Misericórdia, onde estes **infelizes** se achavam na mais miserável posição. Já desde o anno de 1830 a Sociedade de Medicina clamava contra tal estado de cousas, e fez a este respeito vivas representações á administração. O sábio secretario da Academia de Medicina, o Sr. Dr. De Simoni, em uma Memória cheia de convicção e de lógica que publicou, fez sentir a **necessidade da criação de um estabelecimento separado em que os loucos pudessem ser submettidos a um tratamento conveniente.** Algumas commissões da Câmara Municipal, encarregadas da visita dos hospitaes, representaram também energicamente no mesmo sentido.

Conforme Arbex, essas instituições eram marcadas pela precariedade de seus serviços e que os pacientes da maioria delas não era exatamente diagnosticada com doença mental (loucura). De maneira que, podiam ser encontrados internos “epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder”. E que sua principal justificativa de sua existência e práticas era “a necessária limpeza social, livrando a sociedade de sujeitos considerados como parte de uma categoria social de desprezíveis e desajustados cujos comportamentos eram indesejáveis” (ARBEX, 2013, p. 14). Uma função voltada mais para a preservação de uma determinada civilidade social do que o tratamento dos internos propriamente dito. E, na verdade, uma

função moderna, para uma sociedade que se pretendia moderna, sobretudo porque tratava-se de uma sociedade que deveria ser regida pela razão, em que o pensamento era fundamental para o cuidar de si e para o convívio social.

No Brasil, a primeira instituição para tratamento de pacientes diagnosticados com doença mental foi o hospício D. Pedro II. Chernoviz fez referência a abertura deste hospital na sequência do verbete Loucura, dando vivas ao Imperador:

Estes brados da sciencia e da humanidade acharam echo no coração do Monarcha Brasileiro o Senhor D. Pedro II; e ao digno Provedor da Santa Casa, o Conselheiro José Clemente Pereira, coube a gloria de realizar o pensamento do Augusto Imperador. Este illustre philanthropo é o principal autor a quem a cidade do Rio de Janeiro deve a formação da casa para os alienados, na praia Vermelha, n'um dos logares mais salubres dos arredores do Rio de Janeiro. Para levar ao cabo este grande projecto, S. Exca. recorreo ao patriotismo e á generosidade dos habitantes da corte; muitos acudiram ao seu chamado; e citarei, entre as mais importantes subscripções, as do Comendador Thomé Ribeiro de Faria, Barão de Guapymirim, que deo sessenta contos de reis, do Barão de Pirahy, do Commendador José de Souza Breves e do Barão de Santa Luzia. S. M. I. o Senhor D. Pedro II, tomou a empreza debaixo de sua alta protecção, favorecendo-a com a sua costumada generosidade, S. M. a Imperatriz viuva, como tutora de sua augusta filha, a Senhora princeza D, Maria Amélia, contributo também para esta grande obra. Hoje a cidade do Rio de Janeiro possui um dos mais bellos estabelecimentos para os alienados.⁵¹

No século XX, foram instituídas leis, no Brasil, com vistas a assistência de pacientes diagnosticados com doenças mentais (loucura). Em 1912 foi promulgada a primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados, o que contribuiu para a ampliação do número de instituições dessa natureza no país. Em 1926, foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental,

⁵¹ Continua: As sangrias abundantes estão já em parte riscadas do tratamento da loucura. Entretanto, é útil recorrer á sangria, nos individuos robustos, após uma suppressão de hemorragia habitual, ou quando ha symptomas de congestão cerebral. Os banhos frios, as duches, as applicações frias sobre a cabeça, são meios úteis. Empregam-se com vantagem os cáusticos na nuca e os purgantes. As viagens, a musica, as distracções, os trabalhos de jardinagem, curam ás vezes certos monomaniacos: são sobretudo vantajosos na convalescença para consolidarem a cura. Se se pudesse obter dos doudos um trabalho mecânico quotidiano de muitas horas e ao ar livre, as curas seriam muito mais numerosas. o maior obstáculo no tratamento da loucura é a exaltação do pensamento: ora, não ha cousa melhor para refrear a actividade das idéias do que os exercícos phisicos prolongados, e até cançarem, como a agricultura, as artes mecânicas, a caça, etc. A gymnastica reúne muitas vantagens no tratamento da loucura. Primeiramente, o doudo que faz muito exercíco pensa menos e sente menos; depois, o trabalho imprime ás suas idéias uma direcção vantajosa; emfim, o exercíco dispõe ao somno, que é um grande beneficio para muitos doudos. As viagens continuadas por muito tempo a pé ou a cavallo, sobretudo nos paizes montanhosos, são muito mais proficuas do que as que são feitas em sege. Os incommodos d'essas viagens, a que os doentes não estão acostumados, produzem os melhores effeitos. A dieta é raramente útil, e podem-se permittir sem receio os alimentos que os doentes desejam. As insomnias são mui communs no começo da loucura; combatem-se pelo exercíco, por banhos mornos prolongados tomados no momento de se deitar, abstinência do café e das bebidas espirituosas. Se isto não fôr sufficiente, póde-se dar á noite uma chicara de amendoada com vinte gottas de laudano, ou uma pilula de ópio de 5 centigrammas ou 1 gramma de chloral hidratado ou bromuretado. Convem combater a prisão do ventre com clysteres de linhaça, limonada de tamarindos ou alguns purgantes. (CHERNOVIZ, 1890, p.331-334)

e, em 1934, o Decreto 24.559 promulgou a segunda Lei Federal de Assistências aos Doentes Mentais, que determinou o hospital psiquiátrico como única alternativa de tratamento. As novas disposições legislativas provocou, conforme Ramminger, “um aumento de 213% da população internada em manicômio/hospital psiquiátrico do Brasil” e “um regime de disciplina de comportamentos indesejáveis à sociedade que prevaleceu até os anos 1980 no Brasil” (RAMMINGER, 2002, p. 114).

O tratamento de Cícero Leandro foi embasado nessas disposições legais e nessa forma de pensar. As modificações na legislação referente a essa temática somente foram promulgadas a partir da segunda guerra mundial, pós-período de tratamento do objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

A LOUCURA ESTÁ NA RUA

3.1 - O louco definido pelo saber médico e jurídico

Dependendo do entendimento sobre a loucura, que as sociedades, a seu modo, estabeleciam, o indivíduo assim considerado estava fadado às definições das disposições sociais. Assim, o ‘louco’ estava restrito aos cuidados das famílias, as instituições de caridade (em específico as Santa Casa de Misericórdia), ou relegados a viverem nas ruas, vindo a partir do século XIX começar a se pensar em construir um espaço específico para medicalização e cuidado dos loucos, devido nesse momento a loucura ter passado a ser tratada pelos alienistas⁵² (ainda não existia a profissão de psiquiatra) como doença mental.

Em 18 de julho de 1841, no Rio de Janeiro, pelo decreto n. 82, o Hospício de Pedro II foi criado, destinado especificamente ao tratamento de pessoas com problemas mentais, funcionava anexo ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que, desde o período colonial, encarregava-se da assistência caritativa e da saúde no Brasil.⁵³

Foi somente no final de 1852, que o Hospício Pedro II passou a receber os diagnosticados/ considerados como alienados oficialmente, sendo a primeira instituição voltada exclusivamente para o tratamento da doença mental, em todo o país. E no ano de 1890 que ele passou a ser chamado Hospital Nacional dos Alienados, após ser de fato desanexo do hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, sendo incorporado ao Estado. Posteriormente esse tipo de instituição começou a ser implantada em outras regiões do país (ENGEL, 2001).

A cidade de Caicó ainda começava a vivenciar a construção de sua primeira instituição hospitalar, o Hospital do Seridó⁵⁴, que foi inaugurado no dia 7 de agosto e 1926⁵⁵,

⁵² Philippe Pinel e sua obra, *Tratado Médico Filosófico sobre Alienação Mental (1801)*, são considerados marcos fundadores do alienismo moderno, ao lado de nomes importantes como Jean-Étienne Esquirol.

⁵³ HOFFBAUER, Daniela Salzano Hungria. Hospício de Pedro Segundo. **Mapa**, Brasil, 11 de Nov. de 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/323-hospicio-de-pedro-segundo#:~:text=Hosp%C3%ADcio%20de%20Pedro%20II%2C%20situado,de%20pessoas%20com%20problemas%20mentais>. Acesso: 05 de set. de 2020.

⁵⁴ Segundo a autora Adelantha Sunnály de Souza Dantas, escreveu em 2015 seu TCC, *Hospital Do Seridó: Uma História Ainda Pouco Contada (1926-1980)*, a história da primeira instituição hospitalar da cidade de Caicó e região do Seridó, o Hospital do Seridó, teve sua fundação em 1926, atendendo uma grande diversidade de público, desde criança, jovem, adulto ou idoso, das várias camadas sociais; e que algumas décadas mais tarde se tornou a primeira instituição a começar a atender e tratar pessoas com tuberculose, e, somente na década de 1970, onde foram instaladas as duas primeiras alas hospitalares para o atendimento às pessoas diagnosticadas com algum tipo de ‘deficiência mental’.

⁵⁵ Disponível em: <http://hospitaldoserido.blogspot.com/p/historia.html> Acesso: 21 de junho de 2019.

pelo então governador José Augusto de Medeiros e teve a presença do médico e presidente Dr. Washigton Luiz Pereira de Souza. Somente em janeiro de 1934, com um o ato interventor de Mário Câmara, concedendo uma subvenção anual de 20 contos de réis e a nomeação do Dr. Olavo Silva de Medeiros como diretor, foi que o Hospital pode, então, começar a funcionar. É importante salientar, que apenas décadas mais tarde, começaram a pensar sobre a situação daquelas pessoas que eram tidas como loucas e onde atendê-las.

Partiremos nosso estudo a partir do caso do Sr. Cícero Leandro da Silva, vulgarmente conhecido por “Cícero Doido”, natural da cidade de Caicó do estado do Rio Grande do Norte, nasceu por volta do ano de 1920 (o único documento dele é o seu atestado de óbito), um homem solteiro e analfabeto, filho de José Leandro da Silva e Dona Vicência Teodora do Nascimento; sem ter residência certa, ou seja, morador de rua naquela cidade. Em especial, iremos nos voltar para a análise do processo que foi instaurado contra o mesmo. O Processo de Medida de Segurança encontramos através de pesquisas realizadas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Fundo da Comarca de Caicó, na Caixa 230, de 1942, tratando o Cícero como um “deficiente mental”, natural de Caicó.

O processo abarca o período de 1942-1947, desde o momento em que o acusado foi denunciado, processado, julgado e cumpriu a pena. Como veremos mais adiante, nos autos de seu julgamento consta que o Cícero havia sido denunciado por andar pelo centro da cidade de Caicó falando palavras de baixo calão e perturbando o sossego de algumas pessoas e ao final ele recebeu uma sentença para ser internado no Hospital dos Alienados de Natal, onde lá permaneceu por alguns anos.

No ano de 1942 foi aberto um processo de medida de segurança, para que o mesmo fosse investigado e julgado, após ser denunciado por perturbar a moral e bons costumes das famílias que residiam no espaço urbano do centro de Caicó. Sendo assim, trabalharemos com as representações e práticas sobre a loucura em Caicó e assim a partir do Cícero, entender como estava organizada a sociedade daquela época. O processo pode trazer à lume o que se compreendia e o que se veiculava sobre a o louco e a loucura não apenas nos espaços sociais, mas no saber médico em Caicó, e mesmo no Brasil, da primeira metade do século XX.

A partir da revisão bibliográfica que realizamos para entender como as sociedades de vários momentos da história se relacionaram com a loucura e construíram os discursos e vários aparatos de exclusão para as pessoas tidas como loucas. A respeito da loucura, Foucault, mostrou que o mundo da loucura na era clássica não era uniforme e as práticas de internamento ainda não era uma prática comum nos hospitais, ficando a cargo muitas vezes da

polícia de realizar as prisões daquelas pessoas que incomodassem ou perturbassem o sossego e a tranquilidade da população. Como Foucault mostrou, somente a partir do século XIX é que começa a prática do internamento nos hospitais especializados para o tratamento da loucura, sobretudo, no Brasil vai se destacar o Hospital Nacional dos Alienados⁵⁶ no Rio de Janeiro.

No Brasil, o saber e a prática sobre a loucura apresenta uma evolução tardia, no sentido das construções de hospitais e de um saber entendido como legítimo para o diagnóstico do que chamavam de ‘doente mental’. No século XIX, no Brasil, é fundamental observar a importância das Casas de Caridade, ou Santas Casas, (ou ainda casas de misericórdia) e o papel imprescindível no acolhimento as pessoas com agravos à saúde ou com alguma queixa social. É justamente nesse ponto que o caso do Cícero será analisado, pois mesmo com todas as mudanças ocorridas em várias partes do mundo e do Brasil, em relação ao modo de tratar e cuidar daquelas pessoas tidas como loucas, a cidade de Caicó, nos idos da década de 1940, ainda permanecia deixando essas pessoas soltas pelas ruas da cidade. De outra parte, são também conhecidos os relatos de que as pessoas que não se adequavam às normas estabelecidas para a sociedade, que agiam diferente do que era esperado, os designados como alienados, por exemplo, eram presas em sua própria residência, por sua família, devido o estigma e preconceito que havia contra aqueles que estivesse ou fosse fora do padrão de “normalidade” da época. E em situações mais extremas, a polícia era acionada, para poder prender e tirar do espaço público esses indivíduos, que nesse caso, foi o que houve com o Cícero.

Conforme apontado nos estudos de Foucault (1972) sobre o discurso psiquiátrico, foi definido pela perspectiva da doença, relacionado à ideia de que era uma “ferida” na sociedade, um mal-estar profundo perante a sociedade moderna, racionalista e, sobretudo, burguesa. Nesse sentido, dentre as prescrições para se representar a sociedade, a submissão às ordenações da vida social e o respeito ao estilo de vida moderno, e, nesse quesito, científico, eram entendidas como imprescindíveis. Aos que não se ajustassem às demandas da sociedade burguesa deveriam ser colocados à parte, em lugares apropriados. Nesta dinâmica social, fazem-se as exigências concretas dos asilos, prisões, hospícios e hospitais na afirmação de instituições que ordenam o sonho burguês de sociedade, promovendo assim, réplicas de exclusão que já existiam em tempos anteriores.

⁵⁶ Ver: ALVES, Lourence Cristine. O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

Sendo assim, o caso do Cícero, pode ser útil para uma compreensão da maneira como indivíduos assim considerados para a sociedade em que ele viveu, foi várias vezes preso, dentro da ideia de higiene e moral determinadas sobretudo pelas classes mais abastadas de Caicó, que buscavam se modernizar aos moldes burgueses.

O que mais chama atenção neste processo de medida de segurança é que além de se tratar de alguém que era tido como “louco” pela sociedade da época, nos documentos anexados no processo - tanto de cunho jurídico como médico - é possível perceber os vários discursos que são construídos sobre a loucura e a pessoa do Cícero como louco. No processo, portanto, o que se percebe é a tentativa de vinculação do ‘mau’ comportamento de Cícero com a definição do louco, posto que somente com essa inferência, a sociedade teria razão de afastá-lo do convívio comunitário.

Primeiro, analisaremos os relatos das testemunhas que foram ouvidas no processo, a maneira como os juízes da época se expressavam nos autos do julgamento quando havia uma pessoa com deficiência mental e qual era o papel das instituições médicas para sustentar os argumentos da Justiça quando se tinha que definir a sentença para uma pessoa louca; para isso, faremos uso dos métodos da História do Discurso para entender de que forma esses discursos foram construídos (FOUCAULT, 1970). E depois buscaremos entender as causas que levaram Cícero, após ser julgado e condenado, a ter sido transferido para o Hospital dos Alienados em Natal.

Diante do que foi apresentado, indagamo-nos: quais eram os discursos que foram construídos sobre a pessoa de Cícero Leandro? Quais eram os perigos que Cícero era acusado de provocar para as pessoas pelas ruas de Caicó? Por que após ser julgado e condenado, o transferiram para o Hospital dos Alienados em Natal?

A respeito dos conceitos que iremos usar como base para esse trabalho será o conceito de “loucura” – que já discutimos anteriormente – e o conceito de “discurso”. É interessante frisar que utilizaremos o conceito de discurso tanto como aporte teórico como na metodologia. Segundo Foucault (2012), “o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”. Ainda afirma que o discurso não é um tipo de ente metafísico, constituído a priori dos outros elementos da sociedade, no entanto, há uma precedência: um discurso não está sozinho na história e segue as relações já postas pelos saberes e pelas instituições já estabelecidas, que lhe dão uma determinada positividade. Essa positividade desempenha o papel de um a priori histórico.

3.2 “Capitão Ciço Doido”: os ‘loucos de rua’ e os memorialistas

Cícero Leandro da Silva foi chamado de ‘Cícero Doido’ ou “Ciço Doido” e assim ficou conhecido pelo resto de sua existência. Ele viveu em Caicó, entre os anos 1910 (data aproximada, pois o mesmo não tinha certidão de nascimento) e maio de 1960, momento emblemático em sua vida. Tinha como mãe Dona Vicência Teodora do Nascimento e pai o Sr. José Leandro da Silva; com dois irmãos Severino e Pedro, ambos também eram tidos (diagnosticados) como loucos, fazendo-nos pensar como deveria ter sido difícil para aquela família, carregar três filhos que eram ridicularizados e desrespeitados pela sociedade daquele tempo, por apresentarem traços da loucura.

Cícero Leandro da Silva, ainda que com sobrenome e filiação conhecida, foi descrito em inquérito que resultou de sua prisão e encaminhamento ao Hospício em Natal no ano de 1942, como ‘Cícero Doido’ e com a referência principal de que vivia a perambular pelas ruas de Caicó proferindo palavras indecorosas a homens, mulheres e crianças. Em outras palavras, coube a Cícero a marca de que era um ‘louco de rua’, para além de qualquer diagnóstico.

Por outro lado, ao tempo em que se definia o louco no espaço da rua – que referenciava a ausência de organização de vida e trabalho, motivado pela tendência ao modelo capitalista produtivo – também marcava, ironicamente, no imaginário popular um traço anedótico para o espaço citadino. Conforme Flávio Ferraz (2000), para tentar definir o chamado louco de rua era necessário considerar ser a pessoa que, “dadas as características de seu modo peculiar de vida, encenado no palco da cidade, torna-se [tornava-se] uma pessoa conhecida e - por que não? - célebre, transformando-se em um participante ativo da vida da comunidade exatamente pelo seu desvario”. Essas características entendidas como peculiares terminavam por definir as categorias de loucos de rua registradas não apenas na literatura como também no saber médico.

Luciana Hidalgo, tratando sobre as relações entre loucura e escrita, apontou que “na mesma margem destinada aos loucos, enfileiraram-se, nos séculos subsequentes, pessoas com doenças venéreas, pobres, vagabundos e presidiários - hordas de mortos-vivos, cidadãos incapazes de gerir a própria sobrevivência”. A associação se evidenciava pela anulação da pessoa e a consequente definição de sua loucura por uma, ou mais, de suas peculiaridades, ou neles enxergadas.

Na literatura brasileira, aparecem alguns exemplos da leitura feita sobre as pessoas que a sociedade convencionou definir como ‘louco de rua’. Jorge Amado trouxe à superfície essa discussão ao tratar da figura de Bafo de Bode, no romance *Tieta do Agreste*. E, para

trazer a definição da sociedade de maneira mais crua e evidente, o caracterizou pela linha do alcoolismo, mas com o fim de ressaltar o incômodo social:

rebotinho da sociedade, apodrecido por dentro e por fora, (...) esse detrito mal-cheiroso desce as ruas aos trancos e barrancos, a enlamear a honra de distintas famílias, a proclamar maledicências, injúrias e infâmias desgraçadamente quase sempre comprovadas." (AMADO, 1989, p. 45).

Outro exemplo literário vem da escrita de Lima Barreto. Foi internado, ainda nas primeiras duas décadas do século XX, sob o diagnóstico de alcoolismo e recebeu uma definição estereotipada. Foi marcado pela pobreza, pela cor, pela falta de sociabilidade agregada à bebida. De acordo com Hidalgo, era o momento “conturbado da psiquiatria no país”, quando eram marcantes as opiniões, entre especialistas brasileiros, relacionadas as noções de eugenia, importadas, sobretudo, da intelectualidade europeia do início do século XX.

Em *A medicalização da raça*, Vera Marques destacou como o discurso eugênico, foi utilizado, de forma premeditada, a fim de estruturar atividades de organização da sociedade. Assim, da discussão e condenação do alcoolismo à preocupação com a higiene, da disciplinarização do trabalho e do operariado, o controle da sexualidade, entre outras medidas, uma empreitada controladora foi gerida sobre os homens em busca de dois objetivos que se fundiam: a melhora racial e a criação de pessoas aptas à nação brasileira. Dessa maneira, aos que fugissem às normas, ou que não conseguissem de adequar a elas precisava ser tratado, separado, ou mesmo escondido.

Todavia, o interregno entre as internações na Santa Casa e o aparecimento de leis, diagnósticos e os espaços de internação, como hospícios e asilos, para aprisionar pessoas consideradas, em alguma medida, alheias à normalidade, ou mesmo ‘loucas’, ‘doidas’, entre tantos outros termos, permitiu a sua vivência nos espaços da rua. O incômodo de suas presenças na rua foi transmutado, em alguns momentos para a dimensão da galhofa e, com o passar do tempo para o folclórico. Entre indivíduos assim definidos e a sociedade foi sendo estabelecida uma comunicação por vezes contraditória, marcada pelas formas mais diversas de atenção que o louco de rua podia suscitar em sua comunidade: compaixão, temor, repugnância, curiosidade, interesse, desprezo, anseio de censura (FERRAZ, 2000).

Esse parece ter sido o caso de ‘Cícero Doido’. Tratado pela sua comunidade como louco, a ele, foram relegadas as leituras detratórias em virtude de um comportamento reprovável para essa mesma sociedade, mas também elemento tratado mais tarde quase como folclórico, como um ‘atípico’ que merecia ser colocado no rol das figuras icônicas a serem lembradas pelos cidadãos caicoenses.

Em fotografia tirada no ano de 1957 e que ilustrou a contracapa do livro *Os primos do gavião*, do jornalista Orlando Rodrigues, conhecido como Caboré, Cícero Leandro foi escolhido para marcar a relação de figuras consideradas diferentes da normalidade instituída – talvez mais apropriadamente referidos como ‘doidos’ – que viveram nas ruas de Caicó, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1960.

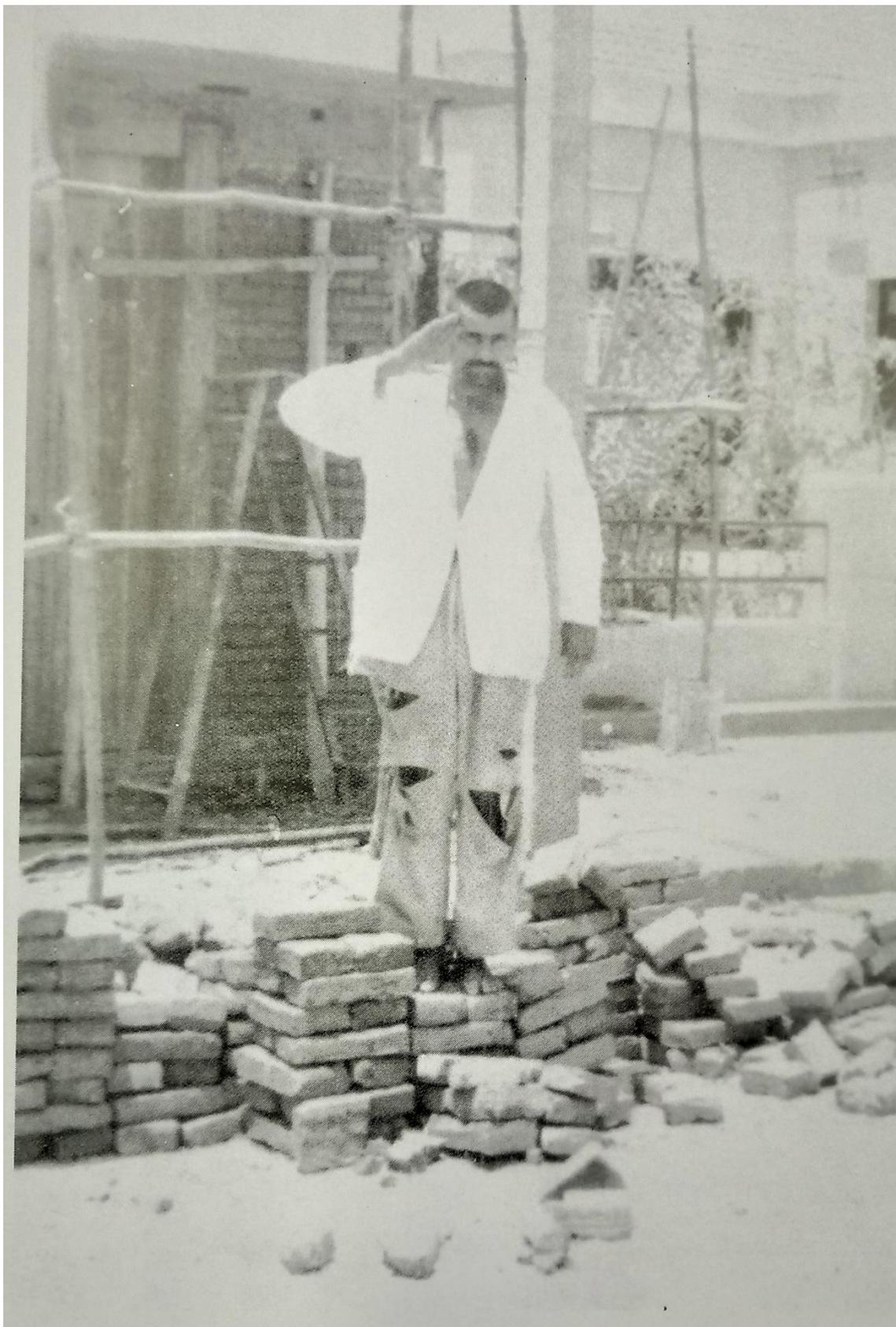


Figura 9: Cícero Leandro da Silva. Fonte: SOUZA, Francisco. **Caicó Através do Tempo.** Sebo Vermelho Edições, 2010. p. 23.

*Os primos do Gavião*⁵⁷ é um livro resultante da reunião dos chamados "causos", histórias entendidas como pitorescas, da região do Seridó. O livro, que tinha a finalidade de retratar as vivências interioranas de Caicó e região, também trazia em seu primeiro capítulo uma projeção de conversa fazendo referência a todas as personalidades pitorescas que viviam na região, inclusive o chamado ‘Cícero Doido’.

Mas todos os pirados da região costumam se encontrar na terra de Gangão Fuso Doido. Severino comunista, de Cruzeta, era um andarilho que não perdia uma festa religiosa. Era da mais pura irmandade do divino espírito santo, com direito de vestir-se rigor e ainda acompanhar procissões segurando o ‘Cristo Crucificado’, mesmo perdendo a compostura em algumas ocasiões, bastava uma referência ao apelido.

Severino

- Comunista e a mãe filho de uma puta!

Ou quando moleque Três Orelhas atiçava um vira-lata em sua direção.

Severino

- Vai para lá sataná, senão eu dano-lhe com o diabo!

Falando nisso, a professora Lídia de Brito assistia uma missa na igreja de Santana quando houve alguém em bom tom gritar palavrões de doer nos espíritos.

Ciço Doido

- Doido é a mãe e a mãe de sua mãe, seu fresco e filho de corno e de rapariga.

Neste momento adentra o tempo uma das mais piradas da cidade. que protesta.

Chica Piolho

- Respeite a casa de Deus seu arrombado fela da puta.

A cena hilariante lembra um outro doido do nosso tempo que respondia à altura quando insinuavam que ele havia roubado “os canos de Zé Paulo”.

Pedim de Vítor

- Você me respeite enquanto eu respeito a puta que o pariu!

A referência a Cícero na construção da conversa é esclarecedora da controvérsia criada em torno dele. Cícero, assim como na foto, parecia se exasperar para provar que não era ‘doido’. Sua figuração a partir de um porte militar chama a atenção para o seu interesse em não ser considerado ‘doido’ frente à insistência da sociedade em assim defini-lo, o que possivelmente explique a legenda escolhida para a foto: “Capitão Ciço Doido”. Importa perceber que a imagem, embora não apresente boa resolução, é marcada pelo contraste do paletó excessivamente branco que Cícero veste com a calça, suja e rasgada, e a desorganização do restante do cenário, com tijolos e materiais de construção, que compõem a foto. A despeito de qualquer intervenção, em oferecer-lhe o paletó ou fazê-lo subir nos tijolos, para a composição da fotografia – recurso pouco comum para a época -, Cícero se posicionou “em posição de sentido, com cobertura”, movimento típico da ordem militar. Dessa maneira, é

⁵⁷ RODRIGUES, Orlando. **Os primos do gavião**. [S.I]. Natal, 2007.

possível conjecturar que, a despeito da sociedade assim o perceber, Cícero não se via como ‘doido’.

A mesma fotografia também apareceu em outro livro de memórias sobre Caicó e os seus moradores, os indivíduos considerados de destaque e os entendidos como peculiares, como Cícero. Todavia, sem nenhuma referência a sua produção ou quem teria sido o responsável por produzi-la. Como legenda, apenas o rótulo a ele relegado – “Cícero Doido” – e o ano, 1957. Magali Engel (2001, p. 28), chamou atenção para o fato de que o saber popular notabilizou personagens por meio de apelidos que remetiam às semelhanças físicas ou mesmo a indumentárias. Para esta, “a diferença tornava-se, portanto, essencialmente perceptível por meio dos traços físicos que, associados à ‘animalidade’, assinalavam a ausência da razão, reforçando a concepção popular, segundo a qual o louco – ‘idiota’ ou ‘furioso’ – era ‘o indivíduo incapaz do menor raciocínio’.” Assim, o saber popular se moldava ao saber alienista à medida que este caracterizava dos aspectos marcantes da “idiotia” à visibilidade imediata, expressa no grande “número de estigmas somáticos” e nas “deformidades” do tipo físico.

Tal foi com Cícero, a gritante visibilidade de seu ‘mau’ comportamento terminou por atrair os olhares ‘de limpeza’ da sociedade caicoense. O que se conhece como a história da vida de ‘Cícero Doido’, ou seja, a figura ao qual foi ligada essa expressão foi encontrada em pesquisas feita na Biblioteca Pública Olegário Vale de Caicó, onde foram identificados alguns fragmentos de livros de memorialistas e cronistas de Caicó e da região do Seridó que fizeram algum tipo de referência ao nome do “Cícero Doido” e de outras pessoas tidas como “loucas” na cidade de Caicó.

No livro “*Rastos Caicoenses*” (1983), a autora Margarida da Silva⁵⁸ escreveu em novembro de 1982 um capítulo intitulado “Seu nome é Cícero”, falando um pouco sobre Cícero Leandro da Silva. A autora cita que ele era natural de Caicó-RN, nascido em 1920 (não se sabendo ao certo dia e mês – o mesmo não chegou a ser registrado, seu único documento era o seu atestado de óbito) filho de seu José Leandro da Silva e de Dona Vicência Teodora do Nascimento; que por onde ele passava as pessoas o conheciam como “Cícero Doido” e tinha um lado jocosos assim como outras pessoas que perambulavam pelas ruas da cidade. A leitura realizada pela autora, que afirmou ter convivido com ele na sua infância, o apresentou como sendo “um homenzarrão rude, barbudo, pés descalços a perambular pelas ruas de Caicó. E que em 15 de maio de 1960, partiu dessa vida, deixando marcas no tempo.”

⁵⁸ A autora Margarida da Silva (in memoriam) foi uma das idealizadoras da obra *Rastos Caicoenses*, foi professora e empresária na cidade de Caicó.

(SILVA, 1982, p.70) Sua referência sobre Cícero ajuda a compreender, dado que parte de uma perspectiva de leitura social e de um estereótipo aprendido durante a sua infância e vida adulta, como a definição da loucura, em Caicó, no idos de 1940, estava intrinsecamente relacionada à pobreza.

De outra parte, as leituras de memorialistas também apontavam para a percepção da loucura caracterizada em fórmulas e faziam seus relatos a fim de expressar a incongruência entre os atos de uma pessoa, no caso, o Cícero, e as práticas designativas dos chamados ‘doidos’. Margarita da Silva se utilizou de uma narrativa relativamente comum, afim caracterizar a falta de senso como loucura, para aplicar a Cícero. Em uma das histórias que se propôs contar em seu livro, narrou que em uma de suas visitas num hospício em Natal para ser submetido a um teste, o médico lá em Natal, teria perguntado a Cícero: *“Ei o senhor já carregou água em balaio? Aí o Cícero Doido falou: Doutor nunca vi se carregar água num balaio, lá na minha terra água se carrega numa lata, o balaio é para carregar feira.”* Essa passagem aponta para o fato de que a leitura sobre a loucura difere conforme o tempo e o lugar social de quem o faz. Silva, já escrevendo em outros momentos de sua vida considerou que, apesar de ser lido como “doido”, a leitura sobre Cícero, posto que feita em caráter de lembranças, já permitia que fossem ressaltados traços de inteligência e lucidez no modo como falava e se expressava.

Para ressaltar ainda mais essa ideia, outra história muito difundida da história de Cícero foi um dia quando a mãe dele chegou ao centro da cidade de Caicó e o chamou para ele ir com ela para casa, que ficava no bairro Itans, ele muito astuto, disse a mãe dele que iria de carro, ela sem entender seguiu caminhando pela pista, quando eles estavam chegando à casa dela, ele gritou “mamãe, cuidado nos carros!”, ai ele começou a fazer o som de uma buzina de um carro e nesse momento correu como se fosse um “carro” e atropelou sua mãe, deixando ela caída no chão com muita raiva, mas na mesma hora ele correu para ajudá-la a se levantar. Essas passagens, mesmo que tenha sido em momentos distintos, nos mostram que sua percepção poderia fugir do esteriótipo ditado pela sociedade de indivíduo incapacitado a conviver com a comunidade por ser perigoso, o que fazia de Cícero mais um no meio de tantos outros e que não teve um fim de vida tranquilo, como cita Silva,

Cícero, você teve o mesmo fim de Chica Piolho. Como ela, você carregou a cruz da deficiência mental e foi vítima da crueldade dos homens. Outros “Cíceros” continuam a perambular pelas ruas da cidade e do mundo. Esperemos que o Ano Internacional do Deficiente tenha surtido algum efeito. Enquanto isso, “descanse em paz” (SILVA,1982, p.70).

Semelhante percepção parece ter tido o autor Moacy Cirne no livro *“A Invenção de Caicó”* (2004). Em sua obra, reservou espaço para lembrar que ‘Cícero Doido’ era um nome bem emblemático entre os seridoenses. O autor também se remete a uma frase de um poeta paraibano de João Pessoa (sem citar o nome): *“Pra ser doido em Caicó é preciso ter muito juízo”*, mostrando para ele, que a loucura atingia outro patamar social, posto definir a sociedade como destacada, de moral elevada. Assim, essas pessoas que eram tidas como loucas, faziam parte da construção do imaginário da cidade e formavam uma galeria especial dos habitantes de qualquer cidade do interior. Entre esses podemos citar Aninha Doida, Juju, Joaquina Pecadora, O Doido de Antonio Peitica, Luiz Rato, Títa Chumbada, Chica Piolho e o próprio Cícero Doido que juntos formavam uma galeria especial dos habitantes de qualquer cidade do interior (CIRNE, 2004, p.90).

Essa consideração de Cirne, de outra parte, permite questionar o que de fato tornou o Cícero tão emblemático, diante de tantos outros tipos populares que viveram na sua época. Como o mesmo ressaltou, as cidades dos sertões do Brasil são muito conhecidas por sempre apresentarem em seu meio e cotidiano, pessoas que compõem esse imaginário social do risível, construído muitas vezes pelo próprio senso comum. Como afirmou Clifford Geertz (1997), é necessário perceber o papel que o senso comum terá na conformação desses discursos, como que cada sociedade tida como “tradicional” vai ter sua própria cultura local, que de acordo com suas experiências no cotidiano é que elas irão estabelecer seus saberes (por meio da linguagem) de compreensão de determinados aspectos da vida em comunidade, sem ser necessário passar pelo clivo de verdade do método científico.

A própria ideia do que é tido como loucura, parte de ideias pré-concebidas pelo senso comum e será muito presente na construção do imaginário social (BACZKO, 1985) da sociedade na qual o Cícero viveu, pois, aquelas pessoas que fugissem da “norma” social imposta, como por exemplo, quando andassem malvestidas ou com a aparência diferente, ou que fizessem algum tipo de algazarra pelas ruas da cidade, já podiam ser de imediato tachadas como “loucas”, “doidas” ou “retardadas”.

Essa percepção, como aponta Foucault, revela que a sociedade acabava por desenvolver do fascínio exercido pela loucura:

a loucura fascina porque é um saber. É um saber, de início, porque todas essas figuras absurdas são, na realidade, elementos de um saber difícil, fechado, esotérico. (...) Este saber, tão inacessível e temível, o Louco o detém em sua parvúcie inocente. Enquanto o homem racional e sábio só percebe desse saber algumas figuras fragmentárias - e por isso mesmo mais inquietantes -, o Louco o carrega inteiro em uma esfera intacta: essa bola de

cristal, que para todos está vazia, a seus olhos está cheia de um saber invisível (FOUCAULT, 1991).

Essa impressão de familiaridade ou mesmo o fascínio pela figura do louco, de acordo com Flávio Carvalho Ferraz, em texto intitulado “*O louco de rua visto através da literatura* (2000) teve seu papel no imaginário popular, no qual procura apreender as relações e seus significados entre o louco de rua e a sociedade em que ele está inserido no que Foucault chamou de ‘espaço do teatro do mundo’.

Assim como Moacir Cirne, Ferraz mostra como era muito recorrente nas cidades a existência dos ‘célebres loucos de rua’, onde causavam na população sentimento de apreensão, medo, curiosidade ou até mesmo de brincadeira, que se transformavam motivo de risos para as pessoas. Esta era uma realidade muito presente no ambiente que o Cícero estava inserido juntamente com os outros loucos de rua de sua época. Para o autor, a ideia do louco de rua, vai mais além das definições – de doença mental - impostas pela psiquiatria; ele mostra como a literatura é importante no processo de definição de como seria esse louco de rua.

Para ser classificado como um "louco de rua" faz-se necessário, naturalmente, que um indivíduo preencha dois requisitos: ser "louco" e ser "de rua." É assim, então, que tais pessoas podem ser pensadas como "personagens do teatro do mundo," cuja loucura se encena no palco da cidade, em praça pública. Para que estas condições sejam preenchidas, este louco, evidentemente, será o louco "solto," não institucionalizado, aquele que escapou da psiquiatria, da medicalização e do hospício. De um modo geral, será o louco pobre e sem família, ou cuja família não possa dele cuidar. Sem a presença da família, não existe quem possa se envergonhar da publicidade de sua loucura. Na maioria das vezes, ainda que haja exceções, sua loucura se acrescenta à mendicância e à perambulação, circunscritas a limites que podem ser os da cidade ou uma parte dela, ou ainda, em certos casos, ampliam-se para áreas rurais do município e mesmo abranger cidades vizinhas. (FERRAZ, 2000, p. 3-4)

É justamente nesse enquadramento que o Cícero estava sendo definido pela sociedade de sua época, pois perambulava pelas ruas, morava na rua, não tinha um elo familiar muito evidente (e também não era o único a ser definido como louco em sua família), vivia de mendicância e começou a fazer parte desse palco da cidade de Caicó, sendo tratado como um indivíduo para fazer os outros rirem, sendo muitas vezes maltratado por essa mesma sociedade. Ferraz ainda nos mostra que algumas vezes, as pessoas faziam zombaria do louco, usando seu comportamento como meio de um divertimento que oscila entre a inocência e a maldade (FERRAZ, 2000, p.9).

No caso do Cícero, havia relatos de que crianças (e até mesmo adultos) darem pedradas nele ou xingarem (tirando ele do sério) enquanto o mesmo, procurava algum lugar seguro para dormir no centro da cidade. Pelos relatos dos memorialistas, essa foi uma constante enquanto esteve vivendo nas ruas de Caicó até a sua morte.

É na obra de Itamar Vale, “Meu Velho Caicó”(1974) ⁵⁹, que encontramos subsídios para enxergarmos a permanência dessas práticas na sociedade daquele período:

Ouvir Chico Caboquinho,
quando tomava um golinho,
discursando numa esquina.
Ou encontrar Manoel Vintém,
Sempre que alguém lhe xingava?
tornou-se mera rotina.

Com tantas unhas enormes,
nos seus dedos tão disformes,
Mané Doido assim chegava.
Da distância percorrida,
a chegada era esquecida,
só da volta recordava.

Na calçada do mercado,
ver Hermógenes sentado,
a mão tremula estendida.
A Chica Piolho demente,
com seu olhar inocente,
enganando a própria vida.

E as vezes você chorava.
Come tudo que lhe dão!...”
“Izabelinha... Zabelão...
Sempre naquele vai e vem,
tinha pena de você!
Ó Zabelinha, porque?

⁵⁹ Essa obra foi escrita por Itamar Vale, em homenagem ao então ex-prefeito de Caicó Aldo Medeiros. VALE, Itamar. Meu Velho Caicó. Natal: GSF, 1974, p.19-20.

“Ciço doido” aperriado,
 com seu andar apressado,
 quanto contraste traduz,
 com Joanhina Pecadora,
 da moral a zeladora,
 Com o seu “- Tá vendo Jesús”-

Nessas estrofes, do cordel saudosista de Itamar Vale, percebe-se esse aspecto de representação por meio da literatura, especificamente a popular, de representar um pouco do perfil e dos nomes daquelas pessoas que faziam parte do cotidiano e do imaginário social da cidade de Caicó, no período áureo da fase juvenil do autor. É possível perceber nas estrofes, que o autor refere ao Cícero como sendo alguém que não correspondia à dinâmica de movimentação e suposta “normalidade” daquele lugar.

De outra parte, é necessário ressaltar que as histórias de personagens como “Cícero Doido”, reais ou imaginárias, foram registradas pela memória popular e são portas de entrada para a percepção sobre leituras acerca das variadas concepções da loucura produzidas, difundidas e vivenciadas e que vão além dos limites do saber e do fazer acadêmicos e científicos (ENGEL, 2001).

Também encontramos outra poesia que faz referência ao Cícero, “*Lembranças do meu Caicó no final dos anos 40...*,” escrita por Aurino Araújo Filho, em julho de 2005, que foi publicada em dois momentos, primeiro na Revista *O Seridoense*, em julho do mesmo ano, na página 6, e posteriormente, em 2010, no livro “*Nesgas de uma cidade: Caicó*”, de Eunice Ariston (2010, p. 113).

VI

Na casa de Manoel Branco,
 Ali, na rua de trás,
 Raiva, bolo, tudo franco,
 E, Madalena: quer mais?
 Ciço doido, Agatoclides,
 Com seus malucos revides,
 Que a memória inda me traz.

Nessa estrofe, fica evidente o quanto a lembrança de Cícero e outros indivíduos como parte de suas memórias afetivas do lugar que elas nasceram e foram criados. Ao se referir ao Cícero, o autor o descreve como “Ciço Doido”, e lembra de um tal de Agatoclides,

que os mesmos estando dentro de um contexto um pouco familiar, na casa de Manoel Branco, com comidas à disposição, os tratava como sendo “malucos revides”, ou seja, como que se os mesmos quando fossem vítimas de algum insulto ou agressão responderiam com uma atitude semelhante. É interessante salientar, que ainda nessa estrofe percebe-se, que mesmo que algumas pessoas os tratassem como loucos, ainda assim, havia por parte de outros moradores da cidade, o cuidado, respeito e confiança neles, chegando ao ponto de algumas famílias aguardarem a chegada do Cícero (e de outros que viviam em situação de rua), para poderem oferecer comida e os receberem em suas calçadas (FILHO, 2005, p.6).

E em outra crônica, “*Reminiscências*”, escrita em julho (mês importante na cidade de Caicó, mês da festa de sua padroeira), de 1982, por Lindomar Vale Lucena, publicada no livro *Rastos Caicoenses*, volume 1, na página 115, o autor fez um apanhado de memórias do que para ele fazia parte da história e do cotidiano da cidade de Caicó,

Reflico e agora volto às reminiscências (às dos mais antigos e Às minhas): Caicó de Mãe Quininha, dos Bailes da Prefeitura, da Escola Normal de Padre Galvão, de Cícero Doido, de Comunista, de Joaquina Pecadora, (...) do Grêmio Social e Cultural, do ex e querido Caicó Esporte Clube (LUCENA, 1982, p.115).

Percebe-se que assim como outros autores, Lucena tenta construir as suas memórias da infância a partir de lugares, eventos e, sobretudo, de pessoas, que faziam parte de suas vivências cotidianas e do imaginário daquela época, trazendo não só o Cícero, como também do Severino Comunista e da Joaquina Pecadora, como pertencentes a esse tempo de um passado longínquo que nunca se foi de sua memória.

Já no livro “*Caicó: fatos que a memória gravou*” (2005), da autora Maria Tereza de Araújo Ferreira existe um pequeno fragmento que aborda sobre uma cirurgia de uma hérnia ínguino-escrotal que o médico Clóvis Travassos Sobrinho⁶⁰ realizou em Cícero e ao final ele manifestou-se contrário ao apelido de “Cícero Doido”, dizendo que “ele não era Doido, o ‘pobre coitado’ era apenas retardado”(2005, p.59). Fazendo-nos perceber que até mesmo no saber médico a ideia de ele ser louco, era passível de questionamentos. Também, essa

⁶⁰ Sobre o médico Clóvis Travassos Sobrinho, sua passagem por Caicó iniciou em 1934 (havia recém se formado pela Faculdade de Medicina de Recife), quando recebeu convite do professor Olavo Medeiros para trabalhar no recém construído Hospital do Seridó, sendo um marco importante para a sua carreira médica. Mesmo com o seu currículo acadêmico exemplar, ele inicialmente encontrou dificuldades quanto à sua credibilidade profissional perante a sociedade, devido sua aparência jovem (só tinha 24 anos). Deduzimos que foi justamente após a cirurgia feita no Cícero, onde o mesmo saiu exibindo a cicatriz da cirurgia e saiu pelas ruas dizendo que tinha sido o “Dotozim novo”, daí após essa divulgação sem nenhum custo e isenta, ele começou a se tornar um cirurgião habilidoso e conhecido em toda região do Seridó. Disponível em: <https://hospitaldocoracao.com.br/novo/midias-e-artigos/artigos-nomes-da-medicina/clovis-sarinho/> Acesso: 21 de jun. de 2019.

passagem já dá para perceber o quanto nessa época se construíram vários discursos em relação ao senhor Cícero Leandro da Silva. Assim, conforme Ferraz, (2000, p. 11)

O relacionamento da cidade com o seu louco público é intenso e dotado de um caráter emocional especialmente forte. Muitas vezes, existe uma tolerância social em relação à loucura, baseada na compaixão e na afetividade. A cidade pode "adotar" o louco, deixar que ele fale seus "absurdos" sem contradizê-lo, alimentá-lo, agasalhá-lo e abrigá-lo. Mas há ocasiões em que o fio da tolerância se rompe. Quando a convivência com o louco implica em algum tipo de risco para o sistema social estabelecido, isto é, quando ele se torna violento ou quando uma cena do teatro do mundo implica em ameaça a valores - quando o louco se despe ou se põe a falar coisas indecentes - aí então cessa a tolerância (FERRAZ, 2000, p.11).

Essa passagem do Ferraz nos faz refletir sobre o que aconteceu em relação tanto do processo de medida de segurança que o Cícero teve em 1942, quando no Inquérito Policial instaurado em maio de 1960, para averiguar as causas de sua morte. Onde, antes de sua morte acontecer, o mesmo já havia estavas três dias preso na Delegacia de Polícia de Caicó, após sofrer novas denúncias de perturbação à moral da época, que nesse momento, foi a vez de um juiz⁶¹ fazer a denúncia, desejando que o Cícero fosse expulso ou retirado da cidade de Caicó.

Sendo assim, como afirmou Ferraz, o louco de rua tem importância na e para a cidade. É uma pessoa conhecida, observada e comentada, tal como os ilustres do lugar. (FERRAZ, 2000, p.18).

3.3 - O Processo de Medida de Segurança de Cícero Doido (1942-1947)

No dia 5 de agosto de 1942, Cícero Leandro da Silva, “vulgo Cícero doido” foi autuado, na Delegacia de Polícia de Caicó, por violar, conforme os autos, o artigo 61 do decreto de lei nº3.688 de 2 de outubro de 1941. De acordo com o texto legal⁶², Cícero foi acusado de “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor”. A descrição feita pelo delegado, Rafael Afonso de Oliveira, seguiu a mesma definição apresentada na lei, posto que o relato apontava que Cícero vivia “perambulando pela cidade, importunando os transeuntes, com palavras e gestos imorais, altamente ofensivos ao pudor” (CAICÓ, 1942, p.2).

⁶¹ Verificar em, MEDEIROS, Bento Manuel de. *Inquérito Policial – Morte de “Cícero Doido”*. In:___ **Jornal A Fôlha**. Caicó. 11 de junho de 1960. Ano VII, Número 255, p.3.

⁶² CAICÓ, Juízo de Direito da Comarca de. Denúncia nº 25. **Processo de Medida de Segurança do réu Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido**. Delegacia de Polícia: Caicó, RN, n. 25, 38 p. , 04 set. 1942.

No entanto, importa ressaltar que essa referência foi acrescida de outras duas expressões para caracterizar Cícero, quais sejam os de “pessoa irresponsável e contraventor”. A questão não parecia se resguardar necessariamente numa questão jurídica, Cícero, ao receber o epíteto de ‘doido’ já estava condenado a ficar à parte da sociedade, por não se encaixar nos moldes esperados para o convívio social. Por tal razão, o processo correu com certa celeridade. A denúncia foi feita dia 5 de agosto e logo depois um inquérito policial, onde o senhor Cícero Leandro da Silva, mais conhecido por Cícero Doido, foi chamado para comparecer a Delegacia de Polícia de Caicó, onde foi instaurado um processo de Medida de Segurança no dia 11 do mesmo mês de agosto de 1942.

Apesar de relativamente recente, posto que promulgado no ano anterior ao inquérito, o artigo que tratava da importunação foi citado corretamente. O código anterior, promulgado sob as mudanças advindas com a implantação da República no Brasil, em 1890, não tratava diretamente a questão, deixando em aberto as atitudes a tomar em casos de importunação. No decreto nº 847, de 11 de outubro, em seu título III, o qual versava acerca da responsabilidade criminal, mais especificamente das causas que dirimiam a criminalidade e justificavam os crimes, os artigos apontavam:

Art 27. Não são criminosos:

§3. os que, por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação;

Art 29. “Os individuos isentos de culpabilidade em resultado de affecção mental serão entregues a suas familias, ou recolhidos a hospitaes de alineados, si o seu estado mental assim exigir para segurança do publico”.

Mais adiante, no capítulo IV, foram consideradas, no artigo 378, ‘contravenções de perigo comum’, sendo prevista uma pena em multa, “deixar vagar loucos confiados á sua guarda, ou, quando evadidos de seu poder, não avisar a autoridade competente, para os fazer recolher” e “receber em casa particular, sem aviso prévio á autoridade, ou sem autorização legal, pessoas affectadas de alienação mental”. Dessa forma, os chamados loucos, sendo considerados inimputáveis por esse código, não tinham culpabilidade imputadas nas suas ações.

A mudança na maneira de lidar com o louco, e mesmo definir a loucura, foi fruto da busca por um ideal de progresso e de ordem trazidos pelo positivismo sobre o direito penal. Este seria pautado na periculosidade, e não na culpabilidade. Na análise de Paulo Vasconcelos Jacobina (2004, p. 72), o Direito Penal se voltou a “prevenção de crimes futuros e inevitáveis, a serem cometidos por esse sujeito irremediavelmente mau contra os demais sujeitos

irremediavelmente bons, a quem compete proteger para zelar por uma evolução adequada da sociedade” (GOMES, 1940 Apud 1994, p. 28-29).

De seu lado, e ainda no mesmo ano da publicação do código legal de 1940, o professor Hélio Gomes, no seu livro *Noções de higiene (1940)*, considerou os danos causados pela doença e seguiu enumerando, por exemplo, a possibilidade de multiplicação da doença, que geraria um dano higiênico, ou a redução da capacidade de trabalho do doente e o aumento das despesas com a profilaxia e o tratamento, um dano econômico, ou a diminuição da resistência biológica do doente, dano eugênico; atrofia de alguns sentimentos sociais pela doença, um dano social; e a tristeza, contrariedade, pessimismo, falta de fé – consequências da doença, um dano moral. Assim, “cada mal se entrosa com os demais, formando um todo: dano para o homem, isto é, dano geral para a sociedade”.

Era preciso, na perspectiva de Hélio Gomes, que representa bem a visão higienista do século XX, regar os indivíduos de maneira a contribuir para o bem social. O direito foi, então, o recurso para pensar o lugar e a condição dos doentes, sobretudo os chamados doentes mentais. Maria Fernanda T. Peres e Antônio Nery Filho (2002, p. 343), em artigo intitulado *A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança*, apontaram que “a doença mental nesse novo código - compreendida não mais apenas como uma lesão do entendimento - não é determinante absoluta da inimputabilidade”. Nesse novo código, de 1940, ainda segundo os autores, para a determinação da imputabilidade do criminoso, estavam previstas apenas as ‘causas biológicas’, que poderiam “suprimir a capacidade de entendimento e determinação”. Assim, os entendidos como doentes mentais, embora não pudessem ser culpabilizados criminalmente, poderiam ser responsabilizados penalmente.

Essa estratégia era decorrente de um processo de organização e disciplinarização dos corpos a fim de servirem a um projeto higienista que marcou as primeiras décadas do século XX. Para o caso dos doentes mentais, a medida de segurança foi o recurso utilizado para permitir o direito penal atuar na disciplinarização de seus corpos e, por isso, seu caráter indeterminado. Ficava à escolha do juiz a determinação do tempo de tratamento, sendo fixado apenas o tempo mínimo (PERES & Ney filho, 2002).

Esse caráter indeterminado e a própria novidade do código podem ser percebidos no processo de medida de segurança⁶³ aplicado a Cícero Leandro da Silva. No decorrer do processo, chama atenção a leitura feita pelo promotor e redigida no libelo de acusação. O

⁶³ CAICÓ, Juízo de Direito da Comarca de. Denúncia nº 25. Processo de Medida de Segurança do réu Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido. Delegacia de Polícia: Caicó, RN, n. 25, 38 p. , 04 set. 1942.

acusado foi descrito pela filiação e sua condição civil e social “solteiro, analfabeto, sem profissão e sem residência certa” e o processo serviria para “averiguar a periculosidade do mesmo”. Assim, sentenciou: “Cícero Leandro da Silva é um louco. Vive a mendigar e a perambular pelas ruas dessa cidade, insultando aos transeuntes com palavras ofensivas à moral e aos bons costumes” (CAICÓ, 1942, p.2). E seguiu em sua denúncia ressaltando que a periculosidade que o senhor Cícero Leandro da Silva representava para a cidade: desafiava a própria ordem da sociedade ao não demonstrar respeito nem as mulheres casadas, nem moças e crianças que transitavam pela cidade. A todos dirigia, segundo o relato,

Pilherias indecentes e pornografias acompanhadas de gestos indecorosos ultrajando e importunando a todos, não só em lugares públicos como até na casa de particulares, provocando muitas vezes algazarra e gritaria dentro da cidade, perturbando o trabalho e o sossego alheios, pois não só de dia como também a noite essas perturbações se verificam, com violação plena da lei das contravenções (CAICÓ, p.9, 1942).

O uso do termo periculosidade era um artifício trazido pelo próprio código legal de 1940, uma vez que ele traduzia, em termos jurídicos, a possibilidade de realização do delito. Cícero, então, merecia atenção do poder público, na percepção do promotor, pela suposição, baseada em seu comportamento, que ele poderia cometer um crime. Nesse sentido, o Estado se via no direito de consideração do ‘fato provável’ e agia em atividade defensiva (HUNGRIA E FRAGOSO, 1978, p. 28). Por essa razão, o estado psíquico do acusado era ressaltado como provável causa de crimes, como foi com Cícero.

Assim, sendo Cícero Leandro um irresponsável porque sofre de doença mental, isto é, o seu desenvolvimento mental é incompleto ou retardado, incapaz de entender o caracter criminoso dos fatos a cima (sic) narrados, e, portanto, presumidamente perigoso nos termos do art. 78, n. 1, do Código Penal em vigor (PEREIRA, 1942, p.2).

Cícero não estava apto à convivência em sociedade por ser considerado um doente mental. É válido considerar que, para fazer tal consideração, ainda não constava no inquérito nenhum laudo médico que pudesse basear a posição do promotor. Dessa maneira, pessoas assim consideradas eram marginalizadas e mal entendidas pelos órgãos judiciais, os quais utilizavam de adjetivos ofensivos e termos pejorativos para descrever essas pessoas tidas como “loucas”. A leitura sobre a loucura perpassa os papéis do processo de Cícero, seja pelos juristas, seja pelas testemunhas. Estudá-las permitiu ter um vislumbre das definições sociais para os chamados doentes mentais, retardados, alienistas entre tantos outros termos.

Nas folhas que seguem no processo, começam a ser feitas as inquirições das testemunhas arroladas. Inicialmente foram intimadas três testemunhas para comparecer na Delegacia de Polícia e prestarem suas devidas considerações em relação ao acusado Cícero Leandro da Silva, a saber: Milton Alves da Nóbrega, José Avelino da Silva e Cícero Pereira de Carvalho, todos residentes na cidade de Caicó, sendo o último militar, pertencente a 5ª Companhia de Força Pública do Estado.

No primeiro depoimento arrolado, foi ouvido o posicionamento de Milton Alves da Nóbrega a respeito de Cícero. Este se apresentou como casado, com vinte oito anos de idade, comerciante, brasileiro residente na cidade de Caicó, filho de Abdon Alves da Nóbrega e alfabetizado. Por sua idade, era contemporâneo de Cícero, posto que afirmou que este deveria ter também 28 anos, muito provavelmente por isso, afirmou, em seu depoimento, que conhecia bem a pessoa do acusado e que, para ele, aquela pessoa “não era propriamente um louco e sim um imbecilizado em estado avançado”. Completou seu testemunho ressaltando que Cícero “perambulava pelas ruas da cidade, maltrapilho e proferindo palavras imorais e com gestos indecorosos perante as famílias”, o que o impossibilitava ao convívio. Assim, sentenciou “que Cícero é uma pessoa incapaz de viver solto na cidade em virtude do seu mau comportamento e modo de compostura; que Cícero é ofensivo aos ouvidos castos da juventude em virtude das palavras indecorosas que continuamente profere pelas ruas desta cidade”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o senhor José Avelino da Silva, “com trinta e cinco anos de idade, casado, comerciante, brasileiro residente na cidade de Caicó, filho de Manuel Avelino da Silva, sabendo ler e escrever”, também afirmou em seu depoimento que “conhecia bem a pessoa de Cícero Leandro, conhecido por Cícero Doido”. A respeito de sua impressão sobre o acusado, alegou que “não o tem como louco propriamente e sim um imbecilizado em estado avançado” e que vivia continuamente perambulando pelas ruas da cidade a dizer pornografias com gestos indecorosos, prejudicando a moral pública. Para finalizar, ressaltou que Cícero “era um indigente, que vivia maltrapilho e pilheriando um e outro e por vezes desferindo pilherias as famílias”, e que não tinha residência certa.

Por fim, a terceira testemunha Cícero Pereira de Carvalho, “com vinte e cinco anos de idade, casado, militar, brasileiro, aquartelado em Caicó, filho de Aluísio Pereira de Carvalho, sabendo ler e escrever”, foi o único que não disse conhecer o Cícero. Seu depoimento, ao contrário dos anteriores, se resumiu na sentença a Cícero. Para o depoente, Cícero era “um verdadeiro imbecilizado e bem assim um irresponsável”, que vivia consecutivamente pelas ruas da cidade maltrapilho, soltando pornografias e indiretas as

próprias famílias, faltando com a moral de quem quer que seja. Assim como as outras testemunhas, também utilizou a expressão “imbecilizado em estado avançado” acrescentando ser “inconvenientíssimo em virtude do seu gênio”.⁶⁴

O aparente consenso das três testemunhas sobre Cícero Doido ser um “imbecilizado em estado avançado”, numa repetição de termos técnicos mais ajustado ao saber jurídico do que ao palavreado cotidiano, sugere uma preocupação em classificar os indivíduos a uma norma social com lugares pré-determinados. Não cabendo nas especificações de uma pessoa normal, o senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, era classificado como um “imbecilizado em estado avançado” que perambulava as ruas da cidade proferindo pornografias e fazendo gestos indecorosos que prejudicavam a moral pública.

De outra parte, também sugere a cada vez maior prerrogativa de controle sobre os indivíduos considerados loucos ser transferida do âmbito familiar para representantes dos poderes públicos, fossem eles da esfera jurídica ou médico-hospitalar. Em consulta a um dicionário de época identificamos que o termo “imbecilizado” nesse período significava “alguém que era imbecil ou sofria de idiotia⁶⁵”, indicando a preocupação de estabelecer uma relação entre o ‘retardo’ observado em determinadas pessoas com uma deficiência de desenvolvimento fisiológico. Assim, o indivíduo considerado doido passava a ser assunto de saúde pública, devendo ser tratado em instituições destinadas a tal fim, posto ser “inconvenientíssimo”.

O estranhamento em relação ao louco e seu comportamento foi, como já afirmado, fruto das alterações vividas na primeira República na busca pela organização da urbe e dos corpos convenientes a ela. Em pesquisa intitulada *O Espelho do Mundo - Juquery, A História de um Asilo*, Maria Clementina P. Cunha (1986) ressaltou que, como participante da paisagem urbana, a loucura possuía uma ‘visibilidade imediata’, sendo identificada pela população por meio do vestuário extravagante, dos hábitos estranhos, da fala incompreensível, dos gestos e principalmente pelo delírio, considerado, nesta época, a forma por excelência da loucura.

Todavia, se anteriormente, no período imperial, a loucura era reconhecida pela diferença, não provocando desconforto maior, na República, a loucura passou a ser lida como um inconveniente em alto grau, como afirmou Cícero Carvalho, terceira testemunha a se

⁶⁴ Em relação a outras testemunhas arroladas no processo, foram convocados os senhores Francisco Medeiros, Evaristo Severino e José Teixeira, todos comerciantes e residentes em Caicó, mas que seus depoimentos não foram possíveis encontrar nos autos do processo analisado. E como o primeiro defensor do senhor Cícero Doido, foi nomeado Agostinho Santiago de Medeiros, que em alguns momentos deixa de aparecer nas audiências.

⁶⁵ Do grego *idioteia* «ignorância» Idiotia: Grau avançado de atraso mental e em que o coeficiente de inteligência (Q.I.) é inferior a 20 e a idade mental é igual ou inferior ao de uma criança de cerca de 3 anos. Dicionário infopédia de Termos Médicos [em linha]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/idiotia> Acesso: 11 de dezembro de 2018.

pronunciar no caso de Cícero Leandro da Silva; quando o aumentativo do termo passou a ser acionado para descrever quão insustentável se mostrava a situação para a sociedade – “inconvenientíssimo”.

Por tamanha inconveniência, o saber jurídico passou a ser paulatinamente amparado pelo saber médico, e, principalmente, científico. Para que se procedesse a uma análise mais acurada e um diagnóstico certo para pessoas, assim como Cícero, consideradas inconvenientes. Assim, o que era visto, no século XIX, como uma anormalidade, algo oposto à ordem, passou a ser considerada como campo para o saber médico, posto que passou a ser considerado uma doença. Conforme Vera Portocarrero (2012, p. 15), “o anormal torna-se não só inconveniente à disciplina, mas sobretudo patológico, e como tal deve ser submetido à 'tratamento racional', ou seja, científico”.

3.3.2 O julgamento e a transferência para o Hospital dos Alienados de Natal

O saber médico em relação à cura da alienação pode ser considerado um espaço de discussão profícuo no século XX. Não apenas o diagnóstico, mas era esperado que, sobretudo pela psiquiatria, também fosse descoberta a cura para a chamada anormalidade. Em *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios*, Magali Engel (2001, p. 139) discutiu como os médicos brasileiros começaram a reivindicar para si a legitimidade do saber sobre a loucura. Com isso defendendo a necessidade da construção de hospícios, onde os chamados doentes mentais pudessem ser tratados.

Esse foi o momento também que a categoria das degenerações passou a fazer parte das listas, formuladas pelos psiquiatras brasileiros, para a definição de todo o universo das moléstias mentais. Na prática, o que se viu foi a ampliação dos limites entre a “normalidade” e a “anormalidade”, definindo o extravagante, o inconveniente como necessariamente anormal. Ou nas palavras das testemunhas do processo de Cícero, um “imbecilizado em estado avançado” (ENGEL, 2001).

Contudo, com a dificuldade em estabelecer uma linha divisória que pudesse separar o considerado o normal e sadio do anormal e doentio, o recurso foi a utilização de uma definição ‘intermediária’, estabelecida ainda em 1842, pelo Dr. Geraldo Franco de Leão em suas analogias entre o homem são e o alienado. Para este, a categoria que abarcava imbecis ou idiotas podia ser caracterizada

... indivíduos que não passando por alienados, são contudo considerados atordoados, extravagantes, e que sendo estúpidos a certos aspectos o não são

sobre outros, alguns têm inclinações viciosas contrárias aos interesses próprios ou sociais, dão-se como por instinto à embriaguez, ao roubo, ao erotismo, e depois de castigados são relapsos, julgados incorrigíveis, e na realidade eles o são porque não lhes é dado mudar a própria organização... (LEÃO, 1842:9-10)

Cícero Leandro da Silva, ou como foi definido Cícero Doido, foi assim considerado não apenas pela sociedade, pelo saber jurídico e, no decorrer do seu processo, pelo saber médico através do recurso à definição de degenerescência, a qual permitia considerar um tratamento especial de reeducação. Nesse sentido, seria possível pensar numa ressocialização do ‘degenerado’ na sociedade. Essa perspectiva foi apresentada no parecer médico de Cícero, após a difícil tarefa de localizá-lo, visto que ele vivia ‘na rua’.

No decorrer do processo havia outras documentações, em específico, mandados, solicitando o comparecimento do senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, para depor na Delegacia de Polícia de Caicó, mas que nunca tinham sucesso em encontrá-lo. A única documentação que descreve o comparecimento de Cícero na polícia foi um “Auto de Qualificação”, onde no dia 8 de agosto de 1942, ele compareceu a delegacia e foi interrogado pela polícia.

Importa ressaltar que na apresentação para a Qualificação foi declarado que o “imbecilizado Cícero” havia comparecido à delegacia. Em seu interrogatório, Cícero, respondeu, sem oferecer resistência ou incompreensão, a cada pergunta que o delegado lhe fez. Dentre as perguntas que foram feitas: qual era o seu nome, sua nacionalidade, sua naturalidade, sua idade, quem eram seus pais, seu estado civil, sua profissão, onde residia e se ele sabia ler e escrever. Chama a atenção, porém, o questionamento acerca da sua profissão, o qual respondeu que era “viver de esmolas”. Certo que era uma pergunta padrão, todavia aponta para a incongruência do tratamento dado a Cícero tanto na justiça, como mais tarde nas instituições médicas. E, por outra, da clareza de entendimento do acusado em responder que seu sustento vinha através de seu pedido de esmolas. Em continuidade, tendo sido solicitada a folha de Antecedentes Criminais e nela não constasse nenhum crime ou processo, julgando Cícero como um “imbecilizado em estado avançado” com “traço de louco pacato”, o encaminharam para o exame de suas funções mentais.

Em outro mandado, o juiz de Direito Januncio Gregorio da Nóbrega solicitou o comparecimento do “tresloucado⁶⁶” Cícero Doido em frente ao Hotel Avenida (hoje Loja Patriarca) para ser julgado, e como o mesmo mais uma vez não compareceu - pois estava

⁶⁶ Tresloucado no Dicionário Aurélio significa: 1 - Tornar louco; desvairar. 2 - Perder o siso; enlouquecer. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/tresloucado> Acesso: 11 de dezembro de 2018.

longe da cidade - a Justiça seguiu solicitando seu comparecimento até encontrá-lo. Ao final das várias tentativas “foi o acusado submetido a um exame médico – Exame de Sanidade Mental”. Para esse procedimento, o juiz Januncio Gregorio da Nóbrega adiou a realização de uma audiência para que os peritos José Medeiros e Inácio Mayer, médicos residentes em Caicó, procedessem, o devido exame no senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, no dia 13 de outubro de 1942 no Hospital do Seridó. Assim foi descrito o resultado do exame:

atestamos que após um Exame Mental procedido na pessoa de Cícero, constatamos ser o mesmo portador de debilidade mental congênita, com estigmas somáticos de degeneração, com idade inferior a 10 anos e anormal.
Caicó, 13 de outubro de 1942.
Drº Inácio Mayer e Drº José Medeiros)

O atestado por meio do poder do discurso médico (FOUCAULT, 2012) apresentou como conclusão que o senhor Cícero era ‘portador de debilidade mental’ e que era preciso a Justiça tomar as devidas providências para a sua retirada das ruas da cidade, tendo em vista o seu alto teor de periculosidade. Em vista dessa definição médica, em audiência no dia 15 de dezembro de 1942 foi considerado o “estado mórbido do acusado” e, assim, sua periculosidade para a justificativa de Cícero ser levado a juízo.⁶⁷

Para o julgamento, as testemunhas do processo foram novamente convocadas para prestar seus depoimentos. Importa destacar a consideração da segunda testemunha José Avelino da Nóbrega de que “o acusado já esteve internado no Hospício em Natal, e que a seu ver, quando ele regressou do Hospício não apresentando nenhuma melhora” e que a informação foi ignorada tanto pelo promotor e seu defensor quanto pelo juiz do caso. Assim, no dia 21 de dezembro de 1942, o juiz da comarca de Caicó, ainda o senhor Janúncio Gorgônio da Nóbrega, proferiu a sentença do acusado, onde afirmou sobre a periculosidade do acusado, o senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido; considerando o mesmo incurso no Art. 78 nº I do Código Penal⁶⁸, combinado com o Art. 14 da Lei de Contravenções Penais – determinar a sua internação, pelo prazo de dois anos, a uma casa de custódia e tratamento, ou estabelecimento congênere, como medida de segurança, nos termos do §2º do Art. 91, do referido código, solicitando de imediato sua captura e consequente internação.

Após a sentença ser proferida, o juiz solicitou por meio de um ofício endereçado ao diretor e médico Ricardo Barreto a internação de Cícero no Hospital dos Alienados em Natal;

⁶⁷ Nas páginas que se seguem no processo, foi solicitado o comparecimento do acusado para participar das audiências, mas sem obter sucesso. Foi nomeado um novo defensor provisório do aludido réu, o cidadão Heriberto Martiniano Pereira, que prometeu cumprir com esse compromisso perante a Justiça.

⁶⁸ Ver: Art. 78 nº 1 do Código Penal.

aonde o mesmo foi aceito e chegou naquela instituição no dia 22 de janeiro de 1943 permanecendo lá até o dia 20 de setembro de 1947, data bem posterior ao que foi sentenciado pelo juiz. Algo que não podemos ainda identificar nessa pesquisa é os reais motivos e as causas que levaram Cícero passar mais de quatro anos no Hospital dos Alienados de Natal, já que sua pena era de apenas dois anos. Existe anexado ao processo uma carta dos médicos de lá solicitando que a Justiça fosse buscar Cícero Doido, já que o mesmo tinha cumprido sua pena e encerrado o tempo de sua permanência naquela instituição de custódia, mas não houve como de fato descobrir o porquê a justiça demorou tanto em dar sua soltura.⁶⁹

Dessa forma, é possível perceber o quanto a loucura era cada vez menos entendida e tratada no âmbito familiar ou da caridade pública e era controlada pelo saber jurídico e médico, em Caicó, uma cidade pequena do interior nordestino, em 1940. Esses novos parâmetros, técnicos e pretensamente científicos, terminavam por determinar uma transformação do indivíduo considerado louco, lunático, numa pessoa “imbecilizada” ou com “deficiência mental”. Bem como instituir, novas formas de tratamento para os doentes, que continuavam marginalizados e mal compreendidos pela sociedade caicoense. Isso se tornou evidente no Processo de Medida de Segurança de Cícero Doido, que mesmo que não tendo cometido algum crime contra a vida ou patrimônio de alguém, foi considerado “perigoso”, “louco” e “irresponsável”: além de morar nas ruas, ser pobre, analfabeto, proferir palavras pornográficas e fazendo gestos obscenos que ‘afetavam a moral e os bons costumes’ da época.

⁶⁹ Sobre a sua passagem pelo Hospital de Alienados do Rio Grande do Norte foi tratado no primeiro capítulo deste trabalho.

CONCLUSÃO

A palavra que define esse momento é superação... afinal de contas, foram mais de 3 anos de estudo, para termos esse trabalho concretizado. Foram muitas coisas passadas desde o início dessa jornada (que se iniciou em 2018), quando o Cícero era apenas mais um desconhecido, com sua história guardada nas memórias do passado. Mesmo que muitas (muitas mesmo) vezes queríamos desistir de tudo, buscamos força de onde não tínhamos e enfim, encerramos mais um ciclo. Acreditamos que a história do Cícero, para além de revelar outras faces da sociedade de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, mostrou o quanto à questão da loucura segue presente na nossa volta, e ainda assim, essas pessoas diariamente são invisibilizadas socialmente.

Ainda no ano de 2022 a sociedade ainda vê a loucura como algo incompreensível, e aquelas pessoas que sofrem de algum transtorno psíquico, emocional ou mental são ainda vítimas diariamente de violência e pré-julgamentos. No versejar final desse trabalho isso ficou evidente, com os dois casos recentes acontecidos no mês de maio. Um foi a morte de um homem desconhecido⁷⁰ que estava passando por um estado depressivo, que andava sem destino certo por uma avenida bastante movimentada na cidade de Fortaleza-CE, que ao ser abordado por dois policiais rodoviários federais, ele com medo, possivelmente reagiu para se defender, e ao final não só ele, mas também os dois policiais foram mortos. E o outro, foi o assassinato cruel de outro homem⁷¹, que apresentava problemas mentais diagnosticados, que numa abordagem violenta por agentes da PRF (Polícia Rodoviária Federal) na cidade de Umbaúba-SE, foi preso e imobilizado (sem a vítima fazer nenhum tipo de resistência) e colocado no porta-malas do carro da polícia, fecharam a porta e soltaram um gás, que o levou a morte por “insuficiência aguda secundária a asfíxia” (relembrando a triste época das câmaras de gás do Holocausto nazista da Segunda Guerra Mundial).

A forma como esses dois casos aconteceram, relembram-nos o triste fim que foi a morte e vida do Cícero Leandro da Silva, retratada ao longo desse trabalho. Desde os primórdios de seu nascimento, em uma pequena cidade nos sertões do Rio Grande do Norte, Cícero vivenciou na pele diariamente o desprezo, a violência, a falta de respeito e a exclusão, por parte de uma sociedade que se autodenominava como aquela que estivesse “entrando” nos eixos do desenvolvimento e da modernidade.

⁷⁰ Notícia completa disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/20/suspeito-de-matar-dois-policiais-em-fortaleza.htm> Acesso: 20 maio 2022.

⁷¹ Reportagem disponível em : <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/26/mulher-do-homem-sufocado-em-camara-de-gas-da-prf.htm> Acesso: 26 maio 2022.

Sua morte foi alardeada ‘pelos sete cantos da cidade de Caicó’; numa tentativa de evidenciar e denunciar o quanto a violência policial se fazia presente naquela sociedade; já que ao longo de sua vida, nas diversas vezes em que ele havia sido preso ou internado, os órgãos de controle social e da justiça, mantiveram tudo em sigilo, para não evidenciar essa ferida social presente no cotidiano pacato daquela cidade interiorana.

É trágico e triste pensar que a cidade de Caicó, que por muitos sempre foi vista como um lugar de defesa e preservação dos costumes, dos valores morais e cristãos, tenha tratado, por diversas vezes, a pessoas, com perfil semelhante ao Cícero, de forma tão excludente e até mesmo usado de atos autoritários e violentos, para retirá-los dos espaços públicos e sociais, como uma forma de controle social, limpeza higiênica ou até mesmo de zelar pela “boa imagem” dos ares da modernidade que vivenciava a cidade.

Pela forma como foi evidenciada nas fontes e nos autores abordados desse trabalho, a loucura, ao longo do tempo foi sendo definida segundo as circunstâncias e os valores que as sociedades tinham como marcadores de civilização. E na maioria das vezes, aqueles que apresentassem características desviantes da normalidade foram vítimas do ódio e da exclusão.

Em um contexto de existência de uma Pandemia, de uma crise humanitária que se alastra pelo mundo, de conflitos bélicos voltando à tona e uma forte polaridade de ideais políticos e ideológicos que se encontra o Brasil e o mundo, e, sobretudo de retrocessos na área da saúde mental; a história de Cícero nos permite pensar que tipo de sociedade queremos (re)construir, se será aquela que respeita e acolhe o diferente, ou aquela que exclui e maltrata.

Portanto, esperamos que a história de outros “Cíceros” possam ser pesquisadas, para que assim, a história dessas pessoas, que ao longo do tempo foram invisibilizadas, estigmatizadas e enclausuradas em hospitais, prisões e hospícios sejam contadas e escritas, mostrem o quão o ser humano precisa ainda aprender a respeitar, amar, acolher e incluir.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro Henrique Santos de. **Enunciar para dominar: uma análise dos discursos da Diocese de Caicó no jornal “A Fôlha” (1960-1968)**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

ALVES, Lourence Cristine. **O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. 131p

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Aos loucos, o hospício Primeiros asilos para alienados do Brasil foram construídos em meados do século XIX no Rio de Janeiro e em São Paulo**. **Revista Pesquisa Fapesp** (Podcast: Ewerton Moura da Silva). Edição 263, 2018.

ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de. **Alimentação, saúde e doenças carenciais em períodos de seca nos sertões do Rio Grande do Norte (1877-1935)**. 2022. 309f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

ARAÚJO, Lidiane; SILVA, Margarida da. **Rastos caicoenses**. Mossoró: Gráfica Tércio Rosado, 1983. (Coleção Mossoroense, 253 v.).

ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Sobre pedras, entre rios: modernização do espaço urbano de Caicó/RN (1950/1960)**. 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: Genocídio – 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARISTON, E. **Nesgas de uma cidade: Caicó**. Natal: RN Econômico, 2010.

A TRÁGICA história do Hospital Psiquiátrico Colônia. Resenha. *Psic. Rev. São Paulo*, v. 22, n.2, p.261-267, 2013. AZEVEDO, Juliana Rocha de. **Diálogos da alma: uma outra história da loucura**. [Dissertação de Mestrado em Educação]. Natal: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2006. 184 p.

AZEVEDO, Juliana Rocha de. **Dos alienados aos psicopatas: o processo de institucionalização da loucura no Rio Grande do Norte (1857-1957)**. 2003. Monografia (Monografia em História). UFRN, 2003.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: ROMANO, Ruggiero. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 296-332.

BALBINO, Antônio. “Merece um doido apanhar?”. **Jornal A Fôlha**, Caicó, Ano VII, n.325, p.3, 28 maio 1960. Fundo da Diocese de Caicó. Disponível em: acervus.ufrn.br. Acesso em: 15 ago 2018.

BARROS, José D’Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D’Assunção. Os Campos da História uma introdução às especialidades da História. **Revista histedbr On-line**, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008423&bbm/5413#page/1/mode/2up>. Acesso em: 10 fev 2022.

CAICÓ, Juízo de Direito da Comarca de. Denúncia nº 25. **Processo de Medida de Segurança do réu Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido**. Delegacia de Polícia: Caicó, RN, n. 25, 38 p. , 04 set. 1942.

CAICÓ. Natal, RN: Fundação José Augusto. Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine. Itamar de Souza, Coordenador. 1982. 196p.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro/São Paulo: EDUERJ/EDUSP, 1998.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, M. de. A beleza do morto. In: CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CHAVES, Lilian Leite. Percepção Estética e Loucura: O caso dos loucos de rua da cidade de Ouro Preto. *Campos* 10(1):87-99, 2009.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias, contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis**. 6. ed. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890. 2 v. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-de-medicina-popular-e-das-scienciasaccessorias-para-uso-das-familias/> . Acesso em: 13 fev. 2022.

CIRNE, Moacy. As grande figuras: as mulheres, os poetas e os loucos. In: CIRNE, Moacy. **A Invenção de Caicó**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004. p.89-92.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DANTAS, Adelantha Sunnály de Souza. **Hospital do Seridó: uma história ainda pouco contada (1926-1980)**. 58f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Graduação em História, Departamento de História, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DUBY, Georges. *História Social e Ideologias das Sociedades*. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p.130-145.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGEL, Magali Gouveia. *A Loucura, O Hospício e a Psiquiatria em Lima Barreto: crítica e cumplicidades*. In: CHALHOUB, Sidney. **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2001.

ESPADA LIMA, H. (2008). **Narrar, pensar o detalhe: notas À margem de um projeto de Carlo Ginzburg**. *Artcultura*, 9(15). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1476>

FABRÍCIO, André Luiz da Conceição. **A assistência psiquiátrica no contexto das políticas públicas de saúde (1930- 1945)**. Rio de Janeiro : [s.n]. 2009. 137 f..

FACCHINETTI, Cristiana; Céspedes Cupello, Priscila. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, mayo-ago. p. 697-718, 2011..

FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.231-242, jun. 2008.

FERNANDES, Ruy Medeiros. “Os doidos mansos de Caicó”. In: FERNANDES, Ruy Medeiros. **Rastros Caicoenses**. Caicó: [s.n.], 2014. p.80-83.

FERREIRA, Maria Tereza de Araújo. “Dr. Clóvis Travassos Sarinho”. In: FERNANDES, Ruy Medeiros. **Caicó: fatos que a memória gravou**. Caicó: [s.n], 2005. p.59.

FERRAZ, Flávio Carvalho. O louco de rua visto através da literatura. **Psicol. USP** [online]. 2000, vol.11, n.2, pp.117-152. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642000000200009>.

FICHA de controle do paciente Cícero Leandro da Silva, Hospício de Alienados do Rio Grande do Norte. Acervo: Hospital Dr. João Machado. 1947.

FIGUEIREDO, Marianna L de R; DEVELATI, Dalnei Mi.; & TAVARES, Marcelo G. Entre Loucos e Manicômios: História da Loucura e a Reforma Psiquiátrica no Brasil. **Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 2, n.2, p. 121-136, 2014.

FOUCAULT, Michel. [1972] **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. [1979] “A casa dos loucos”. *In*: Michel Foucault. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel.. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel.. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Roberta Kelly Bezerra de. **Entre a pobreza e a loucura: O discurso psiquiátrico, o asilo de alienados e as cartas sobre a loucura (1874 a 1886)**. 2012. 122f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2012.

GEERTZ, C. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 111-141.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

GONÇALVES, Monique de. Os primórdios da Psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 60-77, jan | jun 2013.

HISTÓRICO-BIOGRÁFICO das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 24 sep. 2020. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

HOFFBAUER, Daniela Salzano Hungria. **Hospício de Pedro Segundo**. Mapa, Brasil, 11 de Nov. de 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/323-hospicio-de-pedro-segundo#:~:text=Hosp%C3%ADcio%20de%20Pedro%20II%2C%20situado,de%20pessoas%20com%20problemas%20mentais>. Acesso: 05 de set. de 2020.

INQUÉRITO Policial da vítima Cícero Leandro da Silva, conhecido por Cícero Doido.: UFRN-Ceres, Caicó: Delegacia de Polícia : Labordoc, 27 maio 1960. caixa 276, 23 p.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAICÓ. **Processo de Medida de Segurança do réu Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido**. Denúncia n. 25. Caicó, RN: Delegacia de Polícia, n. 25, 38 p., 4 set. 1942.

LAMARTINE, Juvenal, 1874-1956. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal [Brasil]: Edições da Fundação José Augusto, 1965.

LEAL, José. Vida pior que a morte. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ed. 30, p. 28, 50, 60-65, 15 maio 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003581/58867>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LINEBAUGH, P. “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram.” **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, n. 6, 1984, p. 7-46.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - século XVIII)**. Natal: EDUFRN/Flor do Sal, 2015.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da Norma: a Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1978.

MACHADO, Sérgio Bacchi. **Foucault: a loucura como figura histórica e sua delimitação nas práticas psiquiátricas e psicanalíticas**. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 217-228, Dec. 2009. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000200004&lng=en&nrm=iso. access on 02 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982009000200004>.

MEDEIROS, Bento Manuel de. Inquérito Policial Morte de “Cícero Doido”. *Jornal A Fôlha*, Caicó, ano VII, n. 255, p.3, 11 jun. 1960.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MONTEIRO, Laércio Fernandes. CÍCERO O LOUCO. *Jornal A Fôlha*, Caicó, ano VII, n. 254, p.34, jun. 1960.

MONTEIRO, Pe. Eymard L’E. **Caicó: subsídios para a história do município**. Natal, RN: Sebo Vermelho, 2012.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a Cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federa, 1999.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. **Uma História Brasileira das Doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

ODA, A. M. G. R; GALDALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

ODA, A. M. G. R; GALDALARRONDO, P. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, VII, 1, 128-141. ano VII, n. 1, mar/ 2004.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

OLIVEIRA, Mary Campelo de. **Espaços da religiosidade popular: Dr. Carlindo de Souza Dantas, um milagreiro de cemitério (Caicó/RN, século XX)**. 2016. 185f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PERES, M. F. T. e NERY FILHO, A.: A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. **História, Ciências, Saúde** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p.335-55, maio-ago. 2002.

PICCININI, Walmor J. **História da Psiquiatria: Ulysses Pernambucano e a Psiquiatria Social**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano12/wal0312.php>. Acesso em: 07 set 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/1/mode/2up> Acesso: 12 fev. 2022.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/1/mode/2up> Acesso: 12 fev. 2022.

PORTER, Roy. *Doença Mental*. In: PORTER, Roy . **História da Medicina de Cambridge**. Tradução de Geraldo Magela Gomes da Cruz e Sinara Mônica de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. p.243-264.

PORTER, Roy. **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

PRADO, Guilherme Augusto Souza. **A outra forma da loucura: reflexões sobre o enlouquecer como experiência trágica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFF, Niterói, 2017.

PROST, Antoine. *A História Social*. In: PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p.189-209.

RODRIGUES, ORLANDO. **Os primos do gavião**. Natal: [S.I.], 2007.

RODRIGUES, Thaise Gabriella de Almeida. *Psiquiatria e espaço: um olhar sobre o hospital colônia de psicopatas de Natal (1957-1965)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA [LIVRO ELETRÔNICO]: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31., 2021. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Margarita da. “Seu nome é Cícero”. **Rastos Caicoenses**. v.1. Caicó: [s.n.], 1983. p.69-70

SILVA FS, SIMPSON CA, DANTAS RC. Reforma psiquiátrica em Natal-RN: evolução histórica e os desafios da assistência de enfermagem. **SMAD**. Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. maio-ago. 2014;10(2):101-9.

SIMIÃO, Anna Rita Maciel, SIMANKE, Richard Theisen. A História do Conceito Onanismo na Psiquiatria dos Séculos XVIII e XIX (Parte 1). **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 805-825, 2021

SONIM, Navarro Daniel; FARIAS, Walter. **O Capa-Branca – de funcionário a paciente de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

SOUZA, Francisco. **Caicó Através do Tempo**. Sebo Vermelho Edições, 2010. p. 23.

SZASZ, Thomas S. **A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SZASZ, Thomas S. **Ideologia e doença mental – ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SZASZ, Thomas S. **O mito da doença mental: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TARELOW, Gustavo Querodia. **Humores, choques e laboratórios: o juquery administrado por Pacheco e Silva (1923 – 1937)**. 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Gustavo%20Querodia%20Tarelow.pdf>.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A História Vista de Baixo*. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.p.189-209.

VALE, Itamar. **Meu Velho Caicó**. Natal: GSF, 1974, p.19-20.

VIDA pior que a morte. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 mai. 1948. Disponível em:<http://memoria.bn.br/docreader/003581/58867> . Acesso em: 15 jun. 2022.

WADI, Marmitt Yonissa. **Palácio para guardar doidos. Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

WADI, Y. M. Olhares sobre a loucura e a psiquiatria: um balanço da produção de teses e dissertações (Brasil, 1980-2011). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. 27., 2013, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH; Natal: UFRN, 2013. v.

WADI, Y. M; SANTOS, N. M. W. (org.). **História e loucura: saberes, práticas e narrativas**. Uberlândia: EUDFU, 2010.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. Dossiê Brasil - Alemanha: Relações Médico-Científicas. **Hist. cienc. Saúde**, Manguinhos, v. 20, n.1. mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013005000001>. Acesso: 30 jun 2022.